MERCADOCOMUM®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS
mercadocomum.com
ANO XXVIII
BELO HORIZONTE | MG | EDIÇÃO 286 | FEVEREIRO DE 2021

Comércio Exterior brasileiro em retrocesso

Os números do país já se equiparam aos níveis de 2010 e agronegócio responde por 43% das exportações

Nova diretoria toma posse na ACMinas
Pág. 25

Bem Brasil amplia planta de Perdizes
Pág. 32

CBMM e Giaffone Racing anunciam parceria para UTV
Pág. 41

IMAGINE O QUE É SER **EMPRESA DO ANO** NO ANO MAIS DESAFIADOR DA HISTÓRIA.

A Unimed-BH é a Empresa Destaque do Ano no Prêmio Desempenho Empresarial 2020.

A cooperativa foi premiada na categoria Excelência de Minas Gerais, e o diretor-presidente, Samuel Flam, eleito Personalidade Empresarial do Ano. Um reconhecimento a todo o trabalho e a dedicação de cada médico, colaborador e parceiro, por oferecerem o melhor cuidado todos os dias.

ANS - Nº 34.388-9
LAPISSARO
Unimed
Belo Horizonte
unimedbh.com.br

MERCADOCOMUM®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
FEVEREIRO DE 2021
ANO XXVIII – EDIÇÃO 286

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
Fax: 55-31-3223-1559
revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com.br

**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

5
Economia com Todas as Letras e Números

43
Lançamentos e oportunidades

25
Mundo Empresarial

49
Debate Econômico

62
Opinião

Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário econômico, sobre vários assuntos.

60
Política e Economia

84
Personalidades + de Minas Gerais

Freepik.com

Indicador Ipea aponta inflação de 6,22% para as famílias mais pobres em 2020

Taxa registrada em dezembro foi 0,53 ponto percentual maior para a parcela de menor renda, frente aos mais ricos

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgou nesta sexta-feira (15) o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda referente ao mês de dezembro. A taxa de inflação para as famílias de renda mais baixa (cujo rendimento familiar mensal é menor que R$ 1.650,50) foi de 1,58% no mês. Na faixa que representa as famílias de renda mais alta (com rendimento domiciliar superior a R$ 16.509,66), a variação foi de 1,05%, revelando uma diferença de 0,53 ponto percentual entre os dois grupos.

Embora tenha se mantido em dezembro o padrão inflacionário presente nos últimos meses, caracterizado pela aceleração dos preços dos alimentos no domicílio, o reajuste da energia elétrica e a alta nos preços dos serviços livres se revelaram focos de pressão adicionais no orçamento das famílias. Os segmentos de "habitação" e "alimentos e bebidas" foram os que mais impactaram a inflação das famílias de menor renda, impulsionados pela alta de 9,3% nas tarifas de energia e pelos aumentos no preço do gás de botijão (2,0%), arroz (3,8%), feijão (3,3%), batata (7,3%) e carnes (5,6%). Já os reajustes das passagens aéreas (28,1%), dos transportes por aplicativo (13,2%) e da gasolina (1,5%) fizeram do grupo "transporte" o maior foco inflacionário para a classe de renda mais alta no mesmo período.

Quando se observa a variação acumulada em 2020, se comparada com a de 2019, os dados mostram que para as três faixas de renda mais

baixa houve uma aceleração da inflação, enquanto que para as três classes de renda mais alta o ano passado proporcionou um alívio inflacionário. A diferença entre essas pressões pode ser explicada pelo peso das despesas com alimentos, energia e gás: elas comprometem 37% dos orçamentos mensais nas famílias mais pobres e 15% nas mais ricas. No acumulado do ano, enquanto a inflação das famílias de renda muito baixa teve elevação de 6,2%, o segmento de renda alta registrou uma taxa mais modesta (2,7%).

Em 2020, os itens que mais pesaram na cesta de consumo dos mais pobres foram arroz (76%), feijão (45%), carnes (18%), leite (27%) e óleo de soja (104%), além das tarifas de energia (9,2%) e do gás de botijão (9,1%). Por sua vez, no mesmo período, a parcela mais abastada da sociedade sentiu uma alta moderada de serviços livres, como mensalidades escolares (1,1%) e serviços médicos e hospitalares (14,8%), além de deflações em itens consumidos majoritariamente por esse grupo, como passagens aéreas (-17%), seguro de automóvel (-8%) e gasolina (-0,2%).

Brasil atinge a triste marca de 39,9 milhões de pessoas na miséria

Em nota divulgada à imprensa, a diretoria da CONTAG afirma que "o ano de 2021 mal começou e já nos deparamos com uma triste realidade: 39,9 milhões de pessoas vivem na miséria no Brasil. O Ministério da Cidadania divulgou que o País superou o número de 14 milhões de famílias em extrema pobreza cadastradas no Cadastro Único para programas sociais do governo federal (CadÚnico). Segundo o Ministério, esse total de famílias equivale a 39,9 milhões de pessoas com renda de até R$ 89 (renda per capita).

No último mês do governo Temer eram 12,7 milhões de famílias cadastradas, ou seja, houve um aumento de 1,3 milhão no atual governo. Além disso, há uma tendência de aumento para o próximo mês com o fim do pagamento do auxílio emergencial, por exemplo. Soma-se a isso o aumento da inflação, do preço do gás, da tarifa de energia com a volta da bandeira vermelha, a retração econômica, com um governo inerte e sem qualquer perspectiva de resposta nas políticas contra a Covid-19, na geração de emprego e na proteção social das pessoas mais vulneráveis."

Para a CONTAG, "esse aumento considerável de pessoas na linha da pobreza e da miséria reflete a falta de compromisso dos governos Temer e Bolsonaro com a classe trabalhadora e com os mais pobres. Políticas públicas sociais e assistenciais foram extintas ou estão sendo desmontadas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Previdência Social, a reforma trabalhista que gerou trabalho precário e intermitente, e o alto índice de desemprego no País também tem contribuído para essa triste realidade. Aliado à pandemia que vem impactando todo o mundo, o governo brasileiro não vem demonstrando sensibilidade aos milhares de desempregados(as) e aos setores mais afetados, a exemplo da agricultura familiar, e na sua maioria são jovens e mulheres. Mesmo quem está trabalhando, o aumento do salário mínimo anunciado pelo governo foi tão insignificante que o seu poder de compra é o pior dos últimos 15 anos.

Foi vetado o auxílio emergencial para os agricultores e agricultoras familiares fora do CadÚnico, bem como outras medidas emergenciais de enfrentamento à pandemia. Os brasileiros e brasileiras que foram beneficiados agora não terão mais esse auxílio mesmo com os casos de Covid-19 aumentando no País.

A CONTAG, mais uma vez, exige a continuidade do pagamento do auxílio emergencial no valor de R$ 600 para as famílias afetadas pela pandemia e medidas de combate à fome e miséria no Brasil, que não pode ser combatida sem o fortalecimento da agricultura familiar, a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis e a recomposição dos investimentos no setor que foram reduzidos ao longo dos últimos anos nos governos Temer e Bolsonaro."

Freepik.com

Casa Verde e Amarela pretende atender 1,2 milhão de famílias

Meta é atender 1,2 milhão de famílias até 31 de dezembro de 2022

O presidente Jair Bolsonaro editou no dia 14 de janeiro último um decreto que regulamenta o programa Casa Verde e Amarela, substituto do Minha Casa Minha Vida, iniciativa na área habitacional lançada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O texto, que estabelece como meta o atendimento de 1,2 milhão de famílias até o fim de 2022, foi publicado no "Diário Oficial do dia 15 de janeiro. Um dos trechos do decreto determina que famílias comandadas por mulheres sejam priorizadas para atendimento com dotações orçamentárias da União e com recursos de alguns fundos. Também terão prioridade, segundo divulgado pelo Palácio do Planalto, famílias de que façam parte pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes. De acordo com a Secretaria-Geral, o decreto trata de critérios e periodicidade para a atualização dos limites de renda e das subvenções econômicas com recursos orçamentários da União.

O texto destaca que o Ministério do Desenvolvimento Regional poderá estabelecer outros critérios de priorização, bem como facultar a Estados e Municípios e às entidades privadas sem fins lucrativos promotoras de empreendimentos habitacionais a inclusão de outros requisitos que relacionados a situações de vulnerabilidade econômica e social locais. Também são abordados no decreto metas, prioridades, tipo de benefício destinado às famílias, conforme localização e população, e as faixas de renda, bem como a periodicidade, a forma e os agentes responsáveis pela definição da remuneração devida aos agentes operadores e financeiros para atuação no programa Casa Verde e Amarela.

Tomaz Silva/Agência Brasil

Segundo a Secretaria-Geral, o programa terá duas frentes de atuação. Uma buscará produção, aquisição ou requalificação, subsidiada ou financiada, de imóveis novos ou usados. A outra tem como foco combater a inadequação habitacional através da urbanização de assentamentos precários, da melhoria habitacional rural e urbana e da regularização fundiária urbana.

De acordo com o governo, os imóveis poderão ser disponibilizados aos beneficiários sob a forma de cessão, de doação, de locação, de comodato, de arrendamento ou de venda, mediante financiamento ou não, em contrato subsidiado ou não, total ou parcialmente, conforme grupo de renda familiar. Os Ministérios do Desenvolvimento Regional e da Economia ou os conselhos gestores dos fundos que constituem recursos do programa serão responsáveis pelos critérios de elaboração e priorização de projetos, os procedimentos de seleção de beneficiários, os padrões edilícios e urbanísticos, as atribuições do poder público municipal e estadual, das entidades privadas, a distribuição regional dos recursos e as demais diretrizes e condições gerais para contratação e execução. O Desenvolvimento Regional define também a remuneração devida aos agentes operadores e financeiros do programa. A lei que institui o Casa Verde e Amarela foi sancionada por Bolsonaro no dia 12 de janeiro. Bolsonaro vetou o dispositivo que estendia ao Casa Verde e Amarela as regras do regime tributário aplicáveis às construtoras atualmente submetidas ao regramento do Minha Casa, Minha Vida, que dispõem sobre o recolhimento unificado de tributos equivalente a 4% da receita mensal auferida pelo contrato de construção.

O governo justificou que a proposição não apresenta estimativa de impacto orçamentário nem medidas compensatórias. Além disso, a medida não observa, segundo o Executivo, a legislação que estabelece que o prazo de vigência do benefício fiscal deve conter cláusula de, no máximo, cinco anos. Com o Casa Verde e Amarela, o governo pretende retomar obras paradas das administrações anteriores e regularizar imóveis de famílias de baixa renda, além de aumentar a oferta e reduzir juros para financiamento imobiliário. O objetivo do programa é reduzir o déficit habitacional no país, hoje estimado em 6 milhões de moradias, permitindo também investimentos privados e de fundos externos. A meta é atender quase dois milhões de famílias até 2024, com foco no Norte e no Nordeste. A ideia é que nas duas regiões seja oferecida uma taxa de juros a partir de 4,25%. E um percentual a partir de 4,5% para o Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Ao lançar o Casa Verde e Amarela, o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), afirmou que o programa busca tratar de forma diferente regiões mais carentes e com índices de desenvolvimento humano mais baixos.

"Os imóveis poderão ser disponibilizados aos beneficiários sob a forma de cessão, de doação, de locação, de comodato, de arrendamento ou de venda, mediante financiamento ou não, em contrato subsidiado ou não, total ou parcialmente."

Na ocasião, ele também indicou que, no momento, o programa não deve contemplar novas famílias na faixa com maiores subsídios, que hoje beneficia pessoas com renda de até R$ 1.800. Os contratos já assinados no Minha Casa, Minha Vida, porém, serão concluídos, diz o governo.

O sistema de faixas do Minha Casa, Minha Vida foi alterado no Casa Verde e Amarela. O programa anterior tinha as faixas um (para famílias com renda de até R$ 1.800), um e meio (renda entre R$ 1.800 e R$ 2.600), dois (entre R$ 2.600 e R$ 4.000) e três (entre R$ 4.000 e R$ 7.000). Agora, serão três grupos. O primeiro, com renda de até R$ 2.000, poderá acessas benefícios como receber imóvel subsidiado, acessar financiamento com juros reduzidos, fazer regularização fundiária e reformas no imóvel. Os grupos dois (R$ 2.000 a R$ 4.000) e três (R$ 4.000 a R$ 7.000) terão acesso a financiamentos com taxas de juros um pouco mais altas do que o primeiro patamar, além da regularização fundiária. Os detalhes serão definidos em regulamentação posterior. O novo programa tem como meta regularizar 2 milhões de moradias até 2024. De acordo com o texto aprovado pelo Legislativo e agora sancionado por Bolsonaro, o governo pode alterar por decreto o valor máximo do imóvel financiado e as faixas de renda das famílias beneficiadas no Casa Verde e Amarela.

Fonte: O Estado de S.Paulo – Fundação Perseu Abramo – 15.01.2021

Freepik.com

Crédito bancário deve ter encerrado 2020 com crescimento de 15,4% no Brasil

A expansão do saldo total poderá ser a maior desde 2012, reforçando o papel dos bancos para mitigação da crise econômica. Carteira de crédito para empresas pode fechar o ano com o maior crescimento desde 2008

O saldo total da carteira de crédito deve apresentar crescimento mensal de 1,5% em dezembro, o oitavo avanço seguido, de acordo com a Pesquisa Especial de Crédito da FEBRABAN, divulgada mensalmente como uma prévia da Nota de Política Monetária e Operações de Crédito. Caso a estimativa se confirme no próximo dia 28, quando o Banco Central fará a divulgação dos dados, o saldo total da carteira anual deve mostrar expansão de 15,4% em 2020, o maior crescimento desde 2012 (+16,4%).

As estimativas são feitas com base em dados consolidados dos principais bancos do país, que representam, dependendo da linha, de 39% a 90% do saldo total do Sistema Financeiro Nacional, além de outras variáveis macroeconômicas que impactam o mercado de crédito.

De acordo com Isaac Sidney, presidente da FEBRABAN, o levantamento mostra que o desempenho do mês deve ser mais positivo na carteira com recursos livres, com estimativa de alta de 1,9%, liderada por linhas beneficiadas pelas compras de fim de ano, como o cartão de crédito à vista (PF), e pela antecipação de recebíveis (PJ). A expectativa é que a carteira com recursos livres também feche o ano de 2020 com expansão de 15,4%. Ainda que mais contida, a carteira com recursos direcionados deve avançar 1,0% em dezembro, com estimativa de crescimento expressivo no ano, de 15,3%.

"Os bancos estão provendo crédito para as empresas e as famílias, e continuarão focados em mitigar os impactos negativos da pandemia e ajudar no processo de recuperação econômica do país em 2021. Se confirmadas, as estimativas de nossa pesquisa mostram um desempenho bastante positivo do crédito em 2020", diz Isaac, que completa: "A expansão de dois dígitos da carteira de crédito (15,4%), em um ano de forte recessão econômica, foi algo muito desafiador para os bancos, mas cumprimos o nosso papel de irrigar a economia".

Concessão de crédito

De acordo com o levantamento feito pela FEBRABAN, em dezembro, as concessões de crédito devem apresentar crescimento mensal de 3,4%, fechando o ano de 2020 com um volume 4,9% superior ao concedido em 2019.

"Diferente do registrado em crises anteriores, quando houve um recuo expressivo nas concessões, desta vez, os bancos ampliaram o volume concedido, mesmo diante do aumento do risco nas operações e da grande demanda por crédito. O volume de crédito destinado às empresas, por exemplo, deve mostrar crescimento de dois dígitos no ano, uma clara contribuição do setor para preservar empregos e empresas", reforça Isaac Sidney.

No ano, o crescimento das concessões foi liderado pelas operações com recursos direcionados, que devem crescer 46,8% em 2020, estimulados pelos programas de crédito público. Já as concessões com recursos livres devem crescer 1,0% no ano, impactadas negativamente pela pandemia e pelo menor consumo das famílias, afetando principalmente as linhas mais cíclicas, como o cartão de crédito e a aquisição de veículos.

Em dezembro, a expansão deve ser puxada pelas concessões com recursos livres às empresas, que devem apresentar alta de 12,4%. O resultado deve ser impulsionado pelas linhas sazonais, como desconto de duplicatas e recebíveis e antecipação de faturas de cartão, beneficiadas pelas compras de final de ano, que proporcionam a antecipação destes recursos pelos lojistas.

Já as concessões para pessoa jurídica com recursos direcionados deverão apresentar retração de 33,1% no mês de dezembro, impactadas pela natural redução dos estímulos dos programas públicos de crédito, embora se mantenham em elevado patamar, cerca de 32% acima do nível de dez/19. De toda forma, no ano, as concessões PJ com recursos direcionados deve quase dobrar na comparação com o ano anterior, com crescimento de 99%, o maior da série, iniciada em 2011.

A Pesquisa Especial de Crédito da FEBRABAN ainda mostra que as concessões de crédito para pessoas físicas devem apresentar alta mensal de 0,6%, com desempenho diferenciado entre os recursos. A linha com recursos direcionados deve avançar 11,0% no mês, devido à alta demanda que tem sido observada pelo crédito imobiliário. As linhas com recursos livres, por sua vez, devem recuar 0,9%, impactadas pelo avanço da doença e por novas medidas restritivas de mobilidade, que prejudicaram o consumo das famílias em dezembro, embora o volume de concessões permaneça em patamar elevado.

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Isaac Sidney, presidente na FENABRAN

De acordo com o levantamento da FEBRABAN, a carteira de pessoa física deve apresentar crescimento de 1,5% em dezembro, com desempenho homogêneo entre os diferentes tipos de recursos (livre e direcionado). Enquanto a carteira com recursos livres (+1,5%) deve ser puxada pelas linhas de consumo, favorecidas pelos eventos de final de ano e pela retomada da atividade econômica, a carteira com recursos direcionados (+1,4%) deve seguir liderada pelo crédito imobiliário, que tem se beneficiado das taxas de juros historicamente baixas. No ano, a carteira destinada às famílias deve crescer 10,8%.

A Pesquisa Especial de Crédito mostra que a carteira de pessoas jurídicas também deve mostrar alta de 1,5% em dezembro, o 11º avanço consecutivo. Se confirmada, fechará o ano com uma forte expansão de 21,7%, a maior desde 2008 (+36,7%). O crescimento no mês deve ser liderado pela carteira com recursos livres (+2,3%), enquanto a carteira com recursos direcionados deve apresentar uma alta mensal bem mais tímida, de 0,2%, refletindo o arrefecimento dos programas públicos de crédito.

Marcello Casal Jr. Agência Brasil

Copom mantém Selic em 2% e abandona compromisso de não subir juros

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central manteve a taxa básica de juros em 2% na primeira reunião do ano, no dia 20 de janeiro e decidiu abandonar o compromisso de não subir juros nas próximas reuniões, o chamado de "forward guidance". Isso significa que o Copom voltará a analisar o cenário econômico geral a cada reunião e poderá elevar a Selic, mas não especificou quando.

No mercado, estima-se que os juros possam subir ainda no primeiro semestre deste ano e que podem terminar o ano em um nível um pouco acima de 3%. "Em vista das novas informações, o Copom avalia que essas condições [para a manutenção do 'forward guidance'] deixaram de ser satisfeitas já que as expectativas de inflação, assim como as projeções de inflação de seu cenário básico, estão suficientemente próximas da meta de inflação para o horizonte relevante de política monetária", diz o BC no comunicado da decisão. "Como consequência, o 'forward guidance' deixa de existir e a condução da política monetária seguirá, doravante, a análise usual do balanço de riscos para a inflação prospectiva", afirma o texto.

No cenário principal do BC, que considera estimativas de mercado para os juros, as projeções para a inflação são de 3,6% para 2021 e 3,4% para 2022. Os resultados estão próximos do centro das metas para esses dois anos (3,75% e 3,50%, respectivamente). Na decisão do último dia 20 de janeiro, a autoridade monetária reafirmou que mesmo sem o instrumento, o BC poderá manter a Selic no patamar atual: "O Comitê reitera que o fim do forward guidance não implica mecanicamente uma elevação da taxa de juros pois a conjuntura econômica continua a prescrever, neste momento, estímulo extraordinariamente elevado frente às incertezas quanto à evolução da atividade", diz o comunicado. "As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-

-se em níveis acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação."

No comunicado, o comitê repetiu que a inflação permanece com fatos de risco em duas direções. A baixa atividade econômica pode puxá-la para baixo. Por outro lado, a piora nas contas públicas com o prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia podem puxar os preços para cima. Para o BC, o risco fiscal elevado segue puxando para cima esse balanço de risco.

"O Comitê entende que essa decisão [de ainda não mexer nos juros] reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2021 e, principalmente, o de 2022", afirmou o Copom. O BC também confirmou no comunicado a decisão que a inflação se prolongou além do esperado, mas reiterou que esse movimento é temporário e reflete a recente elevação no preço de commodities internacionais e seus reflexos sobre os preços de alimentos e combustíveis: "Apesar da pressão inflacionária mais forte no curto prazo, o Comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, ainda que tenham se revelado mais persistentes do que o esperado." Na última decisão de 2020, em dezembro, o Copom já tinha anunciado que retiraria em breve o compromisso de não subir juros. Esse compromisso é um instrumento secundário de política monetária, chamado de "forward guidance", ou prescrição futura. Nele, o BC garantia não subir juros a menos que as expectativas de inflação sejam elevadas acima da meta ou que o regime fiscal seja alterado.

Como o comitê avalia que a taxa Selic está próxima do seu limite mínimo, recorreram ao recurso para tentar diminuir a especulação em torno da taxa básica de juros futura e aumentar o estímulo à economia sem cortar ainda mais os juros. Na ata da reunião anterior, o BC esclareceu que retirar o instrumento não significa uma alta automática nos juros. Ou seja, mesmo sem o "forward guidance", o comitê pode decidir manter a taxa com base na análise da conjuntura. A decisão veio em linha com as expectativas de mercado –todos os economistas consultados pela Bloomberg projetavam a manutenção da taxa.

Esta foi a quarta reunião seguida em que não houve alteração na Selic, após um longo ciclo de queda iniciado em julho de 2019. Para o BC, o aumento do número de casos e o aparecimento de novas cepas do vírus, principalmente em economias desenvolvidas, poderá afetar a atividade econômica. A autoridade monetária, no entanto, demonstrou otimismo com as vacinas e novos programas de estímulos, realãmdo: "Novos estímulos fiscais em alguns países desenvolvidos, unidos à implementação dos programas de imunização contra a Covid-19, devem promover uma recuperação sólida da atividade no médio prazo", avalia.

Para o comitê, a baixa atividade econômica favorece a manutenção dos juros em patamares baixos nos países desenvolvidos, favorecendo os emergentes: "A presença de ociosidade, assim como a comunicação dos principais bancos centrais, sugere que os estímulos monetários terão longa duração, permitindo um ambiente favorável para economias emergentes."

Relativamente à atividade econômica brasileira, segundo o BC, indicadores referentes ao fim do ano passado têm surpreendido positivamente, mas não contemplam os possíveis efeitos do recente aumento no número de casos de Covid-19: "Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o primeiro trimestre deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais", analisou a autoridade monetária.

O BC reafirmou ainda que considera importante a continuação do processo de reformas econômicas, que estão em tramitação no Congresso. O controle da inflação é a principal atribuição da autoridade monetária. Para isso, o BC define a meta da taxa básica de juros.

Quando a inflação está alta, o Copom sobe os juros com o objetivo de reduzir o estímulo na atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços. Caso contrário, o BC pode reduzir juros para estimular a economia.

A inflação oficial, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fechou 2020 em 4,52%, acima da meta definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), de 4%, mas dentro da tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo. Até setembro, as expectativas giravam em torno de 2%, com o efeito deflacionário (redução de preços) da crise e da queda na atividade econômica. As estimativas se elevaram com a alta nos preços de alimentos e combustíveis. Desde então, o BC afirma que o movimento é temporário. Segundo o relatório Focus do dia 18 de janeiro, no qual o BC divulga as projeções do mercado, os economistas subiram mais as expectativas de inflação para 2021, que ficaram em 3,43%. Há um mês, a estimativa era de 3,37%. A meta para o ano é de 3,75%, com tolerância 1,5 ponto percentual. Antes da pandemia, em fevereiro, a autoridade monetária havia indicado que a taxa ficaria em 4,25% ao ano nas reuniões seguintes, depois de cinco reduções seguidas. O BC retomou o ciclo de queda da Selic com a deterioração do cenário econômico. Até agosto, os juros caíram em todas as reuniões, mas o ciclo de queda foi interrompido em setembro.

Fonte: O Estado de S.Pauo – Fundação Perseu Abramo – 21.01.2021

Freepik.com

BC surpreende com retirada de Forward Guidance no primeiro Copom do ano

Para economista-chefe da corretora Ativa Investimentos, Étore Sanchez, tom da decisão é hawkish

O comunicado do Copom, divulgado na noite do dia 20 de janeiro, trouxe diversas informações relevantes para o guide de política monetária. A primeira e mais relevante, de acordo com a Ativa Investimento, foi a retirada do Forward Guidance pelo Banco Central.

"Deste modo, parte dos analistas que avaliavam como plausível a chance do FG existir até março foi surpreendido, inclusive eu", disse Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

Conforme esperado pelo economista, o BC revisou suas expectativas para cima, com mudanças não só motivadas pelo câmbio, mas também pelo avanço das expectativas de inflação do Focus.

O comunicado do Copom também trouxe a seguinte frase como novidade: "As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se em níveis acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação."

"Ainda que possa se interpretar que o trecho refere-se a atual conjuntura inflacionária na ponta (em uma métrica trimestral dessazonalizada) e que com o passar do avanço de preços correntes, tal métrica tende a afundar, a autoridade optou por inserir tal trecho, o que também pode ser classificado como hawkish", diz Sanchez.

Étore também chama a atenção para as palavras "neste momento", no penúltimo parágrafo, uma novidade no comunicado. "A sinalização que a autoridade optou por fazer diz respeito a temporalidade finita do grau de estímulo, que por mais óbvio que possa parecer foi escolhido para ser inserido pelo BC, atribuindo mais um tom hawkish", explica.

No final das contas, para não falar que não teve nada dove, o economista-chefe diz que o Banco Central manteve sua avaliação que o choque de commodities é temporário, mas reconheceu que se teve persistência maior do que o esperado.

"Por enquanto, e dada a conjuntura econômica que irá se impor ao Brasil, já nesse primeiro trimestre, de saída do fiscal e desemprego se revelando elevado, mantenho o call de que os juros deverá subir apenas a partir de 2022, mas como projetamos o que o BC irá fazer, o comunicado de hoje nos acende um sinal de alerta", finaliza o economista.

Especialistas apontam as 5 tendências de serviços financeiros para 2021

Open Finance, tecnologia em favor dos desbancarizados, embedded finance, registro de recebíveis e métodos de pagamentos cada vez mais digitais são apontados pelo Relatório de Tendências, lançado pela fintech Zoop, como grandes apostas para este ano no setor.

Pix, open banking, operações contactless. A aceleração de meios de pagamentos digitais por conta da pandemia e a implementação do sistema de pagamento instantâneo brasileiro (Pix), aliadas à agenda do Banco Central para estimular a atuação das fintechs, representaram inovações em serviços financeiros em 2020. Diante deste cenário de transformações, a Zoop, fintech líder em tecnologia para serviços financeiros, lança o Relatório de Tendências para 2021, que aponta as 5 tendências do setor.

Com o objetivo de indicar os serviços e inovações em alta, a empresa reuniu grandes nomes do mercado para comentarem o que os brasileiros podem esperar de produtos oferecidos pelas fintechs e instituições financeiras nos próximos meses. Participaram do relatório os especialistas Gustavo Gierun, sócio da Distrito; Andre Calabro, diretor executivo de serviços financeiros da Via Varejo; Bruno Diniz, cofundador da Spiralem; Vitor Magnani, presidente ABO2O e do Conselho de Comércio Eletrônico da FecomercioSP; Fernanda Ribeiro, cofundadora da Conta Black; e Leiziane Oliveira, coordenadora da área regulatória da Zoop.

Fabiano Cruz, CEO da Zoop, comenta a relevância do relatório para o setor. "Reunimos grandes especialistas para indicar alguns caminhos que serão fortalecidos no mercado financeiro em 2021, visando ajudar outras fintechs e empresas a olharem para novas direções e possibilidades neste ano", reforça o executivo.

As principais tendências apontadas:

1 OPEN BANKING E OPEN FINANCE: NOVOS SERVIÇOS E MAIS COMPETIÇÃO, A PARTIR DE DADOS DO CLIENTE

Uma das expectativas indicadas pelos especialistas é relacionada ao Open Banking e ao Open Finance, muito discutidos em 2020, quando o Banco Central do Brasil apresentou a regulamentação desse sistema financeiro aberto, além do seu calendário de implementação. Essa medida garante o compartilhamento de dados e do histórico bancário mediante autorização do cliente, que tem liberdade de escolher de qual instituição ou empresa vai consumir determinado produto ou serviço, sem ter que começar um relacionamento do zero. Da parte das empresas, há maior conhecimento do perfil dos clientes e, com isso, elas conseguem oferecer soluções mais pontuais às suas necessidades. Dessa forma, o open banking permitirá que as grandes inovações em serviços financeiros sejam originadas fora da indústria bancária, com a entrada e fortalecimento de big techs e fintechs no mercado.

2 EMBEDDED FINANCE: TODA EMPRESA PODERÁ SER UMA FINTECH

Outra forte tendência para o ano é o embedded finance, um termo usado para indicar a oferta de serviços financeiros por empresas que não têm o seu DNA nesse setor, tais como o varejo, bigtechs, entre outras.

A aceleração dessa tendência é resultado da solução de Banking as a Service oferecida por fintechs, que permitem que companhias de diversos segmentos criem seus próprios bancos e contas digitais, por exemplo.

A adesão dos grupos varejistas e outras grandes empresas de bens de consumo aos serviços financeiros os coloca em uma posição bastante privilegiada na disputa por novos clientes, se comparados aos bancos tradicionais. Isso porque as empresas conhecem melhor seu público e, geralmente, já têm uma reputação bastante sólida perante as classes econômicas C, D e E, fundamental para quem pretende gerenciar dinheiro de terceiros. Com o oferecimento de serviços financeiros, elas fortalecem o relacionamento com os clientes, aprimoram seus serviços e criam outras fontes de receita.

3 TENDÊNCIAS PARA MÉTODOS DE PAGAMENTO: O DINHEIRO SERÁ CADA VEZ MAIS DIGITAL

Outra tendência destacada pelos especialistas é o uso mais amplo de produtos financeiros digitais, como carteiras digitais, Pix e pagamento por aproximação, que foi fortemente acelerado pela necessidade de isolamento social. Devido à pandemia do coronavírus, muitas pessoas realizaram compras virtuais ou precisaram movimentar contas bancárias pela primeira vez. De acordo com a Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), nos três primeiros semestres de 2020 foi registrado R$ 1,38 trilhão em pagamentos digitais, valor 8,1% superior ao mesmo período do ano anterior.

Parte desse movimento de adesão aos meios digitais de pagamentos ocorreu devido ao pagamento do Auxílio Emergencial, por meio do aplicativo Caixa Tem. Para muitos brasileiros, especialmente consumidores de baixa renda, a solução representou o primeiro contato com as carteiras digitais.

4 REGISTRO DE RECEBÍVEIS: MAIS COMPETITIVIDADE NO CRÉDITO BASEADO EM ANTECIPAÇÕES

A quarta tendência indicada por especialistas é a competitividade gerada pela nova regulamentação do Banco Central sobre o registro de recebíveis de cartões de pagamento, que entra em vigor a partir de 17 de fevereiro. O recebível é a receita que um lojista tem a receber com as vendas realizadas por meio de cartão de crédito ou de débito. Com a nova regra, os lojistas poderão acessar, de forma mais segura, empréstimos garantidos por esses recebíveis ou mesmo vendê-los no mercado. Além de aumentar a oferta de crédito às empresas, outro resultado da nova regulamentação será a maior competitividade entre as instituições financeiras que pretendem oferecer os empréstimos, o que deve resultar em condições melhores para os tomadores de empréstimos.

5 A TECNOLOGIA A FAVOR DA INCLUSÃO DOS DESBANCARIZADOS

A última tendência aponta um novo caminho de inovações e soluções voltadas às pessoas desbancarizadas. Segundo o Banco Central, 175,4 milhões de pessoas têm algum tipo de relacionamento bancário. Porém, grande parte das contas consideradas não é efetivamente utilizada e ainda há muitas pessoas sem acesso aos serviços financeiros. A criação do Caixa Tem na pandemia, que resultou na bancarização de 9,8 milhões de pessoas, reforça esse cenário. Para promover mudanças, é necessário utilizar a tecnologia como ferramenta para a inclusão bancária. Os especialistas ressaltam a importância de criar serviços bancários para atender a população de menor renda de forma justa, simples e transparente, promovendo inclusão financeira e social.

Zoop é uma fintech líder em tecnologia para serviços financeiros no mercado B2B, que atua em três segmentos: meios de pagamento, "banking as a service" (BaaS) e crédito. Seus produtos unem tecnologia e conformidade regulatória, permitindo que qualquer empresa - seja ela uma startup, um marketplace ou mesmo uma grande empresa - possa criar e oferecer serviços financeiros, com a sua própria marca, de forma simples, eficiente e segura.

Com cerca de 560 parceiros cadastrados em sua plataforma, e atuando no mercado B2B, a empresa viabiliza a criação de mais de 10.000 empregos indiretos. A Zoop está no ranking de Linkedin Top Startups pelo 2° ano consecutivo, e em 2020, foi eleita uma das 100 Startups to Watch segundo a revista Época Negócios e Pequenas Empresas e Grandes Negócios.

Safra de grãos 2020/21 deve alcançar 264,8 milhões de toneladas

Levantamento da Conab aponta que montante é 3,1% maior na comparação com o da safra 2019/20

A safra de grãos 2020/21 deve alcançar a marca de 264,8 milhões de toneladas, conforme estimativa do 4º Levantamento da Safra de Grãos divulgado nesta quarta-feira (13) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O montante equivale a um crescimento de 7,9 milhões de toneladas (3,1%) em comparação com a safra 2019/20.

Para o diretor de Comercialização e Abastecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sílvio Farnese, as projeções mostram que o agro continuará contribuindo para a recuperação econômica do país. "Estamos no momento de redefinição e restruturação dos planos para próxima safra, que está sendo colhida agora. Já estamos trabalhando para safra 2021/22 com a colaboração de todos os ministérios, que entendem perfeitamente a importância do agronegócio no Brasil para nossa economia e para questões sociais, visto o número de empregos e capilaridade que tem no interior", disse.

O diretor destacou que a agricultura brasileira está cada vez mais aliada às boas práticas e à sustentabilidade, citando que, na última década, a produção média do setor foi de 5% ao ano, enquanto o crescimento médio de área teve percentual de 1,6% no mesmo período.

A soja é o produto que mais impulsiona a projeção apresentada nesta quarta-feira. A produção do grão na safra 2020/21 pode chegar a 133,7 milhões de toneladas. A oleaginosa representa cerca de 50% da colheita total de grãos no Brasil. A colheita já começou em Mato Grosso, segundo dados desta semana da Companhia no Progresso de Safra. "Principal estado produtor de soja, a produção poderá chegar a 35,43 milhões de toneladas, com uma ligeira queda em relação ao estimado na safra anterior, apesar da expectativa de aumento na área plantada. O resultado é reflexo da projeção de menor produtividade, uma vez que as condições climáticas de 2019 não se repetiram até então", informa a Conab.

Outro grão de destaque é o milho. Com produção total estimada em 102,3 milhões de toneladas, a primeira safra do cereal deve ter queda de 6,9%. As condições climáticas desfavoráveis no momento do cultivo da primeira safra influenciaram a produtividade, principalmente no Sul do país. No Rio Grande do Sul, a diminuição foi estimada em 11%. Com isso, a produção tende a ser 9,3% menor. Em Santa Catarina, os percentuais de queda na produtividade e na colheita da primeira safra chegam a 14% e 12,7% respectivamente. Em ambos os estados, a área destinada ao plantio deve crescer, o que reduz um pouco a queda no volume de produção.

No caso do arroz, o aumento de área foi menor do que o esperado, principalmente pelo fato de as chuvas não abastecerem satisfatoriamente as barragens que fornecem água para as lavouras irrigadas na Região Sul. Além do menor aumento de área, as condições climáticas também impactaram a produtividade. Assim, a produção deve atingir 10,9 milhões de toneladas, queda de 2,5% em comparação com a safra anterior.

O levantamento de hoje traz uma revisão da periodicidade e metodologia do quadro de oferta e demanda de arroz. A Conab alterou a janela de análise anual de cada safra, passando do período de março a fevereiro para janeiro a dezembro.

Esta mudança já era solicitada pelo setor e visa trazer maior transparência e precisão nas estimativas de estoques, uma vez que, ao estimar o estoque de passagem em fevereiro, era preciso desconsiderar o produto novo colhido nos primeiros meses do ano. Isto gerava dificuldade na extração de tal informação, além de poder levar a uma interpretação equivocada do quadro de suprimento, em vista que o estoque físico real, ao final de fevereiro, é sempre maior do que o publicado como estoque de passagem.

Com esta mudança, o estoque físico real, ao final de dezembro, será igual ao publicado como estoque de passagem no fim do mesmo mês, pois a colheita do arroz inicia-se apenas em janeiro de cada ano.

Café: Conab estima safra 2021 entre 43,9 e 49,6 milhões de sacas

Projeção representa quebra de até 30,5% ante 2020 e reflete impactos da bienalidade, da estiagem e das altas temperaturas

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimou, ontem, a safra 2021 de café do Brasil entre 43,9 milhões e 49,6 milhões de sacas de 60 kg, o que corresponde a uma quebra de 30,5% a 21,4% em relação à temporada anterior, que foi recorde de 63,1 milhões de sacas.

O Conselho Nacional do Café (CNC) esteve em contato constante com a estatal ao longo do levantamento e da apuração dos números e entende que a estimativa apresenta a realidade do cinturão cafeeiro do Brasil.

"A queda projetada pela Conab vem ao encontro do ciclo de baixa na bienalidade do café arábica e reflete o impacto da estiagem e das altas temperaturas que assolaram os cafezais, principalmente entre agosto e outubro do ano passado", comenta Silas Brasileiro, presidente do CNC.

Sem escassez de café

O dirigente da entidade que representa cafeicultores e cooperativas de produção no Brasil relata que, apesar de uma colheita menor, o País não deixará de honrar seus compromissos.

"A safra a ser colhida somada aos nossos estoques de passagem permitirão que permaneçamos como principais exportadores mundiais de café e que também abasteçamos nosso mercado interno, compromissos que absorvem, em média, cerca de 60 milhões de sacas ao ano atualmente. E esse volume teremos à disposição com a colheita e o produto armazenado", calcula.

IMPORTÂNCIA DO FUNCAFÉ

Conforme ele, a partir dos números apresentados pela Conab, o CNC estreitará contato com a Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o governo federal para dar celeridade e monitorar as solicitações dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) voltados para Recuperação de Cafezais Danificados.

Essa linha de financiamento teve seu orçamento elevado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), conforme orientação do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), de R$ 10 milhões para R$ 160 mi-

Freepik.com

Freepik.com

lhões no ano passado, exatamente para os produtores poderem refazer seus cafezais impactados pelas adversidades climáticas.

Brasileiro também destaca a importância do Fundo em uma safra como a que se desenha para 2021. "Num ciclo de baixa como o atual, os recursos do Funcafé são fundamentais, principalmente para que os produtores afetados possam realizar os tratos e recuperar seus cafezais, bem como para financiar a estocagem do produto, com os juros mais baixos da história, e poder colocá-los no mercado nos momentos mais adequados", explica.

O trabalho intransigente de defesa do Funcafé que o Conselho realiza, completa o presidente, justifica-se em momentos como o atual. "A finalidade principal do nosso Fundo é possibilitar a geração de renda ao cafeicultor, por isso o CNC atua com compromisso e responsabilidade quando o assunto é o Funcafé, cujos recursos precisam ser preservados para ajudar produtores em situações adversas, como essa ocasionada pelo clima", argumenta.

Ele recorda que os cafeicultores, que tiveram suas lavouras impactadas e desejam tomar o capital do Fundo para financiar a recuperação dos cafezais, devem iniciar o levantamento para lavrarem um laudo técnico da situação, já que essa é uma condição imposta pelo Manual de Crédito Rural e que também foi acordada entre cadeia produtiva e governo dentro do CDPC.

Quebra de safra preocupa cafeicultores mineiros

Minas pode colher uma safra de café até 43% menor este ano. É o que revela o 1º Levantamento da Safra 2021 de café, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nesta quinta-feira (21). Ainda segundo o estudo, o Sul de Minas deve amargar perdas entre 43 e 47%, em relação ao ano anterior.

O vice-presidente do Sistema FAEMG e presidente das Comissões de Cafeicultura da entidade e da CNA, Breno Mesquita, confirma que os números batem com a percepção do setor produtivo. "Já vínhamos alertando para este cenário desde o ano passado. Além da bienalidade negativa, tivemos graves problemas climáticos em 2020, que já nos sinalizavam uma perda preocupante para a safra atual. Os percentuais levantados pela Conab são bastante similares aos que temos recebido de feedback dos produtores e cooperativas".

Minas Gerais responde por quase metade de toda a produção nacional, e deve alcançar entre 19,8 milhões e 22,1 milhões de sacas (redução de 42,8% em relação ao último ano). A perda mineira pode ser percentualmente maior do que a média de outros estados, pela predominância do café arábica, que sofre maior influência da bienalidade negativa. Mas as perdas apontadas pela Conab são igualmente preocupantes para todo o país: o documento estima uma produção nacional total - somados conilon e arábica -, entre 43,8 milhões e 49,5 milhões de sacas, indicando uma redução entre 30,5% e 21,4%, em comparação ao resultado apresentado na safra passada.

"É uma perda muito significativa e que nos preocupa muito, porque esses reflexos do clima provavelmente impactarão também a safra seguinte, de 2022. Precisaremos criar dispositivos para que o cafeicultor brasileiro tenha condições de ultrapassar esse momento. Desde o ano passado temos trabalhado nessa busca por recursos, linhas de crédito e instrumentos de renda para o produtor. Já conseguimos o aporte de 150 milhões para a recuperação de cafezais danificados, que estão disponíveis aos produtores e serão essenciais para dar fôlego à cafeicultura brasileira". – conclui Breno Mesquita.

Mineração brasileira encerra 2020 com bons resultados

A mineração brasileira fechou o ano de 2020 com resultados bastante positivos. Apesar dos impactos causados pela pandemia de covid-19, o setor conseguiu se recuperar ao longo do ano se beneficiando da valorização do minério de ferro – que chegou a quase US$ 164 a tonelada em dezembro – e de metais não-ferrosos.

Segundo o superintendente do Grupo MBL, Jerri Alves, a maior responsável pela boa performance do segmento no ano passado foi a China, que é um dos países que mais importam matérias-primas industriais. "Os incentivos e investimentos do governo chinês em projetos de infraestrutura e empreendimentos imobiliários, por exemplo, permitiram que a economia de seu país permanecesse estável mesmo com a chegada da pandemia. Com este contexto, o Brasil, que é um forte fornecedor de commodities para a China, também foi favorecido. Operando em 90% da capacidade de suas usinas de aço, a nação asiática conseguiu manter o seu alto consumo de minérios e metais brasileiros, o que acabou impulsionando o aumento da cotação do minério de ferro", explica.

De acordo com Jerri, ainda existem outras relevantes situações que contribuíram para que a alta nos preços dos produtos da mineração nacional se mantivesse firme até o encerramento de 2020. "Uma delas foi a diminuição da oferta prevista por parte da Vale para este ano, em consequência de problemas operacionais da empresa em Minas Gerais. O segundo fator que estimulou a elevação da cotação minerária foi a intensidade das chuvas nos primeiros três meses do ano. Elas costumam afetar a dinâmica dos embarques no Brasil. Os ciclones recorrentes nas regiões dos portos da Austrália também alteram o andamento das viagens. As duas nações são as maiores produtoras da commodity no mundo", comenta.

Jerri aponta que até o mês de setembro, o rendimento anual da mineração nacional havia alcançado os R$ 125 bilhões, dos quais 40% foram adquiridos só no terceiro trimestre. "Os preços de metais não ferrosos, como o alumínio, níquel, cobre e zinco, apresentaram grande elevação na Bolsa de Metais de Londres, o que contribuiu para a recuperação do setor, que também foi aquecida pela valorização cambial das exportações e cotação das commodities", aponta.

A procura por minerais industriais como a brita, areia e calcário no mercado interno, expôs um acentuado crescimento no ano passado em decorrência do marcante aumento dos lançamentos imobiliários e da autoconstrução. "Já as exportações, fecharam 2020 com um avanço de 10%, atingindo os US$ 35 bilhões. Entre janeiro e novembro, a balança dos embarques acumulou US$ 32 bilhões. Não há dúvidas de que o minério de ferro será o carro-chefe do setor em 2021, as expectativas são animadoras, principalmente, nas exportações dele e de minerais como o nióbio e manganês que irão para a China, Japão e outros países", ressalta.

O Aço brasileiro no ano de 2020

"A produção de aço, que atingiu 31 milhões de toneladas em 2020, sofreu uma queda de 4,9% em relação ao que foi produzido em 2019, fundamentalmente devido à parada de equipamentos ocorrida no momento mais agudo da grave crise de demanda enfrentada pela indústria em abril do ano passado", disse Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil.

As vendas internas, em 2020, de 19,2 milhões de toneladas, apresentaram crescimento de 2,4% no ano na comparação com o ano anterior, confirmando a intensa recuperação do mercado interno a partir do 2º semestre.

As exportações, de 10,7 milhões de toneladas, ficaram 16,1% abaixo do total de exportações realizadas em 2019. No tocante ao consumo aparente de produtos siderúrgicos, em 2020, este atingiu 21,2 milhões de toneladas, representando um crescimento de 1,2% em relação ao ano de 2019.

Construção civil fecha 2020 com crescimento de mais de 20% em relação ao pré-COVID e expectativas são de mais crescimento em 2021

Estudo da Juntos Somos Mais mostra que expectativa do setor é positiva para este ano

No início da pandemia, o setor da construção civil como todos os demais setores sofreu um forte impacto no volume de vendas. Porém, o varejo da construção civil demonstrou forte resiliência e adaptação às novas demandas durante a pandemia. Ao longo dos últimos cinco anos, o setor aprendeu a conviver com o decréscimo do PIB e a constante crise no segmento, tornando-o preparado e criativo para enfrentar novas dificuldades.

Com um ecossistema que reúne mais de 85 mil varejistas, 500 mil profissionais da construção civil em todo Brasil e mais de 25 empresas de serviços e indústrias ligadas à construção civil, a Juntos Somos Mais vem acompanhando o desempenho do setor ao longo dos últimos meses. O indicador Juntos Somos Mais, que apura as vendas de indústrias para o varejo da construção, indicou que, no acumulado do ano até novembro, o setor teve uma performance 22% do setor melhor do que no período pré-COVID. Apenas em novembro de 2020, a performance foi 48% melhor do que no período anterior.

No início da pandemia, em abril, a expectativa em relação ao desempenho de vendas para 2020 era muito ruim. Pesquisa realizada no dia 17 daquele mês com representantes das indústrias da construção civil indicou que apenas 11% dos respondentes acreditavam que o ano de 2020 teria um faturamento superior ao ano de 2019, outros 11% que 2020 seria similar à 2019, enquanto 22% que a queda seria de até 10% e 56% entendiam que a queda seria entre 10% e 30%. A pesquisa mais recente, realizada em dezembro de 2020, aponta que 89% acreditam que 2020 será de crescimento no faturamento versus o ano anterior e 11% que o faturamento de 2020 será similar ao ano anterior.

Há vários fatores contribuindo para o desempenho positivo do segmento. O primeiro deles está ligado a uma mudança de comportamento do consumidor que, estando mais tempo em casa, tem valorizado mais a sua casa e classificado "pequenas reformas" como um "item importante, não supérfluo". A taxa de juros nos menores patamares da história conjugada com um déficit habitacional que cresceu de 2012 a 2017 (último dado disponível) também têm motivado a demanda por obras e reformas. Entretanto, a partir de análise de dados internos e indicadores externos, a área de Inteligência da Juntos Somos Mais concluiu que o auxílio emergencial foi responsável por 75% do crescimento.

Consequentemente, o fim do auxílio traz incertezas sobre cenários de crescimento no próximo ano. Ainda assim, 100% das indústrias pesquisadas esperam aumento de faturamento em 2021, sendo que 67% esperam crescimento acima de 10%. "Apesar de muitas incertezas sobre este ano, a mudança de comportamento do consumidor em relação a sua casa, taxas de juros em patamares historicamente baixos e o alto déficit habitacional no Brasil devem estimular significativamente a demanda por obras e reformas", explica Antonio Serrano, CEO da Juntos Somos Mais, que ainda destaca: "Movimentos do governo como o marco legal do saneamento e o lançamento da Casa Verde e Amarela são combustíveis adicionais para a demanda." Por outro lado, o fim do auxílio emergencial, maior desemprego e a macroeconomia podem prejudicar as expectativas reduzindo investimentos. "Devemos estar preparados para diversos cenários este ano e vamos trabalhar para que 2021 a construção civil contribua para o crescimento do Brasil", finaliza Serrano.

O Juntos Somos + foi criado em 2014 pela Votorantim Cimentos como um programa de relacionamento. Desde o início, a proposta era desenvolver varejistas e profissionais, contribuindo, assim, para a sustentabilidade da cadeia por meio da geração de novos negócios. Contando com os sócios Gerdau e Tigre, o Juntos Somos + se transformou em uma empresa independente, a Juntos Somos Mais, um ecossistema que pretende fortalecer o varejo da construção civil, desenvolvendo e qualificando o varejista. Atualmente, no programa, há mais de 25 empresas líderes do setor da construção participantes juntamente com mais de 85 mil lojas e mais de 500 mil profissionais.

Novo Regime de Recuperação Fiscal/Nova Lei de auxílio a Estados e Municípios – Um tema de muito interesse para Minas Gerais

Carolina Antunes/Agência Brasil

Jair Bolsonaro sancionou o projeto, mas com veto em uma parte dos benefícios

O Palácio do Planalto informou que, no dia 13 de janeiro último, o presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto que traz medidas de auxílio financeiro a estados e municípios. A estrutura principal da proposta foi mantida, mas uma parte dos benefícios foi alvo de veto. Bolsonaro vetou, por exemplo, um artigo que suspenderia em 2021 a execução de contragarantias pela União sobre dívidas atrasadas de governos regionais. A contragarantia é um instrumento que permite ao governo buscar ressarcimento após honrar débitos não pagos pelos entes. O artigo vetado também obrigaria o Tesouro Nacional a bancar as prestações de financiamentos dos estados com instituições multilaterais. Essa regra valeria para os pagamentos que fossem suspensos pelos entes com autorização da lei.

Após a aprovação do projeto, o Ministério da Economia informou que as medidas previstas no texto darão um alívio de R$ 217 bilhões aos governos regionais ao longo de nove anos.

A lei amplia o prazo do Regime de Recuperação Fiscal de Estados em grave crise e prevê facilitação de crédito para entes que ajustarem suas contas. A medida também estabelece regras de equilíbrio financeiro para Estados endividados e prevê que os entes que aderirem ao programa cortem ao menos 20% dos incentivos fiscais em três anos. Para os Estados com as finanças em situação crítica, foi reformulado o Regime de Recuperação Fiscal, que hoje tem a participação apenas do Rio de Janeiro. O novo formato permitirá a adesão de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás. Juntos, os quatro estados poderão suspender o pagamento de R$ 130 bilhões de dívidas com a União ao longo dos nove anos do programa.

Atualmente, o Regime de Recuperação Fiscal tem duração menor, de três anos, renováveis por mais três. De acordo com a nova lei, o Estado que entrar no Regime terá que adotar algumas medidas, como a venda de suas estatais, adotar uma reforma da Previdência para os seus servidores estaduais nos moldes das regras atuais do funcionalismo federal e a redução de 20% dos benefícios fiscais em três anos. Entes em situação menos grave poderão optar pelo Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal.

O programa libera, ainda, que esses Estados captem empréstimos com garantia da União, desde que adotem medidas de ajuste fiscal. Nesse plano, Estados e Municípios terão que cumprir 3 de 7 medidas, entre elas vender total ou parcialmente a participação societária de empresas públicas ou sociedades de economia mista para pagar passivos com os recursos arrecadados. Outra possibilidade é a de se fazer reforma da Previdência ou realizar leilões de pagamentos para quitar dívidas de credores que oferecerem maior desconto. Uma das medidas terá que obrigatoriamente ser a adoção de um teto de gastos para reajustar o

crescimento das despesas à variação do IPCA (inflação). Há ainda medidas gerais para unificar a contabilidade dos Estados e dar transparência ao gasto público. Uma das ações prevê a uniformização do cálculo de gasto com pessoal nos Estados. Hoje, não há uma regra unificada. Por isso, há diferentes fórmulas usadas, o que dificulta o controle e fiscalização por parte do Tesouro Nacional. Por exemplo, o texto deixa claro que o cálculo considera a remuneração bruta do servidor.

O principal veto do presidente da República foi em relação ao alívio para dívidas dos Estados, no valor de R$ 17,3 bilhões nas dívidas de Estados e Municípios com organismos multilaterais (como Banco Mundial e BID).

Alexandre Amarante

O relator, Mauro Benevides (PDT-CE), afirmou que o congresso deve derrubar o veto

Tal veto despertou a ira de secretários de Fazenda, que viam no dispositivo um dos maiores benefícios aos Estados e Municípios que procuraram ajustar suas contas e mantêm boa nota na classificação de risco do Tesouro. A avaliação é que o veto à lei que renegociou a dívida dos governos regionais prejudica quem fez o ajuste, enquanto os Estados superendividados que aderirem ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) continuarão tendo acesso ao benefício.

O relator do projeto na Câmara, Mauro Benevides (PDT-CE), afirmou que o Congresso deve derrubar o veto e restituir o alívio, que havia sido acordado com o governo como contrapartida à redução na duração do RRF – o programa de socorro para Estados superendividados. Entre os Estados, São Paulo seria o mais prejudicado pelo veto presidencial. O alívio em 2021 para as finanças comandadas pelo governador João Doria (PSDB) seria de R$ 2,3 bilhões. Já para o município do Rio de Janeiro, com Eduardo Paes (DEM) à frente da Prefeitura, a suspensão da dívida seria de R$ 509 milhões.

Ao Estadão/Broadcast, o deputado contou que, logo que o teor dos vetos foram divulgados pelo Palácio do Planalto, os secretários de Fazenda começaram a ligar indignados com a decisão do governo federal.

Benevides criticou ainda a justificativa apresentada, de que a suspensão da dívida fere a Constituição – ao mesmo tempo em que o alívio foi mantido para os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que vão aderir ao RRF. "Quero que, tecnicamente, o governo explique que é constitucional para um, e não para outro", critica Benevides, que já foi secretário de Fazenda do Ceará. Segundo ele, o alívio na dívida com os organismos federais (R$ 7,3 bilhões para os Estados e R$ 10 bilhões para os municípios) beneficiaria os Estados com nota A, B e C, as mais altas no ranking do Tesouro que avalia a situação de sustentabilidade dos governos regionais (A é considerado o melhor pagador)

O Ministério da Economia havia estipulado um teto de R$ 10 bilhões para a suspensão dessas dívidas, que seriam honradas pelo governo federal por um ano. A proposta era conceder o benefício só para os Estados. Na tramitação do projeto, Benevides incluiu os municípios, mas buscou compensar coma redução de dez para nove anos no prazo de vigência do RRF. Pelos seus cálculos, a troca garantiu um ganho de R$ 24 bilhões ao Tesouro, enquanto rendeu a "mágoa" do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que defendia prazo maior.

Benevides diz que o governo quebrou o acordo, mas preferiu não entrar em questões políticas que poderiam ter levado o presidente a vetar o texto.

Bolsonaro também vetou uma mudança que endureceria a proibição a gestores em fim de mandato de assumir obrigações com gastos e obras sem deixar dinheiro em caixa para bancá-las. Apesar de o dispositivo integrar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tema mais afeito ao Ministério da Economia, o veto foi feito a pedido da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência. O Tesouro Nacional informou que, com o veto, permanece em vigor a regra anterior, que exige dinheiro em caixa para cobrir as despesas contratadas nos últimos dois quadrimestres do mandato.

Fonte: O Estado de S.Pauo – Fundação Perseu Abramo – 14 e 15. 01.2021

Contencioso tributário soma R$ 5,4 trilhões no Brasil

Relatório do Núcleo de Tributação do Insper mostra que disputas envolvendo a cobrança de tributos equivalem a 75% do PIB

Freepik.com

Ao menos R$ 5,4 trilhões em cobrança de tributos eram alvos de disputa em processos judiciais e administrativos no Brasil em 2019. O valor equivale a 75% do PIB (Produto Interno Bruto) daquele ano.

O resultado é apresentado na segunda edição do relatório Contencioso Tributário no Brasil, concluído em dezembro de 2020. O trabalho foi conduzido por Lorreine Silva Messias, Larissa Luzia Longo, Carla Mendes Novo e Breno Vasconcelos, pesquisadores do Núcleo de Tributação do Insper, sob coordenação de Vanessa Rahal Canado.

Os pesquisadores definiram como contencioso tributário o conjunto de créditos em disputa em processos judiciais e administrativos -créditos tributários são os pagamentos de tributos cobrados por União, estados ou municípios de uma empresa, por exemplo.

Os R$ 5,4 trilhões retratam só uma parcela do contencioso, pois nem todos os dados sobre o tema estão disponíveis para consulta pública -grande parte dos números dos entes subnacionais que compõem o relatório foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação. Além disso, a amostra não inclui processos nos quais contribuintes buscam deixar de pagar algum tributo ou reaver o que já foi pago - os

valores destes casos são considerados de difícil mensuração.

Na primeira edição da pesquisa, que se concentrou em 2018, o contencioso chegava a R$ 4,98 trilhões, o equivalente a 73% do PIB daquele ano. A quantia, entretanto, não pode ser comparada à do novo relatório, uma vez que houve a ampliação da quantidade de estados e municípios observados. Só as fontes e as bases de valores da União são as mesmas.

Sozinha, a União, que é a principal responsável pela cobrança de tributos no país, responde por cerca de 70% do estoque de contencioso de processos em tramitação na Justiça ou na esfera administrativa (órgãos ligados aos governos federal, estadual ou municipal).

Alguns dados da amostra coletada permitiram identificar os tributos mais problemáticos.

No caso de 18 estados e do Distrito Federal, o valor estimado de disputas judiciais envolvendo o ICMS equivale a 110,1% do total arrecadado com todos os tributos por esses mesmos entes federativos em 2019.

No nível federal, o contencioso desencadeado pelo IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) apresenta a maior porcentagem, 64%, em comparação à arrecadação bruta da União. No nível municipal, considerando os dados de dez capitais, o ISS (Imposto sobre Serviços), com 61,5%, é a principal fonte de disputas.

Quando se compara o valor do contencioso de cada tributo à arrecadação gerada apenas por ele, as porcentagens sobem. Na esfera federal, as disputas relacionadas ao IRPJ correspondem a 813% da receita que a União teve com o imposto em 2019.

Reflexos

O contencioso calculado representa um estoque de capital improdutivo na economia, segundo Lorreine Messias, uma das autoras do trabalho. "Trata-se de recursos que poderiam ser empregados na formação de capital produtivo, como qualificação de mão de obra, bens de capital e melhoria dos processos produtivos e de gestão."

"Em função da complexidade tributária e insegurança jurídica", explica a pesquisadora, "os recursos passam a ser direcionados à constituição de provisões tributárias, contratação de assessorias jurídicas e contábeis, despesas judiciais, oferecimento de garantias judiciais, entre outros custos de transação nos quais empresas acabam incorrendo para poder operar."

"Para enfrentar o imenso problema, o primeiro passo é reconhecer que contencioso não é causa, mas sintoma de um sistema tributário com falhas estruturais", afirma Breno Vasconcelos, coautor da pesquisa. "É preciso trabalhar nas origens do problema. Na tributação do consumo, por exemplo, todos os entes, União (PIS/Cofins, IPI), estados (ICMS) e municípios (ISS), têm competência para legislar, e isso gera milhares de interpretações e conflitos." A alteração desse quadro está condicionada a uma reforma tributária.

"Também é possível trabalhar para melhorar a relação entre Fisco e contribuintes por meio de programas de conformidade que premiem os bons e punam somente os maus pagadores", diz o pesquisador. Outra saída citada por ele é a implementação de governança nos procedimentos internos das administrações tributárias para criar bons incentivos e evitar conflitos na produção, aplicação e interpretação das normas.

O Insper é uma instituição independente e sem fins lucrativos, que busca ser referência em educação e geração de conhecimento por meio do ensino de excelência e pesquisas nas áreas de Administração, Economia, Direito, Engenharia, Políticas Públicas e Comunicação. No portfólio, cursos para várias etapas de uma trajetória profissional: graduação (Administração, Economia e Engenharias), pós-graduação lato e stricto sensu (Certificates, MBAs, programas da área de Direito, Mestrados Profissionais e Doutorado) e Educação Executiva (programas de curta e média duração, e customizados de acordo com as necessidades das empresas). No âmbito da produção de conhecimento, o Insper atua por meio de cátedras e centros de pesquisa que reúnem pesquisadores em estudos e projetos dirigidos a políticas públicas, agronegócio, educação, inovação, finanças e gestão. Tem as certificações de qualidade da Association to Advance Collegiate Schools of Business (AACSB), Association of MBAs (AMBA) e Associação Nacional de MBA (Anamba).

Nova diretoria toma posse na ACMinas

Presidente José Anchieta da Silva apresenta, durante evento de posse, os projetos da gestão 2021/2022

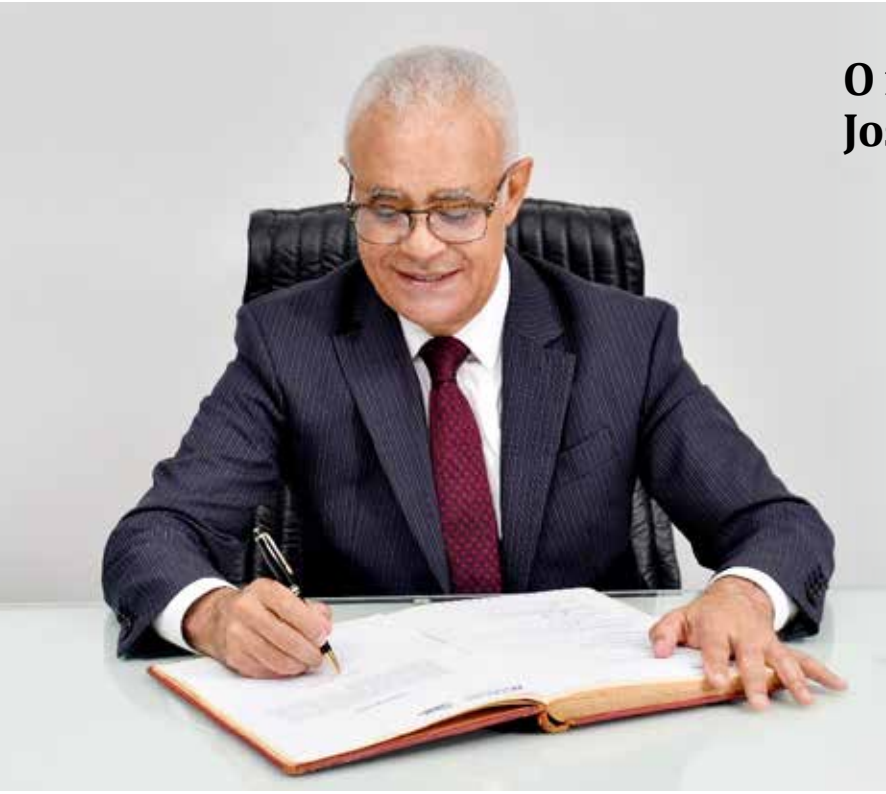
O advogado José Anchieta da Silva, eleito em dezembro para presidir a Associação Comercial e Empresarial de Minas, tomou posse quarta-feira, 06 de janeiro, em cerimônia realizada de forma remota pelo aplicativo zoom, seguindo as normas sanitárias de cuidados da pandemia do Covid-19. Anchieta analisou, em seu discurso, os cenários econômico, político, social e institucional do Brasil, e especialmente de Belo Horizonte, além de destacar o papel da ACMinas no processo de retomada do desenvolvimento econômico pós-pandemia. A solenidade, conduzida pelo presidente que deixava o cargo Aguinaldo Diniz Filho teve um momento de silencio logo na abertura para homenagear e se solidarizar com as vítimas da Covid-19.

Durante a abertura também foi lembrado e parabenizada a ACMinas por seus 120 anos de atividade ininterruptas. "Foi uma honra presidir essa entidade centenária e tão importante para Belo Horizonte. Ao deixar a Presidência ressalto a importância da ACMinas como parceira dos governos municipal, estadual e federal, das entidades empresariais e dos cidadãos na busca pelo desenvolvimento. Parabenizo aos meus antecessores por terem trazido ela até os dias de hoje. E me despeço com o sentimento de dever cumprido", comentou Aguinaldo Diniz Filho.

Os empossados, diretoria executiva, plena e emérita, assumem as atividades para o biênio 2021/2022. Durante o evento o presidente eleito apresentou as propostas e seus principais projetos que são:

- Projeto pauta comum: que busca em alinhamento com instituições para adquirir apoio para realização de projetos que sejam de grande valor para ambas as partes;
- Pregão invertido: uma espécie de pregão negativo, propiciando aos associados conhecer, previamente, num banco de fornecedores de seus produtos, aqueles que pratiquem preços mais baratos em relação aos praticados no mercado tradicional;
- Ouvir e ser ouvido: iniciativa a partir da própria diretoria, no sentido de ouvir a todos os associados, deles colhendo críticas, sugestões e, sobretudo, participação nas atividades da instituição;
- Revogaço: retomar o 'revogaço' mineiro, propondo um 'revogaço' nacional desobstruindo em benefício dos empresários, de todos os empecilhos desnecessários que oneram a ação da empresa;
- Fortalecimento da Câmara de Mediação Empresarial (CAMEAC): está na ideia de celebração de um convênio, no âmbito do Poder Judiciário de Minas Gerais, criando um programa de aproximação entre devedores e credores que tiverem títulos apontados a protesto, evitando-se a judicialização das cobranças;
- Revitalização do Centro de Belo Horizonte: propõe-se a aproximação com o governo da cidade de Belo Horizonte, no sentido de restaurar e revitalizar o centro antigo de Belo Horizonte.

Fábio Ortolan



O novo presidente José Anchieta da Silva:

Mestre em Direito Comercial pela UFMG, doutorando em Ciências Jurídico-Empresariais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, José Anchieta da Silva é professor concursado de Direito Comercial da UFMG e docente na Faculdade de Direito Milton Campos. Exerceu o cargo de Secretário Geral da Escola de Advocacia da OAB/MG e presidiu o Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Atuou ainda como Delegado da Comissão de Relações Internacionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil junto ao Mercosul. É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e das Academias Municipalista e Marianense de Letras. Atua como árbitro e é presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas - AMLJ e titular de José Anchieta da Silva Advocacia.

Discurso de Posse

Pronunciamento na posse da presidência da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMINAS – no dia 06 de janeiro de 2021

Nesta sessão fechada, em transmissão virtual em face da pandemia que se abate sobre toda a Humanidade, o Coronavírus (Covid-19), assumimos a presidência da nossa mais do que centenária Associação Comercial e Empresarial de Minas. O responsável primeiro por essa condução é o presidente Aguinaldo Diniz (aqui presente), a quem, com um sublinhado agradecimento, rendemos nossas homenagens. Não é sem razão que a gestão que assume o comando da ACMINAS a partir de agora adota o título de 'Aguinaldo Diniz, segundo tempo', com o compromisso de 'construir pontes'. Trata-se de uma identidade de propósitos em si autoexplicativa.

A nossa Diretoria toma assento nos seus postos-em-chefe no momento em que a pandemia do Coronavírus crava, só no Brasil, o número trágico, melancólico, deprimente, assustador, de duzentos mil mortos, todos vitimados do Covid-19. Numa prática, acredita-se, universal, costuma-se homenagear aos mortos, em sessões cívico-sociais, com um 'minuto de silêncio'. Vamos quebrar essa tradição, respeitando-a embora. Vamos substituir esse 'minuto de silêncio' por um 'grito', grito coletivo, a todos os pulmões, chamando a atenção de todas as autoridades no sentido de que se respeite a 'Vida Humana'; que dirijam, as autoridades, todas, os esforços, também todos, com os seus planteis intelectuais, físicos, morais, sociais, orçamentários, no sentido de debelar esse mal, salvando-se todas as vidas possíveis. Este é o comando, externado ou não, de todas as proclamações da vida, em todos os tempos. Espaço não há para tratar de questão dessa relevância fundante, com olhos voltados para interesses menores. Registre-se, todos os demais interesses em relação à pandemia instalada são interesses menores. Este é o grito.

Tiremos, todavia, a primeira das conclusões positivas desse estado pandêmico em que se vive. Da combinação da ciência com a atividade empresarial é que nasce os caminhos novos da vacinação e da cura. Os cientistas exercitam sua atividade pesquisadora em centros de pesquisa e em laboratórios. Ambos são empresas. A indústria farmacêutica dos insumos, dos fármacos, o armazenamento, o transporte e o suporte da atividade de vacinação, de medicação e de tratamento são, todas, sem exceção, atividades ao abrigo daquilo que se considera, numa alça maior, atividade empresarial. É dizer, a erradicação da pandemia do Coronavírus não se dará sem a ação plena de um plexo de atividades empresariais que, inclusi-

ve, estão compreendidas no Estatuto Social da ACMINAS.

Feita essa necessária consideração introdutória, é preciso ainda chamar a atenção do Estado na sua obrigação de dar proteção, também, para esse outro cidadão: a sociedade empresária. O Estado brasileiro deve essa atenção à atividade empresarial e isto compõe, com grau de prioridade, a plêiade de enfrentamentos que serão objeto de incansável serviço no curso de nossa gestão no âmbito da ACMINAS.

Empresar é construir porque todo empresário é construtor de uma renovação da sociedade em movimento. No nosso programa de ação estão projetos que reputamos relevantes e dentre os quais se destacam:

***Pauta Comum:** As instituições privadas precisam dialogar entre si para, noutro plano, dialogarem, harmonicamente, com as autoridades. O exercício das parcerias é sempre útil e saudável porque parcerias são multiplicadores. Aves da mesma plumagem voam juntas.*

***Bom dia Associado:** Se se propõe dialogar porta-a-fora, em primeiro lugar é preciso plantar esse diálogo internamente. Toda associação tem existência em função da existência de seus associados. Portanto, todos os dias, em sistema on-line a ACMINAS levará a sua palavra, a novidade da hora, a cada um de seus associados.*

***Ouvir e ser ouvido:** combinado com os projetos anteriores, a ACMINAS conversará, telefonicamente (não se trata, aqui, de conversar apenas com o dedo e com a telinha), todos os dias, com número razoável de associados, ouvindo-os antes de se fazer ouvir e é essa conversa que alimentará o comando da instituição.*

***Pregão negativo:** cogita-se da criação de um sistema informativo com a função de, para selecionados itens (itens comuns), informar permanentemente aos associados onde adquirir insumos, matérias primas e implementos pelos menores preços. Antecipamos que compreendemos o desafio que a empreitada representa.*

***Ampliação do Revogasso:** com o registro de que esse projeto não é originalmente da ACMINAS, porque é do atual Governo do Estado de Minas Gerais; com o registro, também, de que alguma coisa nesse sentido já se fez com a edição da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), o que se pretende é dar visibilidade a essas acontecências, ampliando os seus efeitos e criando o que poderá ser um desejável Revogasso nacional.*

***Sem protesto:** cogita-se, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e com os Cartórios de Protesto, da criação de um 'sistema de alerta' com a informação, em tempo real, a cada devedor com título apontado a protesto, com a finalidade de aproximação das partes devedora e credora, evitando-se o protesto e eventual execução judicial com todos os seus inconvenientes. Este projeto carrega um outro projeto que lhe torna adjecto: a animação da Câmara de Mediação e Conciliação Francisco Américo Mattos de Paiva criada no âmbito desta ACMINAS.*

***Revitalização dos Centros antigos de Belo Horizonte (pode não ser um só):** é pretensão da ACMINAS viabilizar, junto ao governo do município de Belo Horizonte, essas revitalizações. Todas as metrópoles do mundo que desenvolveram esse tipo de revitalização colheram dividendos empresariais, sociais e ambientais (Buenos Aires e Barcelona são exemplos). A atividade empresarial sabe, e bem, ocupar espaços. É, todavia, indispensável, que eles existam e que o Estado faça a sua parte com relação à limpeza, acessibilidade e segurança no ir-e-vir.*

***Visitante ilustre:** preferencialmente em conjunto com outras instituições, pretendemos criar o diploma 'visitante ilustre' para as figuras nacionais e internacionais que por aqui passarem em missões oficiais. Com esse projeto se criará mundo afora uma extraordinária rede de embaixadores de Belo Horizonte e de Minas Gerais.*

***De braços dados com o Sebrae:** essa extraordinária organização tem um cardápio de 135 (cento e trinta e cinco) oportunidades, em sentidos vários, disponibilizadas ao mundo empresarial. O que se pretende é criar um caderno de informações para cada associado e a ACMINAS acompanhará cada um de seus associados junto àquela instituição, no sentido de ser atendido. Esta parceria já está apalavrada.*

***Vitrine – apresente sua empresa:** a pretensão é criar um programa de apresentação das empresas dos associados para a comunidade e poderá dar-se em apresentação individual ou por grupos de atividades.*

***Café Parlamentar:** trata-se de programa antigo ao qual se pretende dar uma roupagem nova. O que se pretende é colocar a ACMINAS juntamente com instituições parceiras levantando o discurso das empresas (no interesse do Brasil, dos brasileiros e das empresas) quanto às reformas que o país tanto anseia: a reforma trabalhista (que ainda não se deu), a reforma tributária, a reforma política (na verdade uma reforma dos poderes), em síntese, uma reforma do Estado com a necessária reforma constitucional. Vamos fazer, para o Brasil, oportunamente, uma Constituição de verdade. É preciso reascender a ideia do 'Pacto das Instituições' na construção de alicerces de um Brasil melhor (um Brasil viável). Embora essa tenha sido, desde sempre, uma pregação desta presidência (que entende a Constituição brasileira uma Constituição antônima de si mesma), registramos a advertência que grande número de pessoas amigas, grandes pensadores, nos dedicam dizendo que, com a algazarra na qual se meteu o Brasil, essa pregação acaba representando um perigo. Correta a*

assertiva, mas, Roma não foi feita num só dia. Continuaremos pregando uma 'revolução das ideias'.

A Revolução Francesa, na travessia do século XVIII para o século XIX colocou no horizonte da Humanidade 3 (três) valores: a Liberdade, a Igualdade, a Fraternidade. Do primeiro, o constitucionalismo moderno tomou conta. A constituição brasileira capturou – e bem – o valor da liberdade. O terceiro valor, a fraternidade, foi capturado pela moral religiosa e tem sido conduzido de modo razoável, afinal todas as religiões e crenças pregam o valor da fraternidade. O segundo dos valores, no entanto, o da Igualdade, continua sem merecer os devidos cuidados. A Humanidade deve a si própria o trato devido à igualdade entre cidadãos, diminuindo as diferenças e, portanto, ampliando as oportunidades. Também essa tarefa está a cargo das empresas com a construção de um mundo novo, numa nova leitura de um capitalismo que valorize a figura humana. Também isto está no rol de nossos muitos fazeres, também este é um propósito da ACMINAS.

Anunciamos, desde logo, que a festa que a pandemia nos obrigou a adiar ocorrerá em dezembro deste nascente 2021, quando celebraremos, numa só efeméride, o sucesso das empresas mineiras pós pandemia, o encerramento do centésimo vigésimo ano da ACMINAS e tricentésimo ano de Minas Gerais, tudo numa festa digna dos que souberam fazer as melhores sedições e a mais relevante das inconfidências. Todas as vezes que Minas tomou a seu cargo a condução dos destinos do Brasil, o país caminhou para frente e ocupou lugar de destaque no concerto das nações. Consultem a História, a do Brasil e a de Minas. Portanto, caros confrades e confreiras desta centenária Confraria, Minas precisa, urgentemente, voltar a ser Minas. É o que esperam de todos nós.

Ao trabalho, e um frutífero ano de 2021.
José Anchieta da Silva.

ACMinas Diretoria empossada:

PRESIDENTE
JOSÉ ANCHIETA DA SILVA

VICE-PRESIDENTES
- Alessandra Alkmim Costa
- Carlos Alberto Teixeira de Oliveira
- Cledorvino Belini
- Fábio Guerra Lages
- Hudson Lídio de Navarro
- Janayna Bhering Cardoso
- José Epiphânio Camillo dos Santos
- Marcos Brafman
- Modesto Carvalho de Araújo Neto
- Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz
- Ruy Barbosa de Araújo Filho
- Sérgio Bruno Zech Coelho
- Wilson Nélio Brumer
- Wagner Furtado Veloso

DIRETORIA
- Adriana Avellar
- Adriano Viana Espeschit
- Aílton Ricaldoni Lobo
- Aloísio Andrade
- Antonio Carlos Dias Athayde
- Antonio César Jorge da Silva Ferreira
- Bernardo Freitas de Almeida
- Carlos Alberto Passos Villefort
- César Augusto Espíndola Bueno
- Cláudia Mascaarenhas Mourão
- Cláudio de Moura Castro
- Cleinis de Faria
- Cristiano Monteiro Parreiras
- Dalmar do Espírito Santo Pimenta
- Dino Bastos Sávio
- Eduardo Paoliello Nicolau
- Eduardo Vilela de Santana
- Eliane Maria Ramos de Vasconcellos Paes
- Esterlino Luciano Campos Medrado
- Geraldo Luiz de Moura Tavares
- Gilson Teodoro Arantes
- Guilherme Velloso Leão
- Hélcio Roberto Martins Guerra
- Hélio Marques Faria
- Isis Sant'Anna Martins Oliveira
- Izabel Cristina Carvalho Mendes
- João Bosco Varela Cançado
- João Henrique Café de Souza Novais
- José Aparecido Ribeiro
- José Ciro Mota
- José Henrique Dias Salvador
- José Luiz de Magalhães Neto
- José Osvaldo Guimarães Lasmar
- José Pedro Barbosa
- Juliana Pires de Moraes
- Kleber de Castro Colomarte
- Luís Itamar Saldanha
- Márcio Lima Leite
- Marco Aurélio Cunha de Almeida
- Marcos Vilella de Sant'Anna
- Maria Christina Martins da Costa Neves
- Monica Neves Cordeiro
- Octávio Elísio Alves de Brito
- Olavo Machado Júnior
- Onofre Junqueira Júnior
- Ottávio Raul Domênico Riberti Carmignano
- Pedro Vilaça Almeida
- Renato Travassos Martins da Silva
- Ricardo Queiroz Guimarães
- Sérgio Eduardo Michetti Frade
- Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira
- Tânia Maria Costa Reis
- Túlio de Souza
- Valseni Braga
- Wagner de Brito Barbosa
- Walter Fróes
- Yvan Mulls Costa Oliveira

CONSELHO FISCAL
Efetivos
- Cleider Gomes Figueirôa
- Edvar Dias Campos
- Nacib Hetti

Suplentes
- Nilza Dorothéa da Cunha
- Nourival de Souza Resende Filho
- Luiz Carlos Motta Costa

Arthur Lira recebeu pleitos dos representantes da indústria mineira

Industriais mineiros reuniram-se com o candidato à presidência da Câmara no dia 22 de janeiro

Franco Serrano

Empresários se reuniram na casa da indústria mineira, a FIEMG no dia 22 de janeiro último, para entregar ao candidato à presidência da Câmara Arthur Lira (PP-AL) um conjunto de propostas com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios no país.

"Falamos com o deputado Arthur Lira sobre projetos existentes na Casa que entendemos como prioritários. São propostas que visam melhorar o ambiente de negócios, a segurança jurídica para que o setor produtivo possa crescer, empregar e pagar os seus tributos. Entregamos ainda algumas propostas, que precisam virar projetos de lei, que são relevantes para o setor produtivo e que também podem melhorar muito o ambiente de negócio", afirmou o presidente da FIEMG, Flávio Roscoe.

Lira falou sobre a importância de dialogar com diversos parlamentares e também com a sociedade. Ele reafirmou a satisfação por estar reunido com aqueles que contribuem para o desenvolvimento econômico do país. "Estamos falando sobre pleitos que favorecem o crescimento, sobre a votação das reformas importantes na área econômica para o Brasil. Estamos dizendo, Brasil afora, que é preciso haver entendimento entre as duas casas", enfatizou o deputado federal. O parlamentar apontou algumas pautas urgentes a serem aprovadas como a reforma administrativa, tributária e o orçamento.

Roscoe afirmou que o posicionamento de Lira vai ao encontro com o que o setor defende. "Concordamos com o deputado que a reforma administrativa é prioritária e que precede a tributária, porque com o Estado do tamanho que está, a tendência é que a reforma tributária venha aumentar a carga que pesa sobre o brasileiro. Entendemos que esse é o caminho adequado", sinalizou o líder industrial.

BUSCA PELA HARMONIA

Arthur Lira disse aos empresários que, se eleito presidente da Câmara, irá trabalhar pela harmonia na casa que, segundo ele, é muito diversa e representa todos os espectros políticos do país.

"Temos que respeitar todas as opiniões. Esse é nosso mantra por onde nós passamos: o diálogo, a franqueza, a transparência. O Brasil não aguenta passar 2021 discutindo e brigando. Precisamos dar demonstrações claras para a população do Brasil, para quem produz, que são aqueles que seguram esse país nas costas, de que Brasília não atrapalhará. Se ela não atrapalhar, o Brasil dá certo", enfatizou Lira.

Segundo Flávio Roscoe, os candidatos à presidência da Câmara Fábio Ramalho (MDB-MG) e Baleia Rossi (MDB-SP) também foram convidados para se reunir com os empresários mineiros.

IBM lidera o ranking de patentes dos EUA pelo 28º ano consecutivo

Mais de um quarto de século de liderança em patentes demonstra o compromisso de longo prazo da IBM com uma cultura de descoberta científica e inovações como Inteligência Artificial, Nuvem Híbrida, Computação Quântica e Cibersegurança

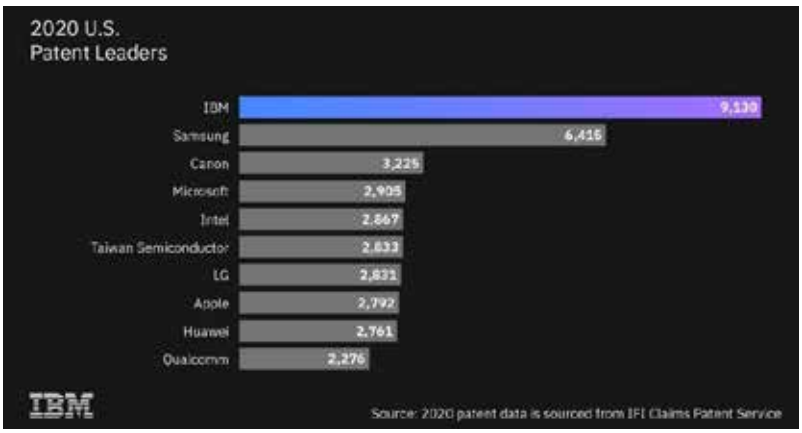
Cientistas e pesquisadores da IBM (NYSE: IBM) receberam 9.130 patentes dos Estados Unidos em 2020, mais do que qualquer outra companhia, alcançando 28 anos consecutivos de liderança em patentes. A IBM é líder de mercado em números de patentes recebidas relacionadas à inteligência artificial (IA), nuvem, computação quântica e cibersegurança.

"O mundo precisa, mais do que nunca, de pensamento científico e ação. O compromisso contínuo da IBM com pesquisa e desenvolvimento, tanto em momentos bons quanto desafiadores, abriu caminho para novos produtos e novas fronteiras da tecnologia da informação que têm beneficiado os nossos clientes e a sociedade", afirmou Dario Gil, Vice Presidente Sênior e Diretor de IBM Research. "A cultura da inovação na IBM está mais forte do que nunca, graças aos nossos inventores do mundo todo, que se dedicam, todos os dias, a avançar as fronteiras do conhecimento em seus respectivos campos", acrescentou.

A IBM liderou o mercado em número de patentes dos EUA em áreas-chave de tecnologia:

• **Tornando a IA mais intuitiva** - A IBM recebeu mais de 2.300 patentes em IA para ajudar as empresas a escalar seu uso. As patentes nesta área variam desde tecnologias para tornar os agentes virtuais mais responsivos às emoções ao falar com os clientes até a IA que pode ajudar as pessoas a tomarem decisões difíceis - resumindo os principais pontos de decisão dentre uma variedade de fontes de informação, tanto escritas quanto verbais, e as apresentando em visualizações fáceis de entender. A IBM está focada em fornecer inovações em processamento de linguagem natural, automação e construção de confiança em IA, e aplica continuamente novos recursos de IBM Research nos produtos de IBM Watson. Um exemplo foi o anúncio feito em 2020 pelo time de IBM Watson, sobre a primeira comercialização de recursos do Project Debater - uma tecnologia que digere massivas quantidades de texto e constrói um discurso bem estruturado em determinado assunto, com clareza e propósito.

• **Simplificando implementações de nuvem híbrida na borda (edge)** - A IBM recebeu mais de 3.000 patentes relacionadas a tecnologias de nuvem e nuvem híbrida. Uma das decisões cruciais que os CIOs enfrentam hoje é determinar quais dados serão processados no local (on premises) e quais serão processados na nuvem. Os inventores da IBM desenvolveram uma tecnologia para distribuir de forma inteligente os componentes de processamento de dados entre a nuvem, a borda e os dispositivos de computação intermediários. Ele oferece o potencial para otimizar bastante a nuvem híbrida para cargas de trabalho de IoT - como instruções de direção geradas por GPS que são sensíveis à latência. As ofertas de Edge e nuvem híbrida são elementos importantes do plano de produtos da IBM. Em maio de 2020, foi realizado o lançamento do IBM Edge Application Manager, uma solução de gerenciamento autônomo para permitir que cargas de trabalho corporativas de IA, analytics e IoT sejam implementadas e gerenciadas remotamente, fornecendo análises em tempo real e insights em escala. Além disso, em novembro de 2020, a IBM anunciou o IBM Cloud for Telecommunications para ajudar as empresas a aproveitarem todo poder do edge e do 5G. As ofertas holísticas de nuvem híbrida utilizam os recursos inovadores de criptografia da IBM, projetados para permitir que car-



gas de trabalho de missão crítica sejam gerenciadas de forma consistente do núcleo da rede à borda, para ajudar os provedores de telecomunicações a extrair mais valor de seus dados e oferecer inovação para seus clientes.

• **Preparando a base para aplicações quânticas poderosas** - Computação quântica é um grande foco para a IBM e isso se reflete na liderança da IBM em patentes obtidas nessa área. Uma das patentes, por exemplo, simplifica o mapeamento da simulação molecular quântica em um computador quântico. Como resultado, os pesquisadores serão capazes de explorar a simulação de reações químicas em computadores quânticos para entender como e quando o processo de descoberta em torno de novos materiais e novos produtos farmacêuticos será revolucionado. A IBM também recebeu uma patente que estabelece a base para a investigação de cálculos de análise de risco mais precisa e eficiente em um computador quântico. Essas ideias já estão sendo ampliadas por pesquisas feitas em colaboração com as principais instituições financeiras.

• **Maximizando a segurança para os dados mais confidenciais do mundo** - A partir de soluções para que as empresas possam proteger seus dados, especialmente em setores altamente regulamentados, os inventores da IBM receberam mais de 1.400 patentes relacionadas à segurança. Uma das patentes é usada para criptografia totalmente homomórfica (FHE), um método pioneiro para realizar cálculos em dados que permanecem criptografados enquanto são processados para maximizar a segurança dos dados em uso. Anteriormente, o processamento de dados criptografados exigia a descriptografia antes de processar e criptografar novamente os resultados, tornando os dados mais vulneráveis enquanto não criptografados. Os inventores da IBM patentearam uma técnica que permite que dados criptografados sejam organizados de forma que as operações de comparação de vetores FHE possam ser executadas com eficiência e maximiza a segurança dos dados. A IBM Security lançou um serviço que permite às empresas experimentar a criptografia totalmente homomórfica em dezembro de 2020.

As patentes foram concedidas a mais de 9.000 inventores localizados em 46 estados dos EUA e de 54 países. Desde 1920, a IBM já recebeu mais de 150.000 patentes dos EUA e desempenha um papel crucial em inovações que vão desde armazenamento magnético até cirurgia ocular a laser. A cultura de pesquisa científica da IBM é parte integrante do legado de inovação da empresa que é importante para nossos clientes e para o mundo. Como parte desses esforços, em abril de 2020, a IBM anunciou ser sócia fundadora do Open COVID Pledge, que concede acesso gratuito às patentes e submissões de patentes de seu portfólio de mais de 80.000 patentes em todo o mundo para quem está desenvolvendo tecnologias para ajudar a diagnosticar, prevenir, conter ou tratar o coronavírus.

Grupo Patrimar tem recorde de vendas e lançamentos em 2020

Em 2021, companhia estima mais que dobrar de tamanho

De acordo com a Prévia Operacional do 4T20 (4º Trimestre de 2020), o Grupo Patrimar - construtora e incorporadora mineira que atua em BH, RJ e no interior de SP nos segmentos de baixo, médio e alto padrão -, fechou o ano com resultados históricos de lançamentos e vendas. Para 2021, a expectativa é aumentar seu tamanho em decorrência do forte crescimento das operações.

Em 2020, a companhia lançou cerca de R$ 734,1 milhões em VGV, com crescimento de 45,9% quando comparado a 2019. Vale destacar que dois empreendimentos de alta renda da companhia foram lançados no mês de dezembro de 2020, totalizando um VGV de R$ 439,5 milhões. "O desempenho de vendas desses dois empreendimentos deverá impactar positivamente o volume de vendas contratadas no primeiro trimestre de 2021", explica Felipe Enck Gonçalves, Diretor de Relação com Investidores da Patrimar.

No consolidado do último ano (12M20), a companhia comercializou 908 imóveis, sendo 257 unidades habitacionais só no 4T20. O segmento de alta renda continua sendo o mais representativo nas vendas da Companhia, com 71,3% participação no 4T20 e 75,0% no total de 2020, o que reforça a liderança e força neste mercado. O VSO (Vendas Líquidas sobre Oferta) de 2020 fechou em patamar saudável de 40,4%.

Além disso, o Grupo Patrimar fechou o ano com banco de terrenos somando um VGV potencial de R$ 7,2 bilhões (R$ 5 bilhões % Patrimar), com um volume expressivo de empreendimentos em fase final de aprovação. "Os excelentes resultados reforçam o compromisso com a rentabilidade da companhia", afirma Alex Veiga, CEO do Grupo Patrimar.

De acordo com Felipe Enck Gonçalves, "a empresa segue na contramão da crise e continua investindo. Em 2021, o cenário do mercado imobiliário é bastante positivo diante das baixas taxas de juros e qualidade dos nossos produtos. Estamos otimistas", finaliza. Os dados consolidados do 4T20 serão divulgados no início de fevereiro.

Bem Brasil investe R$ 700 milhões na ampliação de sua planta de Perdizes

Este é o maior aporte da história da empresa, líder em vendas de batatas pré-fritas no país, e vai dobrar a atual capacidade produtiva, além de possibilitar a diversificação do mix

Com este investimento, a Bem Brasil, indústria de batatas pré-fritas congeladas, dá mais um importante passo para ampliar sua liderança em vendas no país. Com recursos próprios e captações realizadas no mercado, a empresa implementa a expansão de unidade industrial em Minas Gerais, com os investimentos sendo executados no período de 2021 a 2023. Com a expansão, sua capacidade produtiva praticamente irá dobrar, criando mais de 300 empregos diretos quando estiver a plena capacidade. A expectativa é de que o início da operação ocorra no último trimestre de 2021

O aporte total do projeto, que deverá atingir os R$ 700 milhões, leva em conta a ampliação da estrutura de apoio, armazenagem de matéria prima e produto acabado, além outros aspectos necessários para suportar o crescimento da companhia. “Completamos 14 anos em dezembro de 2020 e estamos muito felizes em anunciar essa expansão. Produzimos a batata preferida pelos brasileiros, mas há uma grande demanda ainda não atendida. Com esse investimento, será possível aumentar nossa produção e ainda diversificar o mix de produtos", afirma o presidente da Bem Brasil, Dênio de Oliveira. Atualmente, a empresa detém 40% do mercado nacional, mas projeta alcançar uma fatia ainda maior nos próximos anos.

A nova planta de Perdizes utilizará as mais modernas tecnologias disponíveis para o setor, além de ser ecologicamente sustentável. Ocupará aproximadamente 100 mil metros quadrados de área construída e vai gerar cerca de 1.500 postos de trabalho diretos e indiretos. Importante ressaltar dois aspectos relevantes que fazem parte deste projeto: a- Não há qualquer aporte de recursos financeiros advindos do poder público, ou seja, sem participação do Município, Estado ou União no projeto; b- No quesito sustentabilidade, a nova linha terá 100% da água tratada utilizada para irrigação, todo gás metano oriundo do tratamento do efluente

será queimado na caldeira substituindo parte da biomassa, toda água da chuva será canalizada para irrigação, todo resíduo orgânico destinado a produção de biofertilizantes aplicados na própria cultura da batata.

Em visita recente à empresa, o governador de Minas, Romeu Zema, ressaltou a importância do polo industrial da Bem Brasil para a economia da região, gerando emprego e renda, além de contribuir para que o "estado mantenha o destaque nacional no plantio e nos processos industriais da cadeia produtiva da batata". Ele enfatizou a visão empreendedora dos sócios-proprietários, que conseguiram agregar valor à produção. "Temos que ficar atentos a isso, e a Bem Brasil é um exemplo. Ao invés de vender a batata in natura, comercializa o produto beneficiado", declarou.

RELEVÂNCIA ECONÔMICA

A escolha de Perdizes para sediar a ampliação da fábrica da empresa se deu por uma combinação de aspectos que tornam a cidade atraente. "O local é estratégico do ponto de vista logístico, com rodovias que interligam o Sudeste, o Centro-Oeste e o Nordeste, facilitando o escoamento dos produtos. Estamos no principal polo de cultiva da batata no país, além de contar ainda, com mão de obra qualificada e diversificada na região", enfatiza o presidente do Conselho, João Emílio Rocheto.

Fabricante 100% brasileira de batata pré-frita congelada e flocos desidratados de batata, a Bem Brasil foi fundada em dezembro de 2006, em Araxá, no Triângulo Mineiro. Pioneira na atividade no país, conta, atualmente, com duas unidades fabris na região: a de Araxá e a outra no município de Perdizes, inaugurada em 2017. Juntas, geram mais de 700 empregos diretos e de 2 mil indiretos. A companhia é líder em vendas de batatas pré-fritas congeladas no país, produzindo, por ano, mais de 250 mil toneladas de produtos. Além disso, seu mix contempla mais de 20 itens voltados para food service e varejo nacional.

Bem Brasil anuncia novo presidente

Dênio de Oliveira deixa o cargo de diretor-administrativo-financeiro e assume o comando, sendo o primeiro sucessor de João Emílio Rocheto, fundador da empresa

A Bem Brasil Alimentos inicia 2021 com um novo presidente: Dênio de Oliveira, que ocupava o cargo de diretor-administrativo financeiro desde 2019, acaba de assumir o comando. Ele é o primeiro sucessor do fundador da companhia, João Emílio Rocheto, que passa a atuar no Conselho de Acionistas, juntamente aos demais sócios e membros. Terá como desafio, entre outros, liderar o processo de expansão da empresa, já em curso, com vistas a dobrar a produção atual de batatas pré-fritas congeladas e ampliar a liderança em vendas da indústria mineira no mercado interno.

O processo de transição da Bem Brasil vem sendo estruturado desde 2019, quando se tornou uma S.A. e passou a enfatizar a implementação de ações e práticas de Compliance, transparência e equidade na tomada de decisões. Agora amplia esse movimento de profissionalização da gestão, com a escolha de um CEO do mercado, com vasta experiência e conhecimento da companhia. "Dênio foi eleito pelo Conselho por sua competência e por um trabalho de excelência já desenvolvido, especialmente em 2020, um ano tão desafiador. Terá todas as possibilidades para acelerar a expertise do negócio, no que se refere à cultura e jeito de ser Bem Brasil, envolvendo o planejamento estratégico e a atuação em toda a cadeia de valor, para garantir o nosso legado", argumenta João Emílio Rocheto.

Recém-nomeado, Oliveira agradece a confiança do Conselho e reforça o compromisso com o crescimento sustentável da empresa. "Assumo essa missão com muito orgulho e responsabilidade. Seguiremos firme na meta de transformar a Bem Brasil em uma das maiores companhias do setor de alimentos do país, mantendo os valores que a fizeram chegar, com sucesso, até aqui. Para isso, temos estrutura e uma equipe competente e dedicada, além de ousadia e pioneirismo, características naturais da família Rocheto", afirma o novo presidente.

O executivo é bacharel em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), e concluiu o MBA em Controladoria e Finanças, na Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ). Ele possui mais de 30 anos de experiência profissional em diferentes segmentos, desempenhando funções nas áreas de Contabilidade, Controladoria, Finanças, Administrativa, entre outras. Dênio de Oliveira tem 57 anos.

Fabricante 100% brasileira de batata pré-frita congelada e flocos desidratados de batata, a Bem Brasil foi fundada em dezembro de 2006, em Araxá, no Triângulo Mineiro. Pioneira na atividade, conta, atualmente, com duas unidades fabris na região: a de Araxá e a outra no município de Perdizes, inaugurada em 2017. Juntas, geram mais de 600 empregos diretos e de 2 mil indiretos. A companhia é líder em vendas de batatas pré-fritas congeladas no país, produzindo, por ano, mais de 250 mil toneladas de produtos. Além disso, seu mix contempla mais de 20 itens voltados para food service e varejo nacional.

Para dar fôlego às empresas em recuperação judicial e extrajudicial no país, entrou em vigor, no dia 23 de janeiro, a Lei 14.112/2020

Número de empresas à beira da falência aumentou consideravelmente, gerando desempregos. Atualmente, 7 mil empresas estão em recuperação judicial no Brasil, o que corresponde cerca de 600 mil empregos.

Entre as iniciativas, a lei amplia o parcelamento dos débitos com a União para até 120 parcelas; propõe incentivos ao financiamento de quem já está devedor, ampliando parcelas de dívidas com a União e conversão de dívidas em capital social, entre outras.

A falência das empresas com a consequente perda de milhares de empregos é um dos efeitos mais nocivos da pandemia para o setor empresarial e reflete na sociedade como um todo. Para evitar o fechamento permanente das organizações, existe o processo de recuperação judicial e extrajudicial que tem como objetivo ajudar as empresas a evitarem a falência, reorganizar seus negócios e a pagarem suas dívidas, recuperando-se. Por isso, a Lei n. 14.112/2020 sancionada pelo presidente da República, no dia 24 de dezembro de 2020, e que entra em vigor agora no dia 23 de janeiro, é tão importante e vem em um momento decisivo, apesar dos seis vetos ao texto original do Projeto de Lei n. 4.458/2020, encaminhado pelo Senado Federal. As alterações contribuem para modernizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária, garantindo, entre outras, maior celeridade e segurança jurídica aos processos, cada dia mais morosos com o agravamento da crise gerada pelo novo coronavírus.

Para se ter uma ideia da importância desse tema, de acordo com o

Mudanças que beneficiam as empresas

- Uma inovação importante é a regulamentação de financiamento aos devedores em recuperação judicial, o denominado DIP Financing. Nos termos do novo texto, durante a recuperação judicial, o juiz poderá, depois de ouvido o Comitê de Credores, autorizar a celebração de contratos de financiamento com o devedor, garantidos pela oneração ou pela alienação fiduciária de bens e direitos, seus ou de terceiros, pertencentes ao ativo não circulante, para financiar as suas atividades e as despesas de reestruturação ou de preservação do valor de ativos. As regras e garantias previstas no novo diploma legal para o referido financiamento, oferecem maior segurança jurídica aos investidores, e devem ampliar as possibilidades de captação de recursos e consequentemente de recuperação dos devedores.

- Altera regras de parcelamento dos débitos com a União. Amplia o parcelamento de débitos anteriormente fixado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas para até 120 (cento e vinte) meses e estabelece a possibilidade de transação tributária para créditos inscritos em dívida ativa da União com descontos que podem alcançar até 70% (setenta por cento).

- Prevê a possibilidade de conversão de dívidas em capital social nos processos de recuperação judicial e falência.

- Em alinhamento ao objetivo da reforma legislativa de oferecer maior celeridade aos processos, a nova Lei impõe ao administrador judicial que no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do termo de nomeação no processo de falência, deverá apresentar, para apreciação do juiz, plano detalhado de realização dos ativos, e proceder à venda de todos os bens da massa falida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da juntada do auto de arrecadação, sob pena de destituição, salvo por impossibilidade fundamentada, reconhecida por decisão judicial. Dessa forma o legislador, estabeleceu, em tese, a possibilidade de encerramento de processo de falência em poucos meses.

Ministério da Economia, mais de 7 mil empresas estão em recuperação judicial no Brasil, o que corresponde cerca de 600 mil empregos atualmente. E o mais alarmante é que poucas empresas que entram em recuperação judicial conseguem voltar a operar, apenas 24% das grandes empresas e somente 9% das médias, micro e pequenas, segundo dados do ranking Doing Business. Isso mostra a importância das mudanças na nova lei.

Dentre as mudanças que beneficiam a classe empresarial, a advogada do escritório Bernardes & Advogados Associados, Mariella Santana, destaca que a nova Lei amplia os poderes dos credores e lhes garante participação mais ativa nos processos de recuperação judicial e falência. Estabelece a possibilidade de os credores apresentarem um plano de recuperação judicial alternativo, quando o plano apresentado pelo devedor não for aprovado pela assembleia geral de credores ou quando ultrapassado o prazo de 180 dias previsto no §4º, do Art. 6º, sem deliberação sobre o plano de recuperação judicial. Além disso, a nova legislação prevê a possibilidade de conversão de dívidas em capital social nos processos de recuperação judicial e falência.

Outra importante mudança é que a lei altera as regras de parcelamento dos débitos com a União e amplia o parcelamento de débitos anteriormente fixado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas para até 120 (cento e vinte) meses e estabelece a possibilidade de transação tributária para créditos inscritos em dívida ativa da União com descontos que podem alcançar até 70% (setenta por cento).

De acordo com Mariella, na prática a nova Lei foi criada para dar mais fôlego para a recuperação de empresas em dificuldades financeiras visto que tribunais de todo o Brasil notaram um crescimento considerável de casos envolvendo recuperação judicial e falência no último ano. "Garantir o vigor das empresas tornou-se ainda mais importante no cenário do período pós-pandemia, em que todos os estímulos para a retomada da atividade serão cruciais. Uma vez que a empresa volte à normalidade, esses postos de trabalho poderão ser preservados ou preenchidos".

A lei propõe ainda maiores facilidades ao devedor, ampliando parcelas de dívidas com a União, prorrogação do stay period por igual período (180 dias) e conversão de dívidas em capital social, por exemplo. Isso aumenta a probabilidade de recuperação eficaz das empresas em recuperação judicial, finaliza.

OS PONTOS VETADOS PELO GOVERNO

- - Destaca-se o veto ao dispositivo que previa a suspensão de execuções trabalhistas contra responsável, subsidiário ou solidário, até a homologação do plano de recuperação judicial ou a convolação da recuperação judicial em falência. O governo justificou o veto afirmando que o dispositivo contraria o interesse público por causar insegurança jurídica "ao estar em descompasso com a essência do arcabouço normativo brasileiro quanto à priorização dos créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho".

- - Outros dispositivos que foram vetados, e que merecem igual destaque, estabeleciam que, na hipótese de o plano de recuperação judicial aprovado envolver alienação judicial, "o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista". Para o governo, a medida contraria a Constituição Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal Justiça e do Supremo Tribunal Federal no que tange as obrigações ambientais, além de contrariar obrigações de natureza anticorrupção "haja vista que a excepcionalidade criada está em descompasso com os direitos fundamentais à probidade e à boa administração pública, além de ir de encontro ao interesse público, uma vez que podem implicar insegurança jurídica, além de prejuízo ao erário e no incremento de ações junto ao Poder Judiciário no combate à corrupção.

- Ocorre que ao vetar tais dispositivos, que tinham por objetivo ampliar a proteção dos adquirentes de bens do devedor, foram retiradas do texto legal blindagens que já estavam previstas no parágrafo único do Art. 60 da Lei n. 11.101/2005, por exemplo, a vedação a sucessão tributária. Outros dois dispositivos foram vetados pelo Presidente por falta de estudo do impacto financeiro, pois, na visão do governo, acarretariam renúncia de receita, sem o cancelamento equivalente de despesa obrigatória e sem estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

- Os vetos do Presidente da República ainda serão submetidos ao crivo do Congresso Nacional, e poderão ser mantidos ou derrubados.

Washington Alves/Reuters

Com quase 50 barragens em nível de emergência, Brasil mostra que não aprendeu nenhuma lição 2 anos após o crime da Vale em Brumadinho

Atualmente, 47 barragens estão em níveis de emergência no Brasil. Os dados são do último relatório semanal da Agência de Mineração (ANM), de 11 de janeiro. Destas, 42 estão em Minas Gerais e 30 são da empresa Vale, responsável pelo crime socioambiental de Brumadinho, ocorrido há dois anos, em 25 de janeiro de 2019.

Três destas barragens estão no nível três de emergência. São elas: B3/B4, da empresa Minerações Brasileiras Reunidas, na cidade de Nova Lima; e outras duas da Vale - Forquilha III, em Ouro Preto; e Sul Superior, em Barão dos Cocais, todas em Minas Gerais.

A Fundação SOS Mata Atlântica realizou um webinário na última quarta para debater a situação atual em Brumadinho e reforçar que não podemos esquecer da tragédia nem deixar de lutar pelas famílias impactadas e meio ambiente.

"A tragédia de Mariana foi o início da de Brumadinho. A Vale sabia dos problemas desde 2007. Eu paguei um preço muito alto em 2015, quando falei que haveria outras tragédias. Era uma questão de tempo. A estrutura e o sistema de fiscalização e controle continuavam o mesmo. O resultado que se vê é que depois se faz um acordo, e tudo volta ao status habitual. Levaram a uma permanência daquele sistema comprometido, frágil e sob controle do poder econômico, que trouxe a essa tragédia de Brumadinho", afirmou o promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador da área de Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), que em 2015 era responsável pelas investigações em Mariana como coordenador do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais (Nucam).

Em Brumadinho, 16 pessoas foram denunciadas, sendo 11 da Vale, cinco da TÜV Süd, além das próprias empresas. A denúncia foi por homicídio duplamente qualificado em razão do perigo comum, multiplicado por 270 vezes - o número de vítimas.

A moderadora do evento, Cristina Serra, autora do livro "A Mata Atlântica e o Mico-Leão-Dourado" e colunista da Folha de S. Paulo, ainda destacou os dois nascituros, uma vez que duas mulheres gestantes estão entre as vítimas do desastre.

O OLHAR DA COMUNIDADE

Para Marina Oliveira, moradora da região e coordenadora de Projetos para as comunidades atingidas pelo crime da Vale em Brumadinho pela Arquidiocese de Belo Horizonte, a centralidade das tratativas está na empresa, enquanto deveria ser com foco nos moradores locais, principalmente aos atingidos, que precisam ter suas necessidades ouvidas e atendidas. Segundo ela, a Vale é quem controla o acesso à informação, negocia acordos com o governo de Minas Gerais sem a participação das famílias afetadas, além de realizar diversas estratégias para dificultar a reparação para quem teve sua vida totalmente alterada após o crime da empresa.

"O crime não ficou no dia 25, ele é continuado. As violações de direito continuam acontecendo no território. Começa pela falta de comunicação com as comunidades, passa pelo acordão que está sendo negociado neste momento entre Vale e governo Zema sem participação dos atingidos, pelo controle que a empresa tem nas metodologias de análise dos impactos nas áreas contaminadas, inclusive sem dar acesso aos laudos e até ao abastecimento de água nos municípios que foram impactados, mas não são reconhecidos pela empresa. E, por fim, a situação das terceirizados da empresa, que trabalham em condições precárias", destacou Marina, que

Fotos: Washington Alves/Reuters

ainda lembrou que devem ser contabilizadas 273 mortes pela empresa em Brumadinho. No dia 18 de dezembro de 2020, o trabalhador terceirizado Júlio Cesar de Oliveira Cordeiro morreu soterrado no Córrego do Feijão.

OS IMPACTOS AMBIENTAIS

Outro aspecto abordado no evento é a importância da independência nas análises ambientais sobre este tipo de dano - que não pode ficar na mão da empresa que cometeu o dano.

"Ninguém sabe como e se o ecossistema local vai se refazer. Cadê o investimento na ciência? Nós somos uma rede de monitoramento independente e temos ajudado com nossas informações. Mas onde estão as informações da empresa que não chega na comunidade? Está definido em lei que a divulgação de dados sobre a qualidade da água deve ser pública. No final, a empresa fica com bônus e o estado com o ônus de ter que gastar seus recursos", afirmou Marta Marcondes, professora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul e coordenadora do Laboratório de Análise Ambiental do Projeto Índice de Poluentes Hídricos (IPH).

A jornalista Cristina Serra lembrou uma frase marcante que um perito disse para ela em Mariana: "A lama de rejeito de mineração é uma lama biocida, que mata todas as formas de vida". Ela também destacou que "o lucro é privado e o prejuízo é socializado".

Divulgação

Malu Ribeiro, da Fundação SOS Mata Atlântica

O PAPEL DAS AUTORIDADES

É de extrema importância que os futuros presidentes da Câmara e do Senado estejam atentos e compromissados com o que a sociedade quer. Um dos temas extremamente importantes, e que deve ser debatido em breve, é o licenciamento ambiental, com total relação com a mineração. Ele deve permitir transparência, a participação da sociedade na tomada de decisões, impedindo que atos criminosos como esse ocorram.

"Aqueles que dizem que o licenciamento ambiental e a governança participativa do meio ambiente e da água são instrumentos que impedem o desenvolvimento, olhem para essas tragédias anunciadas que o Brasil tem. Se a boiada continuar passando sob essas legislações, a tendência é que novos danos se repitam. Para evitar isso é que nós estamos aqui. Esse é o papel da sociedade civil e a maior contribuição da SOS Mata Atlântica para devolver o verde, não só à mata, mas uma esperança para a nossa bandeira e um futuro sustentável no país", destacou Malu Ribeiro, diretora de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica.

"O que desejo é que caminhemos para um sistema de justiça que traga rapidez e segurança de forma que a sociedade possa buscar justiça no poder judiciário e não um palco para negociação. Com as barragens em nível de emergência estamos em um momento de grande preocupação e responsabilidade. Não podemos admitir em hipótese alguma a ocorrência de outro fato como os que ocorreram em Mariana e Brumadinho", finalizou o promotor de Justiça Carlos Eduardo.

"A especialidade da Vale é matar. Ela matou antes de Brumadinho, durante e depois. A empresa trabalha para criar conflitos no território, jogar pessoas contra outras, criminalizar lideranças comunitárias, desqualificar assessorias técnicas, apagar memória social e contar mentira em rede nacional. Isso que vejo todos os dias quando ligo a TV à noite. A empresa não pode ficar no centro e conduzir qualquer processo de reparação. Não tem legitimidade nenhuma. Ninguém mais precisa morrer para que a gente abra os olhos para esse modelo predatório de mineração", finalizou Marina.

A comunidade local está realizando a II Romaria Regional pela Ecologia Integral à Brumadinho, construída pela Região Episcopal Nossa Senhora do Rosário (RENSER), vinculada à Arquidiocese de Belo Horizonte. Os moradores da região também estão lançando vídeos-carta e um Pacto dos Atingidos.

A Fundação SOS Mata Atlântica deve voltar à região para monitorar a qualidade da água do Rio Paraopeba, assim que o cenário de pandemia permitir. "Vamos levar informação independente e ciência cidadã para as comunidades, além de continuar atentos no âmbito legislativo, com a Frente Parlamentar Ambientalista", finalizou Malu Ribeiro.

A Fundação SOS Mata Atlântica é uma ONG ambiental brasileira criada em 1986 para inspirar a sociedade na defesa da floresta mais ameaçada do Brasil. Atua na promoção de políticas públicas para a conservação da Mata Atlântica por meio do monitoramento do bioma, produção de estudos, projetos demonstrativos, diálogo com setores públicos e privados, aprimoramento da legislação ambiental, comunicação e engajamento da sociedade em prol da restauração da floresta, valorização dos parques e reservas, água limpa e proteção do mar

krakenimages on Unsplash

Carreiras promissoras para 2021

Cargos com inglês ganham até 70% mais

Um levantamento feito pela empresa de recrutamento e seleção, Robert Half, mostra a tendência para as principais carreiras deste ano. O Brasil, chegou a marca de 14 milhões de desempregados e muitos tiveram que inovar para conquistar uma melhor colocação. Ainda segundo o estudo, os principais setores em alta são: tecnologia, saúde, agronegócio, infraestrutura e logística. E, as cinco habilidades técnicas e comportamentais mais buscadas, neste ano, serão: pensamento estratégico, comunicação, agilidade, inovação e adaptabilidade.

Segundo a Agenda 2021, divulgada pela Deloitte, empresa que atua internacionalmente em consultoria de negócios, avalia que 44% das empresas devem aumentar o quadro de funcionários, e mais 23% manterão o quadro de funcionários, porém farão substituições. Destas substituições, 56% querem contratar profissionais mais capacitados. Neste quesito, as áreas têm algo em comum: a fluência em outro idioma, de preferência inglês.

Para Leiza Oliveira, CEO do Centro de Formação em Inglês Minds English School, essa é uma realidade já vista há alguns anos, porém com o isolamento social e a crise financeira, muitas empresas tiveram que se adaptar, e cresceu a necessidade da utilização do inglês na rotina. "Vimos grandes empresas, principalmente chinesas chegarem ao Brasil. Além disso, o processo de e-commerce fez com que a implementação dos softwares e de uma equipe especializada neste segmento fosse necessária", diz Leiza Oliveira, CEO da Minds.

O Centro de Formação Minds Idiomas está presente em todo o Brasil, e viu uma crescente procura de profissionais, principalmente aqueles que buscam se reinserir no mercado de trabalho.

"Temos muitos alunos envolvidos com a área da Tecnologia e da engenharia. Com o isolamento social, e menos tempo de deslocamento, os profissionais buscaram o inglês, mesmo que remoto, para se manterem em seus cargos ou almejando algum outro emprego", enfatiza Rodrigo Berghahn, Coordenador Pedagógico da Minds Idiomas.

Pensando nisso, a equipe Multidisciplinar do Centro de Formação Minds Idiomas, listou áreas que precisam de inglês e estão em crescimento.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No final de 2020, foi instaurada a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), ou seja, os profissionais e as empresas terão este ano para completarem as adequações dos dados dos clientes. Isso é feito por um profissional de tecnologia da informação, que precisa de inglês para poder manusear as ferramentas. Além disso novas funções para a área de tecnologia surgiram com o avanço da Cyber Security. Um arquiteto de software pode ganhar de 12.000,00 a 17.500,00. Profissões com níveis mais iniciais como analista de segurança da informação, podem chegar a faturar até R$ 8.000,00.

RECURSOS HUMANOS

Em destaque nesta área estão os profissionais de talent aquisition (aquisição de talentos, em português), que são incubidos de analisar os perfis de funcionários da empresa, são eles que avaliam, retém e desenvolvem os talentos. Além de traçar estratégias para que a empresa contrate profissionais adequados para aquela função. As empresas estão sedentas pelos melhores profissionais, principalmente, em tecnologia e por isso precisam tanto de um time de RH treinado em buscar estes contatos. Um analista de talent aquisition, pode faturar até 10 mil por mês.

MARKETING

No marketing, a área da vez são profissionais que trabalham com a experiência do consumidor, o customer experience, em inglês. Eles têm a função de identificar através de softwares os perfis dos clientes e consumidores e traçar melhores estratégias para vendas. Além disso, precisam estar antenados no mercado internacional e as tendências de consumo trazidas pelo "novo normal". O salário pode chegar até R$10.000, 00.

MERCADO FINANCEIRO

Enquanto o setor de bens e serviços teve queda, o mercado financeiro se manteve. Principalmente para assessores de investimentos e cargos mais altos, como gerentes e diretores. Neste quesito não basta só ter uma boa experiência, é necessário um networking aderente ao cliente e, um entendimento das tendências internacionais através de balanços financeiros como a bolsa de valores. Gerente de aquisições e fusões (M&A - sigla em inglês) pode faturar de R$11.000,00 à R$ 21.000,00.

OUTRAS CARREIRAS

O Business Intelligence, ou BI, que busca as melhores estratégias de investimentos ou negócios e o profissional de ESG (environmental, social and governance, em inglês), que é responsável por levar as empresas a reflexões e ações sociais e ambientais, são os profissionais cotados para 2021.

Com 13 anos de existência, o segredo da rede de idiomas Minds é a tecnologia. Com 72 escolas em todo país, a Minds foi a primeira rede a implantar o ensino do inglês em tablets mantendo os livros físicos. Com especialistas em captação de conteúdo, a CEO Leiza Oliveira, tem consciência que a forma de aprendizado de cada criança e adulto é individual. Personalização e inovação são as palavras que movem franqueados e alunos da rede. O tempo de duração do curso da Minds é de 18 meses e há outras modalidades de ensino personalizadas.

CBMM e Giaffone Racing anunciam parceria para UTV pioneiro no Brasil

As companhias participam do projeto com intensa troca de conhecimento sobre aplicação de aço com Nióbio e desenvolvimento de carro de competição

Vinícius Branca/4×4 Aventura/Vipcomm

A CBMM, líder na produção e comercialização de produtos de Nióbio, e a Giaffone Racing, especializada na produção de carros e motores de competição, trabalham juntas para desenvolvimento de UTV - veículo parecido com quadriciclo, mas com gaiolas protetoras ultraresistentes, utilizado em competições off-road e em fazendas. O primeiro projeto será um veículo com foco em motorsport com 100% do aço microligado com Nióbio, que permite estruturas mais leves com alta resistência.

As duas companhias firmaram parceria para inovar na produção brasileira de UTVs, com veículos mais leves e com menos impacto ambiental. A Giaffone Racing já atua no mercado de carros e motores de competição, mas com veículos maiores, estilo bugs. A parceria começou com uma oferta da CBMM de aço microligado com Nióbio para teste nos veículos produzidos pela Giaffone. O resultado foi tão surpreendente que se decidiu pelo desenvolvimento de um projeto totalmente novo, o UTV. "A parceria se baseia em uma intensa troca de tecnologia e conhecimento. Eles sabem fazer carro. Nós sabemos produzir Nióbio e trabalhar a aplicação dele", conta Érico França, analista de mercado da área de tecnologia da CBMM, que acompanha o desenvolvimento do projeto pioneiro no Brasil.

Com a utilização do aço microligado com Nióbio, o projeto do carro pode utilizar espessuras mais finas nos tubos e chapas, tornando o veículo até 50kg mais leve com a mesma resistência. Além da velocidade, o veículo mais leve ganha em custo operacional, com redução de combustível e vida útil dos componentes. "A nossa expectativa é comercializar o veículo daqui uns dois ou três meses. Vai ser uma opção para competição mais sofisticada que o mercado tem hoje, com marcha", Zeca Giaffone, diretor da Giaffone Racing.

Após a finalização desse projeto, as companhias começam a trabalhar em um novo produto, também inédito no Brasil, com expectativa de lançamento no próximo ano. Com seu DNA inovador, a CBMM atua em parceria com diversas empresas na aplicação do Nióbio para otimização dos materiais. Recentemente, a companhia fechou parceria com a britânica Briggs Automotive Company (BAC) para utilização de Nióbio na estrutura do novo BAC Mono, carro de luxo totalmente personalizado, e investe em mobilidade elétrica, sendo parceira cofundadora da Extreme E. O projeto, que estreia este ano, contará com competições de SUVs elétricos e acontecerá em locais remotos como Amazônia, Senegal e Groenlândia para chamar atenção para as mudanças climáticas em todo o planeta. A empresa também é patrocinadora de outra importante competição elétrica, a Fórmula E.

Líder mundial na produção e comercialização de produtos de Nióbio, a CBMM possui mais de 400 clientes, em 40 países. Sediada no Brasil, com escritórios e subsidiárias na China, Países Baixos, Singapura, Suíça e Estados Unidos, a companhia fornece produtos e tecnologia de ponta aos setores de infraestrutura, mobilidade, aeroespacial e energia. Fundada em 1955, em Araxá, Minas Gerais, a CBMM conta com um programa de tecnologia que amplia as aplicações do Nióbio e contribui para o crescimento e diversificação deste mercado. Em 2019, a companhia investiu na 2DM, empresa com sede em Singapura, dedicada à produção de Grafeno.

Betim adquire nova tecnologia para transplante de árvores

Agora Betim conta com máquinas para replantar árvores inteiras e adultas. Inicialmente, duas "transplantadeiras" otimizarão o serviço, garantindo a sobrevivência de espécies que seriam cortadas.

O processo de transplante está sendo feito pela equipe da Gerência de Parques e Jardins da Empresa de Construções, Obras, Serviços, Projetos, Transporte e Trânsito de Betim (ECOS).

O primeiro transplantio foi realizado no dia 15 deste mês. Duas palmeiras foram retiradas do Viveiro Municipal, no bairro Pingo D'Água, e transplantadas para o canteiro de obras da nova Capela, ao lado da Praça Milton Campos.

De acordo com o diretor de Serviços Ambientais da Ecos, Ronie Von Fonseca, é muito comum ver árvores sendo cortadas por conta do crescimento urbano, apesar dessas plantas levarem centenas de anos para crescerem e de trazer benefícios para a cidade.

"São duas máquinas capazes de remover e replantar a árvore em outro local, sem nenhum dano para ela. Basta levar o caminhão até o local, que a tecnologia realiza o serviço (cava em volta sem danificar as raízes e levanta a planta com a facilidade). Esta é uma forma de preservar o meio ambiente e atender às demandas da urbanização. As cidades precisam de mais árvores ao invés de cortá-las. Mas, sem dúvidas, a medida reduz os prejuízos".

Arborização na cidade

Por meio do programa Disque Plantio, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Betim (Semmad), serão plantadas 92.870 mudas até março, final do período chuvoso. Até o momento, 77.372 já foram plantadas por todo o município.

O secretário da Semmad, Ednard Tolomeu, explica que Betim é uma cidade industrial, e, pelo perfil socioeconômico, são necessárias intervenções no meio ambiente. "Agora com a transplantadeira, vamos garantir que árvores já adultas continuem exercendo as funções ecossistêmicas em um novo local, não sendo necessária a supressão. Aquelas que forem necessárias suprimir, serão compensadas com o plantio de três mudas para uma se forem cortadas mais de 50, ou a compensação de 5 mudas para cada árvore cortada".

"O Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Betim (Codema) já normatizou o assunto e existe deliberação normativa que autoriza o transplantio", enfatiza.

Oportunidade para jovens empreendedores e líderes da sociedade civil. Programa de Bolsas "Iniciativa Jovens Líderes das Américas (YLAI) 2021"

O programa oferece 280 vagas para jovens da América Latina, Caribe e Canadá e as inscrições estão abertas até 25 de fevereiro

O Programa de Bolsas "Iniciativa Jovens Líderes das Américas (YLAI)", patrocinado pelo Departamento de Estado dos EUA, está em busca de jovens empreendedores e líderes da sociedade civil do Brasil para participar de um programa de seis semanas focado na área de empreendedorismo comercial e social, de 11 de outubro a 19 de novembro de 2021 nos Estados Unidos. As inscrições serão aceitas até 14h do dia 25 de fevereiro de 2021.

O YLAI leva jovens líderes promissores da América Latina, Canadá e Caribe a cada ano para os Estados Unidos para expandir suas habilidades de liderança e empreendedorismo e suas redes de contatos, por meio de workshops de desenvolvimento de habilidades e oportunidades para aprender e trocar experiências com seus pares nos EUA. Os participantes serão selecionados por meio de um processo competitivo de inscrição. Mais de 750 participantes de edições anteriores do YLAI mantêm uma rede coesa na América Latina, Caribe e Canadá para apoiar os esforços uns dos outros, para melhorar seus próprios empreendimentos, compartilhar boas práticas e colaborar para reduzir a lacuna de oportunidades, além de contribuir para a prosperidade econômica em suas comunidades.

Freepik.com

Devido à natureza intensiva do programa, os candidatos devem estar totalmente focados em seu desenvolvimento profissional e nas atividades do programa durante todo o período de seis semanas nos Estados Unidos.
O programa está aberto a empreendedores e líderes brasileiros que atendam aos seguintes requisitos:

- *Tenham entre 25 e 35 anos na data de início do programa;*
- *Residam no Brasil;*
- *Tenham um histórico de crescimento de seu próprio negócio ou empreendimento social por pelo menos dois (2) anos;*
- *Tenham proficiência em leitura, redação e conversação em inglês.*

*Para se candidatar, acesse o site **ylai.state.gov/apply** a partir de 19h do dia 21 de janeiro de 2021.*
*Dúvidas sobre a inscrição: **apply.ylaifellowship@irex.org***

Divórcios em Cartórios de Notas registram recorde histórico em Minas Gerais em 2020

Segundo semestre teve o maior número de dissoluções matrimoniais desde o início da prática do ato, em 2007. Variação de 2019 chegou a 11%, superior à média histórica de -0,23%.

O longo período de convivência contínua entre casais durante a pandemia e a facilitação do processo de divórcio em Cartórios de Notas, agora também realizados pela internet, já apresentam seus reflexos para as famílias brasileiras. Levantamento do Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal (CNB/CF), entidade que reúne os Cartórios de Notas do País, aponta que o segundo semestre de 2020 registrou o maior número de dissoluções matrimoniais desde o início da prática do ato em Cartório, em 2007.

O número total de 4.547 divórcios extrajudiciais, realizados diretamente em Cartórios de Notas de Minas Gerais no segundo semestre de 2020, é 11% maior do que as 4.105 dissoluções matrimoniais ocorridas no segundo semestre de 2019. A variação de um ano para outro é 11 pontos percentuais superior à média histórica estadual, que apontava uma queda média de -0,23% nos divórcios em Cartórios desde 2010, ano em que foi introduzido o divórcio direto no Brasil (Emenda Constitucional nº 66/2010).

"O recorde de divórcios extrajudiciais em 2020 pode ser consequência de dois importantes fatores: a convivência forçada pelo isolamento social imposto pela pandemia e a facilidade em realizar a dissolução eletronicamente. O divórcio online foi uma grande conquista do ponto de vista da desburocratização e veio para atender a demanda cada vez maior da população por serviços online", diz o presidente do Colégio Notarial do Brasil - Seção Minas Gerais (CNB/MG), Eduardo Calais.

No Brasil, o número total de divórcios extrajudiciais feitos diretamente em Cartórios de Notas, no segundo semestre de 2020, foi de 43.859, 15% maior do que as 38.174 dissoluções matrimoniais ocorridas no segundo semestre de 2019. A variação anual de um ano para outro é ainda 13 pontos percentuais superior à média histórica nacional, que apontava crescimento anual de 2% nos divórcios em Cartórios desde 2010. O mês de outubro foi aquele com maior número de divórcios desde 2007, com mais de 7,6 mil divórcios no País em um período de tempo de 31 dias.

Quando somados aos números do primeiro semestre do ano, o total de divórcios em 2020 não ultrapassa os realizados em 2019, em razão da interrupção dos serviços nos Cartórios nos meses de março e parte de abril, além das medidas restritivas adotadas nos meses subsequentes para a manutenção do distanciamento social. Além disso, em julho foi iniciada a prática de atos de forma online, autorizadas pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da plataforma e-Notariado.

COMO FAZER UM DIVÓRCIO ONLINE

Para realizar o divórcio em Cartório de Notas, o casal deve estar em comum acordo com a decisão e não ter pendências judiciais com filhos menores ou incapazes. O processo pode ser realizado de forma totalmente online, por meio da plataforma e-Notariado, onde o casal, em posse de um certificado digital emitido de forma gratuita por um Cartório de Notas, poderá declarar e expressar sua vontade em uma videoconferência conduzida pelo tabelião.

Os serviços desta plataforma também estão disponíveis em dispositivos móveis. Pelo e-Notariado também é possível realizar testamentos, inventários, uniões estáveis, escrituras de compra e venda e muitos outros atos. Os valores são os mesmos praticados nos serviços presenciais e regulamentados em tabela definida por lei estadual.

O Colégio Notarial do Brasil - Seção Minas Gerais (CNB/MG) é a entidade de classe que representa institucionalmente os tabeliães de notas do estado de Minas Gerais. O Colégio tem realizado diversas atividades a fim de integrar os notários do Estado e atualizá-los tanto com as novidades gerais e como as segmentadas de sua natureza.

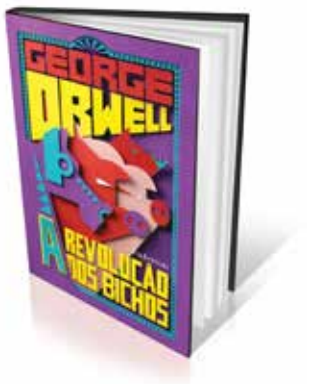
Clássicos de George Orwell ganham edições especiais pela Editora Edipro

Textos integrais traduzidos por Alexandre Barbosa de Souza, "A revolução dos bichos" e "1984" contam com prefácios adicionais do famoso escritor, além de brindes exclusivos produzidos pelo artista plástico Carlo Giovanni

Após 70 anos da morte do jornalista, escritor e ensaísta político Eric Arthur Blair, mais conhecido pelo pseudônimo George Orwell, os seus famosos livros ganham versões modernas pelo Selo Via Leitura, da Editora Edipro. O grupo editorial relançará no dia 1º de janeiro de 2021 os dois maiores clássicos de Orwell: A revolução dos bichos e 1984, que possuem tradução direta dos originais assinadas por Alexandre Barbosa de Souza, ex-editor da Biblioteca Azul, Cosac Naify e Editora 34.

A revolução dos bichos, escrita em 1945, é uma fábula moderna que satiriza o totalitarismo, a hipocrisia da tirania e a busca pelo poder, no qual alguns oprimidos se tornam opressores. Eleito pela revista Time como um dos cem melhores livros já publicados em língua inglesa, este livro é um alerta contra os perigos da corrupção humana até mesmo nos mais bem-intencionados projetos políticos.

Já 1984, um dos mais importantes romances de ficção científica do século XX, publicada em 1949, pouco antes da morte do autor, é considerado um drama distópico que cristalizou a mítica do Grande Irmão (câmeras do governo que controlam toda população). Essa sátira política am-



Ficha técnica
Editora: Via Leitura
Assunto: Literatura
Título: A Revolução dos Bichos
Autor: George Orwell
ISBN: 9786587034102
Edição: 1ª edição, 2021
Número de páginas: 96
Preço: R$ 19,50
Link de venda:
Amazon

Ficha técnica
Editora: Via Leitura
Assunto: Literatura
Título: 1984
Autor: George Orwell
ISBN: 9786587034201
Edição: 1ª edição, 2021
Número de páginas: 288
Preço: R$ 24,50
Link de venda:
Amazon

bientada em uma distopia futurista, também entrou na lista dos cem melhores romances de língua inglesa da revista Time. Mesmo na atualidade, 1984 ainda traz uma valiosa reflexão sobre os malefícios do totalitarismo em qualquer época.

Como você poderá ter um slogan como "liberdade é escravidão" quando o conceito de liberdade tiver sido abolido? Todo o clima do pensamento será diferente. Na verdade, não haverá mais pensamento; nem necessidade de pensar. Ortodoxia significa não pensar; não haver necessidade de pensar. Ortodoxia é inconsciência. (P. 53, Livro 1984)

A nova edição de A revolução dos bichos inclui os prefácios "A liberdade de imprensa", cujo manuscrito de George Orwell foi descoberto em 1972, e o famoso "Prefácio à edição ucraniana", de 1947. O livro 1984 inclui o apêndice "Os princípios da novilíngua", também escrito pelo autor. Ainda, ambos os livros relançados pela Editora Edipro contam com brindes especiais em todos os exemplares: dois postais e dois marcadores personalizados. As artes dos brindes e das capas são de Carlo Giovani, ilustrador porto alegrense que atualmente vive em Portugal, trabalhando em projetos na Europa e nas Américas.

O autor

George Orwell (1903-1950) foi escritor, jornalista e ensaísta político. Nascido na Índia, ainda sob o domínio britânico, cresceu na Inglaterra, no interior de Oxfordshire. Já na infância, compunha poemas e sonhava em tornar-se um escritor famoso. Depois de concluir seus estudos, alistou-se na Polícia Imperial Britânica. Serviu na Birmânia de 1922 a 1927, quando retornou à Inglaterra. Nessa época, decidiu pedir demissão da polícia e dar início à sua carreira de escritor. Entre 1928 e 1929, morou em Paris, período em que escreveu contos e romances que ninguém queria publicar. Ele os destruiu todos na mesma época. Somente a partir de 1934 passou a viver com a renda proporcionada por seus escritos. Filiado ao Partido Operário de Unificação Marxista, lutou na Guerra Civil Espanhola em 1939. Na ocasião, um ferimento a bala danificou suas cordas vocais, prejudicando de modo permanente a sua voz. Morreu em Londres, em 1950, de tuberculose, aos 46 anos de idade.

O tradutor

Alexandre Barbosa de Souza é ex-editor da Biblioteca Azul, Cosac Naify e Editora 34. Além de editor e escritor, Souza é responsável pela versão brasileira de grandes clássicos, como Moby Dick e Alice através do espelho.

O capista

Carlo Giovani, ilustrador e artista plástico porto alegrense que atualmente vive em Portugal, trabalhando em projetos na Europa e nas Américas. Giovanni trabalha com técnicas de recorte em papel, que conferem uma assinatura única em suas obras.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Profeta do Desenvolvimento

Em 3 volumes e 2.336 páginas

Juscelino Kubitschek nasceu em Diamantina, em 12 de setembro de 1902. Da pequena cidade mineira saiu para se tornar deputado federal (1934-1937), prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), governador de Minas Gerais (1950-1954) e presidente da República (1956-1961), com o slogan "Cinquenta Anos de Progresso em Cinco Anos de Governo".

Toda esta expressiva trajetória, que marcou o desenvolvimento econômico e social do Brasil, encontra-se relatada nas páginas de "Juscelino Kubitschek – Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI", obra composta por três volumes que acaba de ser lançada pelo economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, Presidente/Editor Geral de MercadoComum – Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios e Presidente da ASSEMG – Associação dos Economistas de Minas Gerais e que agora já pode ser adquirida.

A obra está à venda e pode ser entregue em todo o país. Os valores são R$ 175,00 para entregas em Belo Horizonte e interior de Minas Gerais; e R$ 199,00, para outras capitais e municípios já considerando-se o frete incluso.

Desconto de 10% para compras de mais de um conjunto, aceitando-se todos os cartões de crédito. A aquisição pode ser feita diretamente na sede de MercadoComum em Belo Horizonte (Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar, Bairro São Pedro), pelo telefone (31) 3281-6474 ou revistamc@uol.com.br

Os pagamentos devem ser feitos diretamente à conta:
MERCADOCOMUM – Comunicação e Public. Ltda. - CNPJ: 10.712.481/0001-11
Conta: 52840-8 – Agência: 0925 – Banco: Itaú S.A. (341)

O comprovante de pagamento deve ser enviado para revistamc@uol.com.br,
juntamente com os dados para o encaminhamento dos livros via postal.

Material inédito

Para a realização desta nova edição foram várias as colaborações recebidas ao longo de vários anos e, diversas delas, incorporadas, enriquecendo o resultado final. "Cada colaboração fluiu como num passe de mágica, trazendo sempre novos e fascinantes detalhes e informações, sobre a trajetória de JK, seu caráter de homem público, sua obsessão pelo Brasil e, principalmente, sua obra que marcou época na História do País e o alçou à condição de maior Presidente do Brasil em todos os tempos", destaca o autor.

Neste novo estudo sobre o Presidente JK foram incorporados cerca de 400 discursos proferidos por ele, quase todos quando no exercício da Presidência da República – e, dos quais, 250 deles publicados na sua íntegra. "Muitos, ainda desconhecidos, podem ser considerados verdadeiras obras-primas sobre a política e a economia nacional. Desses discursos, também foram selecionados vários textos e frases, ora publicados nesta nova edição", completa Teixeira de Oliveira.

De acordo com o autor, quando se fala, comenta ou analisa o desenvolvimento, esta relevante expressão não poderá ser considerada, nem compreendida e muito menos imaginada, desconectada e separada de outras duas: o econômico e o social. Deve ser, ainda, compreendida em sua acepção mais ampla, nas abrangências e nas contextualizações da cultura, da política e do direito.

Pontos de vista heterogêneos e opiniões diversificadas, além de um grande número de fatos e episódios até então desconhecidos, transformam esta nova obra em uma das mais completas e fascinantes publicações já levadas a efeito no País sobre a vida política e a obra do ex-Presidente JK.

Um verdadeiro compêndio sobre as realizações e a trajetória política de Juscelino o Presidente que, por obstinação e por sua extraordinária capacidade de planejar e executar, conseguiu fazer o País crescer 50 anos em cinco. "Mais do que uma obra biográfica, este livro busca resgatar o debate sobre o Desenvolvimento Nacional para que o Brasil possa se reconciliar com o crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo e sustentável", finaliza o autor.

A coletânea de 3 livros sobre JK

Os livros foram editados por **MERCADOCOMUM** – Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios que circula há 27 anos, sendo desenvolvida e escrita pelo economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, e têm apresentação dos renomados economistas Paulo Rabello de Castro e Luis Paulo Rosenberg.

Juscelino Kubitschek – Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI retrata, de forma inédita, um dos personagens mais importantes da política nacional brasileira, em uma obra que resgata de forma definitiva a trajetória histórica daquele que foi considerado um dos mais notórios nomes que presidiram o país.

São três volumes, que somam 2.336 páginas: Profeta do Desenvolvimento (Volume I); O Desenvolvimento em 1º Lugar – A Construção de uma Nação Próspera e Justa (Volume II); e Mensageiro da Esperança – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI (Volume III). Sobre este trabalho, o autor e idealizador da publicação afirma: "Não se trata de uma obra biográfica, nem de um documento de natureza acadêmica, porque é muito mais do que simples relato e análise de sua vida", explica o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira.

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis. Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Ex-Presidente do BDMG e ex-Secretário de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico e Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de MERCADOCOMUM.

Comércio Exterior brasileiro retrocede aos níveis de 2010 e agronegócio já responde por 43% das exportações

JK: ***"Não nos podemos dar por satisfeitos ou considerar a colheita abundante, quando, na verdade, ainda devemos enfrentar graves problemas e dificuldades sem conta. Cabe-nos reestruturar todo o sistema das relações econômicas interamericanas, se quisermos realmente consolidar a democracia e fazer com que se imponham as ideias de liberdade e respeito à dignidade humana que defendemos e propomos a todos os povos do mundo. Nenhuma Nação estará tranquila se apenas tirar o seu sustento básico do comércio de produtos primários, sempre dependente dos caprichos dos mercados importadores e das concorrências de toda espécie.***

Temos visto os efeitos devastadores das bruscas flutuações de preços de um ano para outro, com o seu cortejo de atropelos e desassossegos. Sofremos na própria carne males incontáveis e sabemos que qualquer esforço de desenvolvimento é gerador de muitas tormentas.

Adquirimos um patrimônio importante, embora doloroso, que é a noção do muito que nos falta galgar para que penetremos em terreno sólido e alcancemos, enfim, a prosperidade a que temos direito de aspirar".

(Texto extraído do discurso proferido no Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1959, ao ensejo das comemorações do primeiro aniversário do lançamento da Operação Pan-Americana – Rio de Janeiro – DF)

O Brasil precisa urgentemente se reconciliar com o crescimento vigoroso, continuo, consistente e sustentável. Transformar-se em Nação Desenvolvida deve ser o objetivo principal de qualquer governo, colocando-se esta como a Meta Número Um e prioritária do País.

Nesse sentido, é imprescindível uma nova política industrial com o estabelecimento de modelos substitutivos de importação e de exportação. De um lado, para se produzir aqui produtos em larga escala para suprir o mercado consumidor doméstico, considerado o 5º maior do mundo. E, de outro, para agregar maior valor às nossas exportações, principalmente as de produtos agrícolas.

Uma das principais características das sociedades evoluídas e das economias desenvolvidas é a grande participação do comércio exterior de mercadorias e de serviços na formação dos seus respectivos PIB's – Produtos Internos Brutos.

De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Economia, a balança comercial brasileira registrou, em 2020, um superávit de US$ 51 bilhões – correspondendo a uma alta de 7% em relação ao ano anterior, quando atingiu US$ 48 bilhões. O resultado foi influenciado pela queda nas importações. As exportações também foram reduzidas, mas em ritmo menor.

As importações somaram US$ 158,9 bilhões em 2020 – significando uma queda de 9,7% em relação a 2019 – ano que totalizaram US$ 177,3 bilhões – retornando a patamares inferiores ao do ano de 2008, quando atingiram US$ 173,0 bilhões.

As exportações de mercadorias brasileiras em 2020 registraram queda de 6,1% e somaram US$ 209,9 bilhões (nível similar ao do ano de 2010, de US$ 201,9 bilhões) – contra US$ 225,4 bilhões de 2019 – e corresponderam a 15,2% do PIB nacional – índice bem inferior à média mundial.

A corrente de comércio exterior em 2020 – soma das exportações e importações que mostra a relação de integração do país nas trocas globais – foi de US$ 368,9 bilhões e é 7,7% inferior aos R$ 402,7 bilhões contabilizados em 2019 – muito pequena para um país das nossas dimensões. Com esse resultado, o Brasil retrocede aos níveis de 2010, quando o

país registrou o valor de R$ 383,68 correspondente à soma total de suas exportações e importações de mercadorias, o que corresponde a 26,7% do PIB – Produto Interno Bruto – considerado um dos mais baixos o que nos remete à condição de um dos países de economia mais fechada do mundo.

Na contramão dos dados gerais, o agronegócio foi o único setor a registrar crescimento nas exportações em 2020. As vendas para o exterior chegaram a US$ 45,3 bilhões, contra US$ 43 bilhões no ano anterior. As estatísticas de exportações do Ministério da Economia consideram apenas a agropecuária, ou seja, produtos in natura.

MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO – 2020*
Acima de US$ 1 trilhão
(PIB-Produto Interno Bruto – Em US$ milhões)

Ordem	País	PIB	% do Total Mundial
1	EUA	20.807.268	24,81
2	China	14.860.775	17,72
3	Japão	4.910.580	5,86
4	Alemanha	3.780.553	4,51
5	Reino Unido	2.638.296	3,15
6	Índia	2.592.583	3,09
7	França	2.551.451	3,04
8	Itália	1.848.222	2,2
9	Canadá	1.600.264	1,91
10	Coreia do Sul	1.586.786	1,89
11	Rússia	1.464.078	1,75
12	Brasil	1.380.460	1,65
13	Austrália	1.334.688	1,64
14	Espanha	1.247.464	1,49
15	Indonésia	1.088.768	1,3
16	México	1.040.372	1,24

*Estimativas
Fonte: FMI/World Economic Outlook oct 13,2020 – Ministério da Economia e MinasPart Desenvolvimento

Máquina de crescimento econômico enguiçada e enferrujada: O retrocesso aos níveis da década de 2001/2010 do comércio internacional de mercadorias do Brasil acompanha, em grande medida, o recuo verificado no PIB-Produto Interno Bruto brasileiro, medido em dólares norte-americanos, que em 2020 despencou para os patamares do ano de 2007 – período quando o País cresceu, literalmente, como rabo de cavalo: para trás e para baixo, configurando uma situação em que venho rotulando como de "síndrome de raquitismo econômico" e em que desaprendemos sim, como crescer a nossa economia - que a cada dia se distancia da média mundial e registra resultados absolutamente medíocres, principalmente quando comparados com os países emergentes ou em desenvolvimento, categoria da qual fazemos parte.

TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO – 2001/2020 - Em %

	2001/ 2010	2011 2020*	2001 2020*
Mundo	3,94	2,73	3,34
Países Desenvolvidos	1,73	1,12	1,43
Zona do Euro	1,19	0,33	0,76
Estados Unidos	1,75	1,62	1,69
Japão	0,67	0,34	0,51
Países Emergentes	6,23	4,00	5,12
América Latina	3,37	0,58	1,98
Brasil	3,73	0,26	2,00
Rússia	4,94	1,14	3,04
Índia	7,56	4,92	6,24
China	10,56	6,92	8,74

2020: Estimativas do FMI/Ministério da Fazenda
Fonte: FMI/World Economic Outlook-Oct 13/2020 – MinasPart Desenvolvimento

TAXA ACUMULADA DE CRESCIMENTO DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO – 2001/2020 - Em %

	2001/ 2010	2011 2020*	2001 2020*
Mundo	46,89	30,54	91,75
Países Desenvolvidos	18,55	11,47	32,15
Zona do Euro	12,33	2,9	15,59
Estados Unidos	18,79	17,17	39,19
Japão	6,57	3,19	6,78
Países Emergentes	82,71	47,57	169,63
América Latina	38,83	5,42	46,35
Brasil	43,91	2,2	47,08
Rússia	60,34	11,64	79
Índia	106,82	59,52	229,92
China	172,65	92,61	425,15

2020: Estimativas do FMI/Ministério da Fazenda
Fonte: FMI/World Economic Outlook-Oct 13/2020 – MinasPart Desenvolvimento

10 PRODUTOS RESPONDEM POR MAIS DE 50% DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DE 2020
BRASIL – PRODUTOS MAIS EXPORTADOS EM 2020

	Valor US$ bi no total	Participação Em %
Soja	28,589	13,61
Minério de ferro e seus concentrados	25,723	12,25
Óleos brutos de petróleo	19,47	9,27
Açúcares e melaços	8,831	4,2
Carne bovina	7,447	3,54
Farelo de soja etc	6,343	3,02
Celulose	5,996	2,85
Milho não moído	5,951	2,83
Carnes de aves	5,555	2,64
Café não torrado	4,974	2,36
Total	118,879	56,57

Fonte: Ministério da Economia/MinasPart

BRASIL- BALANÇA COMERCIAL DE MERCADORIAS
Em US$ bilhões – 2001/2020

Ano	Exportações FOB	Importações CIF	Saldo
2001	58.287	-55.602	2.685
2002	60.439	-47.243	13.196
2003	73.203	-48.326	24.877
2004	96.677	-62.836	33.841
2005	118.529	-73.600	44.929
2006	137.807	-91.351	46.456
2007	160.649	-120.617	40.032
2008	197.942	-172.985	24.957
2009	152.995	-127.722	25.273
2010	201.916	-181.768	20.148
2011	256.040	-226.247	29.793
2012	242.578	-223.183	19.395
2013	242.034	-239.748	2.286
2014	225.101	-229.154	-4.053
2015	191.134	-171.449	19.685
2016	185.235	-137.552	47.683
2017	217.739	-150.749	66.990
2018	241.057	-181.191	59.866
2019	225.383	-177.348	48.035
2020	209.817	-158.931	50.886

Fonte: Ministério da Economia/MinasPart Desenvolvimento

De acordo com dados da OMC-Organização Mundial do Comércio, em 2019 – último dado disponível, as exportações mundiais de mercadorias totalizaram US$ 18,933 trilhões e corresponderam a 21,6% do PIB-Produto Interno Bruto global, cabendo a liderança à China

– (US$ 2,50 trilhões e 13,2% do total mundial), seguida pelos Estados Unidos (US$ 1,64 trilhão e 8,7% do total mundial) e Alemanha (US$ 1,49 trilhão e 7,9% do total mundial). O Brasil ocupa a 26ª posição no ranking dos países maiores exportadores de mercadorias, detendo uma participação de apenas 1,2% do total mundial.

Relativamente às importações mundiais de mercadorias, as mesmas totalizaram em 2019 o valor de US$ 19,263 trilhões, cabendo a liderança aos Estados Unidos (US$ 2,57 trilhões e 13,3% do total mundial), seguido pela China (US$ 2,08 trilhão e 7,9% do total mundial) e Alemanha (US$ 1,24 trilhão e 6,4% do total Mundial). O Brasil ocupa a 27ª posição no ranking dos maiores importadores de mercadorias, detendo uma participação de apenas 0,96% do total mundial.

Em 2019, a corrente de comércio exterior brasileira equivalia a 1,07% do total mundial, segundo a OMC – Organização Mundial do Comércio.

A Holanda dispõe de uma área geográfica e população similares às do estado do Rio de Janeiro. No entanto, é o quarto maior exportador de mercadorias do mundo – detendo quase o triplo das exportações totais brasileiras. Em exportações de produtos agrícolas é a 2ª maior potência mundial (US$ 110 bilhões) – só perdendo a liderança para os Estados Unidos (US$ 165 bilhões). Os dados são da OMC.

Cabe salientar que as exportações de produtos agrícolas somaram 9,42% do total das exportações mundiais em 2019 – tendo na liderança os Estados Unidos (US$ 164,8 bilhões e 9,2% do total) – seguido pela Holanda (US$ 110,0 bilhões e 6,2% do total) e Alemanha (US$ 93,4 bilhões e 5,2% do total). O Brasil, detendo 5,0% do total mundial e US$ 89,1 ocupava a 4ª posição, de acordo com a OMC.

"É evidente que nada contribui mais para promover o bem-estar público do que a exportação de bens manufaturados e a importação de matéria-prima estrangeira"

Esta frase, tão atual, foi parte do pronunciamento de Walpole ao parlamento britânico, em 1721 (Livro: "Chutando a Escada", pág. 42. Autor: Ha-Joon Chang).

BRASIL – CORRENTE DE COMÉRCIO EXTERIOR DE MERCADORIAS E SALDO COMERCIAL – 2001/2020

Ano	Corrente de comércio US$ milhões	PIB US$ milhões	% do PIB
2001	113.889	559,56	20,35
2002	107.682	508,10	21,49
2003	121.529	559,47	21,72
2004	159.512	669,34	23,83
2005	192.129	892,03	21,54
2006	229.158	1.107,13	20,70
2007	281.266	1.396,80	20,14
2008	370.927	1.693,15	21,91
2009	280.717	1.672,63	16,78
2010	383.683	2.209,75	17,36
2011	482.287	2.614,48	18,45
2012	465.761	2.463,55	18,91
2013	481.782	2.468,46	19,52
2014	454.255	2.454,85	18,50
2015	362.583	1.796,17	20,19
2016	322.787	1.800,13	17,93
2017	368.489	2.062,51	17,87
2018	422.248	1.893,44	22,30
2019	402.731	1.839,29	21,90
2020*	368.748	1.380,46	26,71

*Estimativas - Fonte: Ministério da Economia/IBGE/ MinasPart Desenvolvimento

MAIORES EXPORTADORES DE MERCADORIAS – FOB – 2019 Em US$ milhões

Classificação	País	Exportações	Participação%
01	China	2.499.457	13,20
02	EUA	1.643.161	8,68
03	Alemanha	1.489.152	7,87
04	Holanda	709.415	3,75
05	Japão	705.564	3,27
06	França	571.465	3,02
07	Coreia do Sul	542.233	2,86
08	Hong Kong	534.887	2,83
09	Itália	532.663	2,81
10	Reino Unido	469.684	2,48
11	México	460.704	2,43
12	Canadá	446.873	2,36
13	Bélgica	444.679	2,35
14	Rússia	419.850	2,22
15	Cingapura	390.763	2,06
16	Espanha	333.622	1,76
17	Taiwan	330.662	1,75
18	Índia	324.250	1,71
19	Emirados Árabes	315.916	1,67
20	Suíça	313.934	1,66
21	Vietnam	264.273	1,40
22	Polônia	264.013	1,39
23	Arábia Saudita	261.603	1,38
24	Tailândia	246.269	1,30
25	Malásia	238.195	1,26
26	Brasil	225.383	1,19
Total Mundial		18.932.952	100,00

Fonte: OMC/MinasPart Desenvolvimento

RANKING DOS PAÍSES MAIORES IMPORTADORES DE MERCADORIAS – CIF – 2019 Em US$ milhões

Classificação	País	Exportações	Participação%
01	EUA	2.567.445	13,33
02	China	2.078.386	7,89
03	Alemanha	1.234.454	6,41
04	Japão	720.957	3,74
05	Reino Unido	695.798	3,61
06	França	653.807	3,39
07	Holanda	635.490	3,30
08	Hong Kong	577.834	3,00
09	Coreia do Sul	503.343	2,61
11	Índia	486.059	2,52
10	Itália	473.512	2,46
11	México	467.342	2,43
12	Canadá	463.663	2,41
13	Bélgica	426.194	2,21
14	Espanha	371.929	1,93
15	Cingapura	359.266	1,87
16	Taiwan	287.164	1,49
17	Suíça	277.830	1,44
18	Emirados Árabes	267.937	1,39
19	Polônia	261.998	1,36
20	Rússia	254.598	1,32
21	Vietnam	253.903	1,32
22	Taiwan	236.260	1,23
23	Austrália	221.564	1,15
24	Turquia	210.435	1,09
25	Malásia	204.998	1,06
26	Áustria	184.758	0,96
27	Brasil	184.370	0,96
Total Mundial		19.263.214	100,00

Fonte: OMC/MinasPart Desenvolvimento

RANKING DOS PAÍSES MAIORES EXPORTADORES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS – 2019 – Em US$ milhões

Classificação	País	Valor	Participação%
01	EUA	164.803	9,24
02	Holanda	110.028	6,17
03	Alemanha	93.404	5,24
04	Brasil	89.098	5,00
05	China	81.676	4,58
06	França	75.236	4,22
07	Canadá	65.045	3,65
08	Espanha	61.587	3,55
09	Itália	51.662	2,90
10	Tailândia	42.982	2,40
11	Indonésia	42.953	2,41
12	México	39.746	2,23
13	Argentina	38.999	2,19
14	Polônia	37.547	2,11
15	Índia	37.371	2,10
16	Austrália	35.184	1,97
17	Rússia	33.722	1,89
18	Reino Unido	33.146	1,86
Total Mundial		1.783.648	100,00

Fonte: OMC/MinasPart Desenvolvimento

MINAS GERAIS – CORRENTE DE COMÉRCIO EXTERIOR x PIB US$ milhões FOB – 2001/2020

Ano	Corrente	PIB	%
2001	9.061,19	47.837	18,94
2002	8.867,86	43.935	20,18
2003	9.872,36	48.981	20,16
2004	12.994,56	61.131	21,26
2005	17.450,65	80.024	21,81
2006	20.516,86	100.339	20,45
2007	24.860,00	126.648	19,63
2008	34.927,75	157.751	22,14
2009	26.868,49	148.211	18,13
2010	41.191,82	199.673	20,63
2011	54.421,37	239.042	22,77
2012	45.303,26	226.302	20,02
2013	45.780,85	225.938	20,26
2014	40.329,22	219.463	18,38
2015	30.786,06	155.584	19,78
2016	28.475,50	156.432	18,20
2017	32.696,41	180.570	18,11
2018	33.346,42	168.224	19,82
2019*	33.843,12	161.976	20,89
2020*	34.044,30	124.964	27,24

*Estimativa- Fonte: Ministério da Economia/ MinasPart Desenvolvimento

MINAS GERAIS – VARIAÇÃO % ANUAL DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES – 2001/2020

Ano	Exportações	Importações
2001	-9,72	8,01
2002	4,84	-16,22
2003	17,11	-3,29
2004	34,50	22,84
2005	35,05	31,75
2006	15,86	23,45
2007	17,22	33,88
2008	33,17	61,16
2009	-20,15	-29,88
2010	59,98	35,59
2011	32,57	30,71
2012	-19,68	-7,48
2013	0,57	2,40
2014	-12,31	-10,82
2015	-24,94	-20,27
2016	- 0,40	-25,32
2017	15,64	12,08
2018	- 4,23	23,58
2019	2,53	-1,30
2020	5,40	-12,74

Fonte: Ministério da Economia/MinasPart Desenvolvimento

BRASIL – EXPORTAÇÕES RANKING DOS ESTADOS -2020

Classificação	Estado	Valor US$ milhões
01	São Paulo	42.386,5
02	Minas Gerais	26.230,8
03	Pará	20.536,3
04	Rio de Janeiro	22.488,6
05	Mato Grosso	18.159,0
06	Paraná	16.428,6
07	Rio Grande do Sul	14.048,8
08	Santa Catarina	8.128,1
09	Goiás	8.117,0
10	Bahia	7.826,9
11	Mato Grosso do Sul	5.812,6
12	Espírito Santo	5.130,1
13	Maranhão	3.365,2
14	Ceará	1.854,0
15	Pernambuco	1.571,2
16	Rondônia	1.371,8
17	Tocantins	1.365,1
18	Amazonas	786,5
19	Piauí	580,7
20	Alagoas	418,2
21	Rio Grande do Norte	339,9
22	Amapá	312,2
23	Roraima	196,6
24	Distrito Federal	174,2
25	Paraíba	125,3
26	Sergipe	39,3
27	Acre	34,0

Fonte: Ministério da Economia/MinasPart Desenvolvimento

BRASIL – IMPORTAÇÕES RANKING DOS ESTADOS -2020

Classificação	Estado	Valor US$ milhões
01	São Paulo	51.415,4
02	Rio de Janeiro	24.784,9
03	Santa Catarina	15.982,7
04	Paraná	10.740,5
05	Amazonas	9.718,2
06	Minas Gerais	7.813,5
07	Rio Grande do Sul	7.224,3
08	Espírito Santo	6.229,9
09	Bahia	4.755,2
10	Pernambuco	3.448,7
11	Goiás	3.319,3
12	Ceará	2.413,5
13	Maranhão	1.982,3
14	Mato Grosso do Sul	1.905,2
15	Mato Grosso	1.800,0
16	Distrito Federal	1.332,6
17	Paraná	1.199,6
18	Alagoas	665,6
19	Rondônia	567,1
20	Paraíba	504,6
21	Pará	299,6
22	Tocantins	253,8
23	Piauí	181,7
24	Rio Grande do Norte	180,4
25	Sergipe	171,8
26	Roraima	32,4
27	Acre	2,9

Fonte: Ministério da Economia/MinasPart Desenvolvimento

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DOS ESTADOS BRASILEIROS – 2020

Classificação	Estado	Valor US$ milhões
01	Pará	+19.336,7
02	Minas Gerais	+18.417,3
03	Mato Grosso	+16.359,0
04	Rio Grande do Sul	+6.824,5
05	Paraná	+5.688,1
06	Goiás	+4.797,7
07	Mato Grosso do Sul	+3.907,4
08	Bahia	+3.071,7
09	Tocantins	+1.111,3
10	Rondônia	+804,7
11	Piauí	+281,1
12	Roraima	+164,2
13	Rio Grande do Norte	+159,5
14	Amapá	+130,5
15	Acre	+31,1
16	Sergipe	-132,5
17	Alagoas	-247,4
18	Paraíba	-379,3
19	Ceará	-559,5
20	Distrito Federal	-1.158,4
21	Maranhão	-1.382,9
22	Espírito Santo	-1.099,8
23	Rio de Janeiro	-1.196,3
24	Pernambuco	-1.877,5
25	Santa Catarina	-7.854,6
26	Amazonas	-8.931,7
27	São Paulo	-9.028,9

Fonte: Ministério da Economia/MinasPart Desenvolvimento

Exportações do agro ultrapassam barreira dos US$ 100 bilhões pela segunda vez

O agronegócio foi responsável por quase metade das exportações totais do país no ano

As exportações brasileiras do agronegócio somaram US$ 100,81 bilhões em 2020, segundo maior valor da série histórica, atrás somente de 2018 (US$ 101,17 bilhões). Em relação a 2019, houve crescimento de 4,1% nas vendas externas do setor.

Segundo a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a expansão foi resultado do aumento do quantum exportado (+9,9%), uma vez que o índice de preço caiu 5,3%. O agronegócio foi responsável por quase metade das exportações totais do Brasil em 2020, com participação recorde de 48%.

Já as importações de produtos do agronegócio apresentaram queda de 5,2%, chegando a US$ 13,05 bilhões. O aumento das exportações e queda das importações resultou em um saldo superavitário de US$ 87,76 bilhões para o setor.

O complexo soja (grão, óleo e farelo) foi o principal produto da pauta exportadora, com US$ 35,24 bilhões e 101,04 milhões de toneladas. As exportações do grão representaram 81,1% do valor exportado e alcançaram o segundo maior montante da série histórica, com US$ 28,56 bilhões e 82,97 milhões de toneladas. A exportação foi maior em valor e quantidade do produto apenas em 2018: US$ 33,05 bilhões e 83,25 milhões de toneladas.

As carnes ocuparam a segunda posição no ranking dos setores exportadores do agronegócio em 2020, com US$ 17,16 bilhões. As vendas de carne bovina corresponderam a 49,4% desse montante, com crescimento de 11,1% ante 2019. As exportações de carne bovina in natura registraram recorde em valor (US$ 7,45 bilhões) e quantidade (1,72 milhão de toneladas).

As exportações de carne de frango representaram 34,9% do total exportado pelo setor de carnes nos 12 meses, com US$ 5,99 bilhões. Já as vendas externas de carne suína somaram US$ 2,25 bilhões, do quais 94,1% corresponderam ao produto in natura. O montante registrado nas exportações de carne suína in natura foi recorde histórico, tanto em valor (US$ 2,12 bilhões), quanto em quantidade (901,10 mil toneladas).

Em relação aos compradores, a China adquiriu 73,2% da soja em grão exportada, o que correspondeu a US$ 20,91 bilhões (2,2% superior a 2019). E também foi o principal destino da carne bovina in natura exportada, 54,2% (US$ 4,04 bilhões). O país contribuiu para o crescimento dessas vendas (carne bovina), uma vez que adquiriu US$ 1,35 bilhão a mais do que em 2019 (+50,3%).

MINAS GERAIS - EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL – 2001/2020 US$ milhões

Ano	Exportação FOB	Participação Brasil %	Importação CIF	Participação Brasil %	Saldo
2001	6.060	10,40	3.001	5,40	3.058
2002	6.353	10,51	2.515	5,32	3.839
2003	7.440	10,16	2.432	5,03	5.008
2004	10.007	10,35	2.987	4,75	7.020
2005	13.515	11,40	3.936	5,35	9.579
2006	15.658	11,36	4.859	5,32	10.800
2007	18.355	14,43	6.505	5,40	11.850
2008	24.444	12,35	10.483	6,13	13.961
2009	19.518	12,76	7.351	5,76	12.167
2010	31.225	15,46	9.967	5,48	21.257
2011	41.393	16,16	13.028	5,76	28.364
2012	33.249	13,71	12.055	5,40	21.194
2013	33.437	13,82	12.344	5,15	21.093
2014	29.321	13,03	11.009	4,80	18.312
2015	22.009	11,51	8.777	5,12	13.232
2016	21.921	11,83	6.555	4,77	15.366
2017	25.346	11,64	7.342	4,87	18.004
2018	24.274	10,07	9.073	5,00	15.201
2019	24.888	11,04	8.955	5,05	15.933
2020	26.231	12,50	7.814	4,92	18.417

Fonte: Ministério da Economia/MinasPart Desenvolvimento

BRASIL EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO 2010/2020 Em US$ bilhões

Ano	Valor
2011	94,92
2012	95,75
2013	99,93
2014	96,66
2015	88,17
2016	84,94
2017	96,01
2018	101,17
2019	96,79
2020	100,81

Fonte: CNA/Ministério da Agricultura

MINAS GERAIS – COMÉRCIO EXTERIOR ORIGEM E DESTINO 2020 – Em US$ milhões

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES

País	Valor	Participação %
China	10.367,2	39,5
EUA	1.837,7	7,0
Canadá	1.212,9	4,6
Alemanha	1.089,7	4,2
Países Baixos	901,7	3,4

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES

País	Valor	Participação %
China	10.367,2	39,5
EUA	1.837,7	7,0
Canadá	1.212,9	4,6
Alemanha	1.089,7	4,2
Países Baixos	901,7	3,4

Fonte: Ministério da Economia/MinasPart

Brasil exporta 44,5 milhões de sacas de café em 2020 e bate novo recorde histórico

Freepik.com

- *País registrou crescimento de 9,4% no volume das exportações em 2020, mesmo diante do cenário de pandemia*
- *Exportações de café verde no ano foram de 40,4 milhões de sacas, aumento de 10,2%*
- *Em dezembro, Brasil embarcou 4,3 milhões de sacas de café, alta de 38,6% em relação a dez/19*
- *Volume de cafés diferenciados apresentou alta de 4,4% com a exportação de 7,9 milhões de sacas, maior volume dos últimos cinco anos*

Em 2020, o Brasil exportou 44,5 milhões de sacas de café, considerando a soma de café verde, solúvel e torrado & moído, segundo relatório consolidado pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). O dado confere ao país um novo recorde histórico das exportações do produto para o ano e representa um crescimento de 9,4% em relação ao volume total exportado em 2019.

A receita cambial com as exportações no ano passado alcançou US$ 5,6 bilhões, alta de 10,3% em relação a 2019 e equivalente a R$ 29 bilhões, representando aumento de 44,1% na conversão em reais, alcançando a participação de 5,6% nas exportações do agronegócio e de 2,7% nos embarques totais do país. Já o preço médio da saca no ano foi de US$ 126,52.

Do volume total embarcado em 2020, 40,4 milhões de sacas foram de café verde, aumento de 10,2% comparado a 2019. Os cafés verdes são compostos pelos cafés arábica, cujas exportações totalizaram 35,5 milhões de sacas, alta de 8,4% ante 2019 e recorde histórico para essa variedade, e robusta (conilon), com 4,9 milhões de sacas exportadas, crescimento de 24,3% e também maior volume embarcado na história. Já as exportações de cafés industrializados foram de 4,1 milhões de sacas, apresentando aumento de 2,3% no período e com destaque para os embarques de café solúvel dentro da modalidade, que foram de 4,1 milhões de sacas, alta de 2,4% e embarques recorde do produto industrializado. Com relação às variedades exportadas, 79,7% foram de café arábica, 11,1% de robusta e 9,2% de solúvel.

"O café no Brasil está próximo de completar 300 anos desde a sua chegada, pois segundo consta nos registros, o desembarque das primeiras mudas no país data de 1727 e as exportações tiveram início em meados de 1800. Nestes quase três séculos, o Brasil e o mundo passaram por enormes desafios, que foram enfrentados e superados com sucesso, bem como colaboraram para atingirmos uma forte maturidade na cadeia do agronegócio café. Pesquisa, produção, comércio e exportação, indústria de torrefação, indústria de solúvel, toda a cadeia passou por um profundo desenvolvimento e, sem dúvida, o ano de 2020 será mais um capítulo importante nesta longa e interessante história do café. Devido à pandemia da Covid-19, estamos passando por um período desafiador e, ao mesmo tempo, tivemos uma das maiores safras e concluímos com uma exportação de 44,5 milhões de sacas, batendo um recorde histórico. Importante lembrar que possuímos mais de 2,2 milhões de hectares de café distribuídos por inúmeros estados e suas devidas regiões neste País de dimensão continental, e contamos com mais de 264 mil produtores sendo que 72% se referem a pequenos produtores" explica Nelson Carvalhaes.

"Ciente de que toda esta cadeia envolve o trabalho de milhões de pessoas o Cecafé, como legítimo representante do segmento de exportação, não poupou esforços em se empenhar com iniciativas e medidas de segurança no intuito de preservar a saúde de todos os envolvidos no processo exportador, seguindo rigorosamente as orientações da OMS, governos federal, estaduais e municipais desde o início da pandemia. A sustentabilidade aliada ao "S" de Saúde é um forte pilar do nosso café e é por isso que nos empenhamos para que o produto chegue a mais de 130 países com a maior segurança e respeito. Os resultados referentes ao mês de dezembro e ao ano de 2020 mostram mais uma vez que, apesar de todas as dificulda-

des enfrentadas com a pandemia, a cadeia do agronegócio café manteve um excelente desempenho", declara.

"Com tudo isso, gostaria de participar do encerramento de minha gestão como presidente do Cecafé, conforme os estatutos democráticos que permitem eleição e uma reeleição da presidência. Durante esses cinco anos e meio de dedicação pautada na qualidade, sustentabilidade e eficiência do agronegócio café, enfrentamos muitos desafios como o de manter a parceria, diálogo e transparência junto a três diferentes governos, o de superar o recente contexto econômico conturbado causado pela pandemia, e o de identificar oportunidades. Destacam-se as ações de representação técnico-política nos temas tributários e logísticos, de promoção da imagem do café brasileiro junto às embaixadas de países importadores e um trabalho voltado a fortalecer a sustentabilidade do café brasileiro, por meio de sólidos programas de responsabilidade social e de uma comunicação assertiva para os consumidores do mundo".

Carvalhaes também complementa que, "em conjunto com nossos associados, o Conselho, a diretoria, a vice-presidente Flávia Paulino e uma equipe competente, sempre reforçamos a sustentabilidade do agronegócio café e ampliamos nosso market-share no mundo, onde de cada três xícaras de café consumidas, mais de uma é do Brasil. Além disso, destaca-se ainda a certificação dos cafés arábicas junto à Bolsa de Café de Nova Iorque, bem como dos cafés robustas na Bolsa de Café de Londres, por parte dos exportadores brasileiros".

Freepik.com

"Sigo no Cecafé como membro do Conselho e feliz com o sentimento de missão cumprida, deixando toda a estrutura organizada, pilares sólidos, uma equipe altamente capacitada, e desejo muito sucesso para a próxima gestão que assume a partir de agora. Aproveito para registrar que Nicolas Rueda Latiff, da Ed&F Man Volcafé assume a presidência da entidade e Günter Häusler, da Neumann Kaffee Gruppe a vice-presidência. Gostaria ainda de agradecer o suporte da imprensa que durante todos esses anos se empenhou em divulgar o trabalho e resultados do setor de exportação com clareza e precisão", finaliza.

ANO-SAFRA 2020/21

Nos seis primeiros meses do Ano-Safra 2020/21 (jul-dez), o Brasil exportou 24,5 milhões de sacas de café, representando também o maior volume histórico exportado para o período e crescimento de 21% em relação a mesma base comparativa do ciclo anterior (2019/20). A receita cambial gerada no período foi de US$ 3 bilhões, crescimento de 18,9% e equivalente a R$ 16,3 bilhões que, na conversão em reais, representa alta de 58,4%. O preço médio da saca no período foi de US$ 123,16.

As exportações de café verde somaram 22,5 milhões de sacas (aumento de 23% em relação à safra passada), sendo 19,7 milhões de sacas de café arábica (crescimento de 23,5%) e 2,8 milhões de robusta (alta de 20,1%). Os cafés industrializados corresponderam a 2,1 milhões de sacas embarcadas (registrando aumento de 2,7%), sendo 2,1 milhões sacas de café solúvel (crescimento de 2,8%) e 10,3 mil de torrado & moído.

PRINCIPAIS DESTINOS

No ano civil de 2020, os Estados Unidos permaneceram como principal destino do café brasileiro, com 8,1 milhões de sacas exportadas para o país (equivalente a 18,3% das expor-

tações totais no ano passado). O segundo maior destino foi a Alemanha, com 7,6 milhões (17,1%) e, em terceiro, a Bélgica, com 3,7 milhões (8,4%). Na sequência estão: Itália, com 3 milhões de sacas (6,8%), Japão, com 2,4 milhões de sacas (5,4%), Turquia, 1,4 milhão (3,2%); Federação Russa, 1,2 milhão (2,8%); México, 1,1 milhão (2,4%); Espanha, 936,2 mil (2,1%) e Canadá, 904,2 mil (2%).

EXPORTAÇÕES POR CONTINENTES, GRUPOS E BLOCOS ECONÔMICOS

Em 2020, apesar do cenário de pandemia por Covid-19, o Brasil registrou crescimento nas exportações de café brasileiro para todos os continentes, grupos e blocos econômicos. Entre eles, se destacam os aumentos de 91,3% para a América Central; 41,1% nas exportações para os países da América do Sul; 60,7% para a África; 13,3% para a Oceania; 5,1% para a Ásia; 11,7% para o Oriente Médio; 24,1% para os países do Leste Europeu; 19,2% para os países árabes; 28,4% para os países do BRICS, além do aumento de 47% nos embarques de cafés totais e de 63,6% nos de café verde para os países produtores de café.

Vale destacar que, nos dois continentes mais afetados pela Covid-19, Europa e América do Norte, o Brasil também apresentou crescimento nas exportações para os países dos dois continentes, de 8,8% e de 3,8%, respectivamente.

CAFÉS DIFERENCIADOS

No ano civil de 2020, as exportações de cafés diferenciados (aqueles que têm qualidade superior ou algum tipo de certificado de práticas sustentáveis) corresponderam a 7,9 milhões de sacas, representando o maior volume dos últimos cinco anos para o ano e 17,7% do total de café embarcado em 2020, assim como avanço de 4,4% em relação ao volume de cafés diferenciados exportado no ano civil de 2019. A receita cambial dessa modalidade foi de US$ 1,3 bilhão, correspondendo a 22,9 % do total gerado com os valores da exportação de café. O preço médio dos cafés diferenciados ficou em US$ 163,60.

Os 10 maiores países importadores de cafés diferenciados representam 78,9% dos embarques com diferenciação. Os Estados Unidos são o país que mais recebe cafés diferenciados do Brasil, com 1,7 milhão de sacas exportadas, equivalente a 21,7% das exportações da modalidade. A Alemanha ficou em segundo lugar, com 1,1 milhão de sacas exportadas (14,7%), seguida pela Bélgica, com 975,6 mil (12,4%), Japão, com 668,4 mil (8,5%), Itália, com 564,5 mil (7,2%), Reino Unido, com 259 mil (3,3%), Canadá, com 243 mil (3,1%), Espanha, com 239 mil (3%), Suécia, com 219,5 mil (2,8%) e Países Baixos, com 181 mil (2,3%).

PORTOS

Em 2020, o Porto de Santos se manteve na liderança como a principal via de escoamento para outros países, com 77,6% de participação (34,5 milhões de sacas embarcadas no ano passado a partir dele). Os portos do Rio de Janeiro ficaram segundo lugar, com 15,2% de participação (6,8 milhões de sacas embarcadas por eles).

Parece mentira, mas o agro da Holanda supera o do Brasil em exportação

Suas exportações agrícolas em 2017 somaram US$ 112 bilhões, só perdendo para os Estados Unidos e ficando bem à frente do Brasil

Amélio Dall'Agnol e Pedro Moreira*

Freepik.com

A Holanda é um país pequeno (41.528 km^2), mas sua população de cerca de 17 milhões de habitantes a torna uma das nações mais densamente povoadas do Planeta. O nome oficial é Países Baixos: Países, porque é resultado da junção de vários antigos reinos e Baixos, porque cerca de 27% do território e 60% da população ficam localizados abaixo do nível do mar.

Conhecida como a terra das bicicletas, das tulipas e dos moinhos de vento, a Holanda também poderia ser reconhecida como o país do agronegócio, pois, a despeito do seu tamanho reduzido, é o 2º maior exportador de produtos agropecuários. Suas exportações agrícolas em 2017 somaram US$ 112 bilhões, só perdendo para os Estados Unidos e ficando bem à frente do Brasil, o 4º colocado, com US$ 88 bilhões.

O solo holandês é plano e fértil. Mais da metade do território é utilizado para atividades agrícolas – flores e alimentos, principalmente – aproveitando qualquer espaço disponível, incluindo áreas urbanas localizadas entre as residências.

Assim como existe o Vale do Silício na Califórnia (EUA), a Holanda conta com o Vale dos Alimentos, uma região intensamente cultivada, onde impera a poderosa Universidade de Wageningen, a Universidade do Agronegócio.

Segundo estimativas do FMI, a Holanda é a 17ª maior economia mundial, com PIB de US$ 910 bilhões (outubro de 2018). Tem o 7º maior PIB per capita (US$ 53.000 anuais), taxa de desemprego inferior a 4% e um IDH dos mais elevados do Planeta (0,93). O território brasileiro é cerca de 200 vezes maior, sua população é 12 vezes superior, mas o PIB brasileiro (US$ 2,14 trilhões) é apenas 2,2 vezes o da Holanda.

A Holanda é importante parceiro comercial do Brasil. É o 5º em importância, depois de China, Estados Unidos, Argentina e Alemanha. Os investimentos holandeses no Brasil somam US$ 13,0 bilhões, ante uma contrapartida de apenas US$ 500 milhões do Brasil. Em 2017/18, as exportações brasileiras para a Holanda totalizaram US$ 12,3 bilhões e as importações US$ 1,6 bilhões: superávit favorável ao Brasil de US$ 10,8 bilhões. O Brasil importa dos holandeses gasolina, diesel, fertilizantes, químicos, plásticos, bebidas, queijos, máquinas e equipamentos e exporta as commodities de sempre: soja, minério de ferro, celulose, carnes, café, frutas e suco de laranja. O porto de Roterdã – o maior da Europa – é destino principal das exportações brasileiras para União Europeia, desde onde, 44% são reexportadas para outros países da região.

Dado o pequeno território, a Holanda não pode realizar agricultura em larga escala, como EUA e Brasil, razão pela qual especializou-se em agricultura de alta performance, conseguindo produtividades médias três vezes superiores ao restante da Europa. Boa parte dessa produção intensiva é realizada em ambientes controlados (estufas), onde frutas, flores e hortaliças são produzidas em larga escala o ano todo e exportados para toda a Europa.

Pequena no tamanho, mas gigante no comércio de produtos agrícolas, a Holanda exporta muito menos do que o Brasil em volume, mas arrecada muito mais dinheiro, dado o maior valor agregado dos produtos que exporta.

Este modelo poderia inspirar o Brasil na busca por maior rentabilidade, via maior agregação de valor. – Fonte: Blog da Embrapa Soja – 06.03.2019

*Pesquisadores da Embrapa Soja

Presidente Juscelino Kubitschek e a dependência da exportação de produtos primários

(Do discurso proferido em São Paulo – SP, durante Conferência, no Rotary Club da Cidade, sobre a política de desenvolvimento de seu governo – 14 de agosto de 1959)

"Quero retomar a afirmação que reiteradamente venho fazendo, desde quando candidato à Presidência da República: não podemos, não devemos e não queremos continuar nação de importância secundária, vivendo na dependência da exportação de produtos primários."

Para vender, precisamos de produzir o que seja vendável, e nas melhores condições. Importa, para consolidar nossa base econômica, diversificar nossa produção, encontrar a via de acesso a um regime de mais ampla produtividade. Essa tarefa, urgente, requer leal, profundo e efetivo entendimento entre o governo e as classes econômicas. Bem sabeis, vós todos, homens responsáveis que sois, vitoriosos na iniciativa privada, patriotas e idealistas, fautores do progresso nacional, bem sabeis que vivemos uma hora decisiva e que os caminhos do desenvolvimento se confundem com as estradas da segurança e da sobrevivência do país. Se mantivermos apenas o presente ritmo de desenvolvimento, pouca esperança haverá de nos igualarmos um dia aos países altamente industrializados; e, se nem esse ritmo insuficiente pudermos manter, nossa situação se tornará verdadeiramente inquietadora. Eis por que governo e iniciativa privada devem convergir para o objetivo supremo do desenvolvimento, sob o prisma da segurança da nação brasileira. O governo tem muito a aprender dos que deram a São Paulo sua pujança industrial e dos que fundaram a sua riqueza agrícola. Temos de dar juntos um grande impulso, e é para isso que aceitei vosso convite e aqui me encontro entre vós.

Não ignorais que a obra interna de desenvolvimento encontra correspondência no campo das relações internacionais. É inegável que o Brasil começa a colocar-se, no que toca a sua política exterior, em termos de maior realismo, adequando sua ação à presente conjuntura mundial, com os seus problemas tão numerosos e complexos."

Freepik.com/montagem

Em 2020, comércio entre Brasil e Estados Unidos atingiu a pior marca em 11 anos

Valor das trocas entre países foi de US$ 45,6 bi, menor resultado desde a crise financeira de 2009

Freepik.com/montagem

Em 2020, o intercâmbio comercial entre Brasil e Estados Unidos registrou a pior marca em 11 anos - o menor resultado desde a crise financeira de 2009. O valor das trocas foi de US$ 45,6 bilhões, uma queda de 23,8% em relação a 2019.

Esses dados exclusivos do estudo da Amcham Brasil, intitulado 'Monitor do Comércio Brasil-Estados Unidos', divulgados nesta quinta-feira (21/01), pela Câmara Americana de Comércio. O relatório contém os dados consolidados do comércio bilateral para o ano de 2020, além de perspectivas para 2021.

MENOS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Tanto as exportações quanto as importações sofreram grande impacto em 2020. As exportações brasileiras para os EUA caíram 27,8% em um ano e, em termos absolutos, os EUA foram o parceiro mais afetado entre todos os destinos de exportação do Brasil. Em relação às importações de produtos americanos para o Brasil, a soma foi de US$ 24,1 bilhões, queda de 19,8% em relação a 2019.

"O comércio entre Brasil e Estados Unidos é formado sobretudo por produtos de maior valor agregado, os mais afetados pela crise mundial. Os efeitos negativos provocados pela pandemia e a queda do preço internacional do petróleo ajudam a entender a contração das trocas bilaterais em 2020", contextualiza Abrão Neto, vice-presidente executivo da Amcham Brasil, entidade que representa cerca de cinco mil multinacionais brasileiras e americanas. Os Estados Unidos são hoje o segundo principal parceiro comercial brasileiro, com participação de 12,4%, atrás apenas da China (28,4%).

Segundo dados oficiais dos EUA, até novembro de 2020, o Brasil foi o 17º principal parceiro comercial de bens. A taxa de queda com o Brasil foi a segunda maior, chegando a 22,6%, atrás apenas da França (-26,9%).

COPO MEIO CHEIO

Apesar dos resultados, a Amcham acredita que há motivos para que 2021 seja um ano melhor. "O desempenho do comércio bilateral mostrou maior resiliência na crise atual que na anterior. Em 2009, as trocas bilaterais encolheram 55%, mais que o dobro de 2020. Além disso, o comércio já iniciou recuperação gradual, com desaceleração da contração nos últimos trimestres de 2020", explica Neto. O último trimestre de 2020 registrou a menor taxa de queda das exportações brasileiras para os EUA no ano (-16,9%), apontando para uma trajetória de recuperação em 2021.

Com o avanço da vacinação e a retomada mais forte das atividades econômicas nos EUA, a Amcham acredita que as exportações brasileiras para os americanos devem ser impulsionadas ao longo de 2021. As projeções de órgãos internacionais também apontam para um ano mais próspero para a economia: segundo o FMI, a economia norte-americana deve crescer 3,1% neste ano. Para o comércio internacional, a OMC estima um crescimento de 7,2% para 2021.

Outra mudança importante em vista é o câmbio. No ano passado, o real foi a moeda que mais se desvalorizou entre os países emergentes (-22,4%). A projeção do Bacen é que a taxa média de câmbio seja em torno de R$ 5,00, mais apreciada do que a média de 2020 (R$ 5,15). A possível valorização do real, e expectativa do FMI de crescimento de 2,8% da economia brasileira devem levar a aumentos nos níveis de importação do País, inclusive originárias dos EUA.

JK: Nacionalismo é trabalhar para o desenvolvimento brasileiro

"Quis vir a este Instituto Superior de Estudos Brasileiros, atendendo ao vosso generoso convite, a fim de exprimir a importância e o alcance que atribuo à ideia básica que motivou a criação deste centro de irradiação de cultura. Creio que definirei a orientação desta casa, o seu espírito e suas diretrizes, se disser que é a realidade brasileira, o conhecimento vertical do Brasil que aqui se procura. É a integração do tema nacional no plano de cultura universal que aqui se busca.

Este Instituto é norteado por um princípio nacionalista que me parece certo e revestido da dignidade indispensável ao plano cultural em que se colocou, desde os primeiros dias, a orientação universitária que nesta casa se pratica. Sois nacionalistas porque procurais colocar o Brasil em contato com as correntes de ideias do mundo; porque procurais acrescentar à maneira de ver própria de nossa intransferível experiência os instrumentos culturais que constituem patrimônio comum da humanidade; sois nacionalistas porque afirmais ser indispensável mantermos as nossas próprias características e, ao mesmo, tempo proclamais a necessidade de recebermos a cooperação, em larga escala, dos conhecimentos e do capital estrangeiro, indispensável, como proclamou o orador da turma Barão de Mauá, no seu lúcido e equilibrado discurso, ao desenvolvimento brasileiro. Sois nacionalistas porque a nação é o vosso tema, e tratais esse tema em termos de cultura e não apenas sob os aspectos do pitoresco e das manifestações espontâneas da mentalidade primitiva.

Procurais, aqui, apurar, enriquecer, definir e criar um pensamento brasileiro, um pensamento nacional de que resultará uma atitude de naturalidade e justiça no trato com os outros países, diante dos quais não devemos comparecer com medo de sermos influenciados ou traídos, nem com a pretensão de mudar o que se encontra definido em culturas que o tempo estabilizou e fixou.

Ao que pretendeis realizar é que chamo de pensamento nacionalista. O nacionalismo brasileiro, tal como o concebo, tem uma finalidade precisa nesta hora, nestes anos decisivos, que é trabalhar pelo desenvolvimento.

Prestareis um serviço inestimável e precioso ao país, se ajudardes na tarefa de formar uma mentalidade, um espírito, uma atmosfera de inteligência para o desenvolvimento. Chegou a hora em que o desenvolvimento não prosseguirá sem que haja a estimulá-lo, a ajudá-lo, a ampará-lo, uma melhor compreensão da realidade. Até aqui, o desenvolvimento tem sido obra de alguns poucos heróis em luta contra a incompreensão, o atraso, a mentalidade negativa, a falta de visão, a burocracia; mas, de agora em diante, esses mesmos homens que ajudam o avanço do país passarão a encontrar obstáculos insuperáveis, se não se transmitir ao povo — que é capaz, pela sua inteligência, de tudo compreender — o sentimento, a noção de que o Brasil só se salvará pelo desenvolvimento, pelo enriquecimento, pela

expansão ordenada, planificada, apoiada em dados que a ciência fornece aos que a ela recorrem.

Mas confesso que não sou justo quando digo que é ao povo que se deve transmitir o que me perdoareis classificar como uma filosofia, um pensamento, uma política do desenvolvimento. Mais do que o povo, necessitam dessa transmissão da verdade as elites, impregnadas tantas vezes de um formalismo e de uma limitação que, aliados à capacidade de formulação que não lhes falta, constituem força de paralisação e desentendimentos prejudiciais.

O povo é criador, o povo é receptivo, o povo toca com as mãos, todos os dias, o que procurais aqui nos vossos livros, nas vossas meditações, nos vossos seminários — a realidade. O povo se impregnará, com facilidade, de todos os temas construtivos que lhe propuserdes. As elites, porém, resistirão mais, resistirão até o fim mesmo, com os seus prejuízos e preconceitos.

O que se espera de um Instituto como este é a formação de novas elites. Das elites que irão colaborar na batalha do desenvolvimento, que tanto importa, repito, na salvação do país.

Disse diversas vezes, na campanha presidencial, e aqui o repito — só temos um caminho a seguir, que é o do desenvolvimento. Só com o desenvolvimento superaremos as crises que atribulam a nossa marcha.

Vós sois combatentes do desenvolvimento no plano da inteligência, e a vossa tarefa é, por isso, a mais difícil e a mais gloriosa de todas. Difícil, porque encontrareis armadas contra as vossas ideias as forças mais negativas, o espírito crítico mais dissolvente, o desdém, a superioridade individualista, que encontram guarida na inteligência como parasitas nas grandes árvores generosas. Vossa tarefa de catecúmenos do grande Brasil será mais árdua e mais perigosa, porque lutareis com argumentadores, com finos representantes da decadência, com gente de recursos. Mas vencereis sempre, porque tendes ao vosso lado os mais autênticos interesses nacionais, e vossa superioridade é que pisais a terra com os vossos pés; a vossa inteligência se ampara na realidade, que é, finalmente, invencível.

Pertenceis à turma Barão de Mauá, e o terdes escolhido tal nome vos classifica e recomenda. Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá, é um dos patriarcas da independência do Brasil. Outros trabalharam por essa independência nas lutas políticas e militares; Mauá iniciou a consolidação da Independência do Brasil, no segundo Império, na afirmação e na prática do desenvolvimento. Praticamente só, numa hora espessa, numa hora sem ressonância alguma, lutou por um Brasil maior, por um Brasil potência industrial, com influência no continente. Recolheu o vosso patrono como prêmio de sua atividade fecundíssima e incrível, se tomarmos em conta o tempo em que se processou, a falência que lhe impôs a mediocridade, a burocracia, a inveja, o ressentimento e, principalmente, a incompreensão, que não lhe deram tréguas, como tréguas não dão a outros homens que continuaram a lutar no mesmo sentido em que lutou o vosso patriarca.

Glorificais um falido, um homem extraordinário, que sofreu campanhas memoráveis, que foi negado e renegado muitas vezes, que padeceu, que se arruinou e foi culpado por ter agido em hora que não era propícia às grandes personalidades, como ele o foi.

Os perseguidores de Mauá ainda se encontram de armas na mão e ativos na praça pública, confundindo propositadamente os que trabalham com os que especulam em prejuízo da nação; farejando escândalos, acusando a torto e a direito, para que os chefes de empresas, os capitães do desenvolvimento se atemorizem e mudem de ideias.

O Brasil se acha em plena fase de elaboração de sua grandeza. O Brasil necessita e tem de apoiar-se na ambição, no denodo, no espírito de luta dos homens da livre iniciativa, dos pioneiros; quem negar isso nega a própria essência dos vossos estudos, que é a captação da realidade.

Honra-vos terdes escolhido, em lugar de outro nome qualquer, para vosso homenageado principal, a figura de um brasileiro em que todos reconhecem hoje alta benemerência, mas que passou horas amargas, cercado de incompreensão por todos os lados.

Saúdo em vós, componentes da Turma Mauá, patrícios compreensivos e enobrecidos pela inteligência objetiva. Estais preparados para servir a este país, para ajudar a que se proceda à operação de abrir os olhos da nossa gente para o que possuímos, para o que é este império.

Estou empenhado apaixonadamente nessa luta. Vivo horas de esperança e, embora não tenha descanso e não poupe ao serviço público nenhum instante de lazer, sinto que o tempo não chega para aproveitar-se do ensejo que a Providência me ofereceu. Desejo ajudar o Brasil a crescer, a colocar-se em posição de relevo, a tirar todas as consequências do patrimônio que recebemos de nossos maiores. Para essa tarefa, para auxiliar-me nessa luta, é que vos convoco, é que necessito de vossos préstimos, de vossas luzes e do que aprendestes neste curso, em que figurou vivo e palpitante o nosso extraordinário e tão pouco compreendido Brasil."

Discurso como paraninfo da turma de estagiários do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, no dia 19 de dezembro de 1956, no Rio de Janeiro - DF, pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira - Texto extraído da Coletânea de 3 livros "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI", de autoria de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira.

LUIS PAULO ROSENBERG

Na economia, um copo meio vazio e outro meio cheio

Um presidente despreparado e uma equipe econômica de primeira linha. Como a economia brasileira deve se comportar com situações tão antagônicas no ano em que a vacina da Covid-19 começa a ser aplicada?

Economista e consultor, com carreira destacada nas áreas acadêmica, empresarial e na atividade pública. PHD em economia pela Vanderbilt University, atuou como assessor do Ministro Delfim Neto, responsável pelos setores de Ciência, Tecnologia e Investimentos em Energia.Foi membro da equipe de negociação com o FMI, membro do Conselho de Administração da Cia. Suzano, Nestlé e Banco BBVA. Atualmente é sócio-diretor da Rosenberg Partners. Fonte: NeoFeed 22.01.2021

O Brasil passa por um momento desanimador. No lado político, o despreparo do Presidente é fonte diária de desalento. O amadorismo ao lidar com a pandemia, a irritação internacional provocada pela sua postura ambiental, seu alinhamento incondicional à Trump, suas estocadas na China e a pífia taxa de aprovação de projetos importantes no Congresso são alguns marcos do primarismo de Jair Bolsonaro.

Claro, se as promessas de modernização da economia estivessem sendo cumpridas, a tolerância seria maior. Mas a gestão da economia está sob fogo intenso, pois reformas, como a tributária e a administrativa, sequer estão definitivamente formuladas. A perseguição dele a membros da equipe econômica já provocou a saída de meia dúzia de talentos de primeira linha e o abate continua. Muitos profetizam a queda do ministro Paulo Guedes para breve.

Mas é para a condução da política econômica que vão as críticas mais duras do mercado. Analistas vêm a questão fiscal como causa perdida, o que afugentará investidores: o déficit extrapolou e não há reversão à vista. Consequentemente, para eles, os juros estão abaixo do que deveriam estar e a disparada dos preços no atacado nos últimos meses comprova que a política monetária está desconectada da realidade. Concluem os críticos: inflação e recessão reluzem no horizonte, prometendo um 2021 desastroso.

Tente esquecer por um momento quão retrógrado é o Presidente e note objetivamente os seguintes fatos:

1. Bolsonaro 2020 demonstrou uma evolução política admirável em relação ao de 2019, passando de participante em manifestações de repúdio ao Congresso e ao STF para um líder consciente de que há três poderes independentes. Nenhum respeito, infelizmente, pela missão da Mídia…

2. A busca do apoio do Centrão, longe de renegar uma promessa prioritária de sua campanha, é prova de amadurecimento político, de quem aprendeu com o desastre de Collor que, sem maioria parlamentar, não se governa. Nem aqui nem em qualquer regime democrático.

3. A pandemia e as eleições municipais impediram que, em 2020, o debate fosse focado na modernização da economia. Agora, com a eleição de um novo comando do Congresso avesso ao impeachment e o início da vacinação, há esperança de que o Governo passe a jogar no ataque, na batalha pela aprovação de seus projetos. Nada disto alivia o descaso deste governo com a vida, ecologia e grupos minoritários. Mas deve-se reconhecer que o comportamento político do Presidente só fez evoluir desde sua posse. Vamos, então, à condução da economia:

4. Paulo Guedes está no governo porque acredita que pode fazer diferença na modernização da economia. Não haverá fritura, porque, muito antes, ele terá pedido as contas. Se ele continua ministro é porque tem apoio e aprendeu, como Bolsonaro, que o jogo democrático exige tempo e paciência. Ninguém dos que saíram da equipe econômica alegou desvio bolsonariano da rota liberal e sim desconforto com a lentidão com que as reformas avançam em Brasília. E todos foram substituídos por talentos de mesma

respeitabilidade, prova de que a crença na missão modernizante está preservada.

5. O déficit fiscal está sendo visto por analistas com lentes distorcidas. Vale lembrar que há anos, desde o patético final do Governo Dilma, ele só tem diminuído, refletindo a nova percepção da sociedade quanto aos malefícios de um governo gigante. Acusar de leviano um governo que explodiu o déficit em 2020 é ignorar que o déficit é o déficit e sua circunstância: não precisa ser um keynesiano obsoleto para entender que era imperativo compensar, via subsídios, a queda dramática da demanda agregada, resultante de se travar a produção por medidas de isolamento. Aliás, como fizeram todos os gestores fiscais responsáveis mundo afora. Passada a ameaça, com a disseminação da vacina, vai-se voltar ao compromisso anterior de austeridade, bandeira eleitoral de vários parlamentares eleitos em 2018.

6. Similarmente, em relação à política monetária. Pela primeira vez, um comando do Banco Central teve a coragem de colocar a taxa de overnight em 2%, aproveitando circunstâncias favoráveis. Cobrar que se eleve porque os preços no atacado dispararam é de uma ignorância desumana: como usar juros para enfrentar um choque de oferta, que, ao mudar preços relativos sem se perpetuar pela indexação, tem em si a própria cura?

7. As inúmeras crises do passado tinham um traço comum: o desarranjo das contas externas, a falta de reservas internacionais. Especular sobre default com mais de US$ 300 bilhões de reservas, capital de risco entrando em montante bem maior do que o déficit em transações corrente e sem que haja valores significativos de títulos públicos resgatáveis em moeda forte é mostra de rigidez mental imperdoável.

Moral da história: Pode-se esperar avanço na economia brasileira em 2021. Não o que desejaríamos e sim o resultado possível da negociação política. O PIB vai crescer perto de 4%, preferentemente sem subsídios volumosos, que virão só se o crescimento fraquejar. Preços ao consumidor crescerão perto de 3,5%, enquanto a taxa Selic pouco se afastará de 2%, com juros futuros em queda. Câmbio oscilando entre R$5,0 e 5,5/ dólar. Com pandemia sob controle, inegavelmente um ano novo mais feliz.

Freepik.com/montagem

PAULO CESAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Uma mudança drástica no comando do mundo

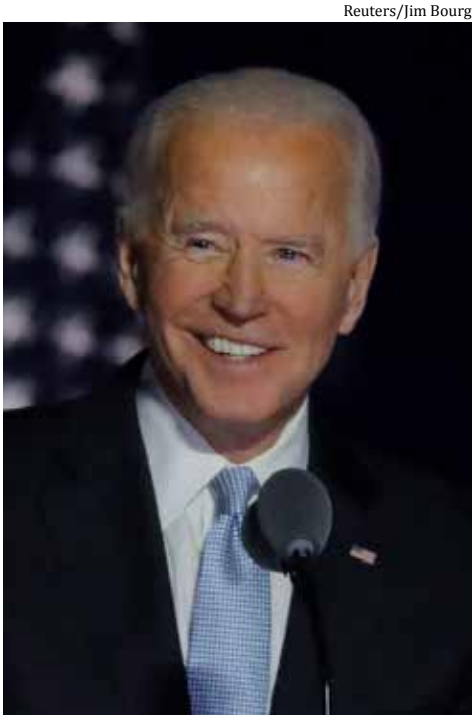
No dia 20 de janeiro último os Estados Unidos e o mundo, em meio a uma avassaladora crise sanitária e econômica, assistiram a posse do novo presidente Joe Binden que derrotou Donald Trump nas urnas. Normalmente o presidente americano é reeleito. Mas não foi o que aconteceu com Trump, que foi na contramão de muitas situações, com o seu estilo negacionista em relação à pandemia do coronavírus, que abalou o país que tem o maior número de vítimas no mundo. Pelo que conversei com vários cidadãos americanos e com brasileiros residentes em Nova York e Miami, não se pode dizer que Trump tenha sido um péssimo presidente. Quase todos elogiaram a condução da economia pelo presidente e sua equipe, embora criticando com veemência seu comportamento irresponsável diante da pandemia, Joe Biden encontra um país em desenvolvimento, mas, como boa parte do mundo, em dúvidas quanto ao futuro econômico e os desdobramentos da pandemia, apesar da vacinação que lá já começou e segue em ritmo razoável.

Se é uma incerteza para o seu povo, o governo Biden, que deverá reservar uma posição destaque para a vice Kamala Devi Harris, uma política com forte liderança popular, inicia-se sob forte expectativa mundial. Para nós brasileiros a grande dúvida é como será o relacionamento entre os governantes dos dois países. Há um evidente mal estar, provocado pelo comportamento pouco político e mesmo ético, de Bolsonaro que, encantado com Trump, demorou a reconhecer a eleição do novo presidente e ainda fez críticas ao processo eleitoral americano, sem apresentar qualquer prova que sustente suas acusações, exatamente como age em relação ao sistema eleitoral brasileiro. Esta expectativa angustia o empresariado nacional pois é evidente que as relações comerciais do Brasil com os Estados Unidos são da maior importância para o nosso desenvolvimento.

Qualquer retaliação econômica pode ser um desastre para o país. Depois de falar o que não devia – no interior de Minas ensinam que quem fala demais dá bom dia a cavalo, o buchicho político é que Bolsonaro já mandou articular uma visita ao presidente Biden. Os sinais, no entanto, não são dos mais animadores. Ao contrário, são de rejeição a uma aproximação entre os dois governos que, pelo menos por enquanto, terão um relacionamento protocolar. Pior para o nosso povo, pior para a nossa economia.

Apesar do discurso populista do presidente e seus aliados, o Brasil não deu ainda sinais consistentes de que começou a sua recuperação econômica. Bem ao contrário, o comportamento do governo diante da pandemia frustrou expectativas em todo o mundo, aumentando a insegurança dos possíveis investidores.

Reuters/Jim Bourg



CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Presidente/ Editor Geral de MercadoComum

Incertezas políticas e fiscais mantém estrangeiros cautelosos com o Brasil

O Presidente Juscelino Kubitschek, em discurso proferido durante o jantar de despedida ao Sr. John Foster Dulles, Secretário de Estado dos Estados Unidos, em Brasília – no dia 6 de agosto de 1958, afirmou:

"Não há maior perigo para o sistema democrático, fundado na liberdade humana, do que a estagnação, o atraso, a predeterminação de povos para missões no mundo: serem alguns desenvolvidos, prósperos, condutores, e estarem outros condenados à lentidão, à morosidade, à tristeza das retaguardas incaracterísticas. E que serão considerados nossos amigos os que compreenderem que aqui, para nós, arrumar a casa é aumentar o nosso potencial de riqueza, é fazer crescer a superfície de nosso poder econômico".

Destaco, a seguir, matéria publicada no jornal O Estado de S.Paulo, de 23 de janeiro:

O ano passado entrou para a história como um dos períodos em que os estrangeiros se mostraram mais cautelosos em colocar dinheiro no País seja para o setor produtivo, seja para a Bolsa ou o financiamento do governo. A projeção do Banco Central é que o ingresso de investimentos estrangeiros destinados ao setor produtivo (IDP) deva somar US$ 36 bilhões em 2020 (US$ 33 bilhões já entraram até novembro), praticamente a metade do volume que ingressou no mesmo período de 2019 e muito inferior ao registrado nos últimos anos.

O IDP engloba investimentos mais duradouros no País, como em uma nova fábrica ou compra de participação em empresas já instaladas. Já nas posições em portfólio – ações na Bolsa, participações em fundos de investimentos e títulos da dívida federal –, foram retirados US$ 14,8 bilhões, maior volume desde 2016. A participação de investidores externos nos papéis do Tesouro Nacional, que chegou a 20,8% do total em maio de 2015, caiu para apenas 9,47% em novembro do ano passado – justamente quando a União mais precisava captar recursos para financiar o rombo recorde nas contas públicas por causa das ações no combate à pandemia.

Após meses de fuga do capital externo do País, os últimos meses de 2020 mostraram o começo do retorno dos investidores de portfólio, mas o ritmo ainda é insuficiente para reverter a forte saída de dólares do Brasil causada pelas incertezas sobre os rumos da economia. Embora haja um excesso de liquidez nos mercados globais, com dinheiro mais que disponível para voltar ao País, as incertezas fiscais, políticas e sanitárias brasileiras, incluindo os entraves para a vacinação em massa no País, mantêm os agentes estrangeiros com um pé atrás na hora de investir.

Fora do radar. "A existência de recursos no mundo é importante, mas não é tudo", diz o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega. "Uma empresa, quando decide investir, examina uma série de fontes", afirma, elencando entre os fatores considerados a política ambiental, a área social e a governança. "Países que não se preocupam com essas três coisas saem do radar. E o Brasil está mostrando para o mundo um governo que menospreza o meio ambiente, é negacionista e não tem articulação política", diz Maílson. "Quando olho a maneira como o governo é gerido, é de desanimar qualquer um."

Além da Ford, que anunciou recentemente que vai sair de três plantas – Taubaté (SP), Camaçari (BA) e Horizonte (CE) – depois de um século no País, a japonesa Sony anunciou o fim da produção da fábrica em Manaus (AM) até março deste ano. Outra japonesa, a Mitutoyo, fechou a planta de instrumentos de medição em Suzano (SP) em outubro do ano passado. Já o grupo farmacêutico suíço Roche anunciou que deixará de fabricar medicamentos no País até 2024.

Risco fiscal elevado, dificuldade para implementar reformas, burocracia em excesso, caos tributário, insegurança jurídica, deficiência em infraestrutura são apenas alguns dos fatores que fazem o investidor estrangeiro pensar duas vezes antes de investir no Brasil. "Houve uma piora de imagem e de perspectiva. A contribuição do governo Bolsonaro para isso é a exacerbação da polarização política, que só causa danos ao País", afirma o economista Mauro Schneider, da MCM Consultores Associados. "Vamos precisar de um tempo para voltar a sermos vistos como um país com perspectivas estáveis."

Para o economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria Integrada, mesmo diante dos desafios que a atual crise impõe, a retomada mais forte da economia chinesa pode beneficiar o Brasil, com a volta de uma demanda mais aquecida por commodities que o País produz, mas o contexto político segue ainda "muito nebuloso". "Não dá para contar com grandes reformas e grandes medidas capazes nos próximos meses", diz.
Fonte: Fundação Perseu Abramo

O Brasil precisa urgentemente se reconciliar com o desenvolvimento e estabelecer, como Meta Prioritária a transformação do País em Nação Desenvolvida, fixando em primeiro lugar o crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo e sustentável como a sua principal estratégia. Esta é uma exigência que, não atendida, condenará o nosso futuro e asfixiará todas as possibilidades do encontro de uma justiça econômica e social para todos os brasileiros!

FRANCISCO ALVES BRANT

Jornalista

Carta a Biden: tática ou mudança?

Comunicados escritos são recursos usados com alguma frequência entre chefes de Estado. Mas a sabedoria popular ensina, por outro lado, que "papel aceita tudo". Então, o fato de o presidente brasileiro haver escrito uma carta ao novo mandatário norte-americano será eficaz para convencer Biden a crer na regularização das relações entre os dois governos em bases institucionais, depois do padrão informal e ideológico do relacionamento entre Bolsonaro e Trump?

Não faltam ao Brasil e aos EUA motivos para seguirem pautarem seu relacionamento por interesses concretos. A carta autoproclama a histórica e notória união entre as duas nações, "por estreitos laços de fraternidade (...)", e elenca itens exequíveis de uma agenda de objetivos práticos que lhes são comuns. Entretanto, cabe perfeitamente indagar se esse documento significa uma tática preventiva de recuo do Brasil ante a iminência de pressões para que se alinhe com a política ambiental do governo Biden e com a sua ênfase em revalorizar o foro das instituições multilaterais como a ONU, OCDE, OMS e OMC nos entendimentos com o Brasil e demais nações; ou se é de fato um sinal do começo de reposicionamento do Brasil nas relações internacionais?

O embaixador americano no Brasil, Todd Chapman, saudou a carta de Bolsonaro por seu foco em questões práticas da agenda de interesses mútuos que vêm de governos anteriores, como o uso da base de Alcântara (MA) pelos EUA, para lançamento de satélites. O próprio embaixador destacou, porém, que "há desafios" e é preciso que se preste "muita atenção nas palavras e nas comunicações para trabalhar de maneira disciplinada" e chegar a "uma relação produtiva para os dois lados", por meio de uma "conversa franca e honesta" sobre divergências que existam entre eles.

Desde já fica evidente que carta de boas intenções, embora positiva, não basta, e, a surrada retórica direitista e de retrocesso nos costumes tampouco seduz e resolve. As conversas diplomáticas precisarão acontecer no patamar da sensatez e comedimento, mesmo nas discussões de temas sensíveis. O representante dos EUA no país não cometeria o erro de chamar atenção para o passado recente e desastroso da nossa "diplomacia", que pregou como motivo de orgulho e "vantagem" o Brasil ser "um pária internacional". Mas os fatos precedentes recomendam cautela, pois essa inusitada e escabrosa política externa – uma verdadeira jaboticaba, raríssima em outros países – já manchou com nódoas os tecidos das relações com a França, Alemanha, Noruega, Argentina e, sobretudo, com a China e, há poucos dias, até com a Índia.

Isto sem falar sobre a humilhante subserviência aos pés de Trump, que, ao contrário dos presidentes Clinton, Bush e Obama – para ficar apenas nos três anteriores – sequer se dignou a visitar o Brasil nem a atender os pleitos contra a taxação do alumínio que exportamos, por exemplo. Endeusado "guru" político do atual governo, Trump não precisou se preocupar com o Brasil, certo de que seria apoiado em qualquer trapalhada. Como, aliás, aconteceu após a apuração total dos votos e a condenável invasão do Capitólio, quando o presidente brasileiro e o seu ministro de Relações Exteriores justificaram as estapafúrdias acusações do candidato derrotado nos EUA de que as eleições americanas teriam sido fraudadas.

Há, pois, um déficit enorme a ser coberto pelo Planalto para restabelecer um relacionamento institucional autêntico e soberano com o novo governo norte-americano. Embora tardia, a carta dirigida ao presidente Biden deu a aparência de que o país relegou o seu atual e estranho conceito de "diplomacia" e optou por uma mensagem diferente das habituais expressões utilizadas para tratar de assuntos e personalidades de Estado, internos ou externos, sem o devido cuidado com a linguagem e a liturgia institucionais – como se as relações internacionais fossem determinadas por amizades verdadeiras, ou hipócritas, entre governantes, e não por naturais e legítimos interesses ou desacordos mútuos entre os países.

Ora, o novo presidente dos EUA está naturalmente bem informado sobre as dificuldades representadas pelo perfil voluntarioso do atual presidente brasileiro e por sua administração desnorteada. Em nós, brasileiros, dói perceber a clara contradição entre sabermos que a democracia e a liberdade no Brasil se encontram sob frequentes pressões de viés autoritário, e ler na carta a Biden que americanos e brasileiros "estão unidos pelo firme apreço às liberdades fundamentais, ao estado de direito e à busca da prosperidade através da liberdade". E ver e saber também que a floresta amazônica nunca foi tão desmatada pela ação ilegal e criminosa de madeireiros e de minerações ilegais – agora estendida também ao cerrado e ao Pantanal –, enquanto a mesma carta afirma que o Brasil está pronto para continuar na "parceria em prol do desenvolvimento sustentável e da proteção do meio-ambiente, em especial a Amazônia, com base em nosso Diálogo Ambiental, recém-inaugurado."

Por essas e outras contradições, cabe mesmo se interrogar sobre o significado real da mensagem endereçada à Casa Branca. Se foi inspirada pelo presidente da República, trata-se de uma surpreendente e pronunciada incoerência em face de fatos ocorridos e palavras proferidas até então. Mas como todos têm direito de mudar de conceitos e atitudes, embora haja poucos motivos para esperança, pode-se com excesso de boa vontade enxergar um sinal de mudança dos desacertos para a sensatez. Mesmo se tiver resultado da avaliação inteligente de um estado-maior, não há ainda, porém, garantia de que as palavras escritas vão ser levadas a sério para valer e de que o documento não seja um exemplo de "papel que aceita tudo", como afirma o ditado.

Pode-se prever, entretanto, que as prioridades do novo governo americano não ficarão só no papel, pois são um compromisso feito na campanha para que os EUA virem a recente página infeliz da sua história política. Assim, somente novos atos concretos do governo brasileiro podem validar as novas palavras como início da mudança de rumos. Para não serem apenas uma tática psicossocial, como a que passou a ser empregada à exaustão, e com fins eleitorais, no súbito "empenho" de Brasília em combater a pandemia de Covid 19 – até pou-

cas semanas atrás, alvo de total e irresponsável negacionismo que já resultou na morte de mais de 217 mil brasileiros.

Apesar de seu potencial positivo, capaz teoricamente de superar uma série de equívocos e erros deliberados, e de iniciar a reparação dos estragos feitos, a carta não consegue disfarçar sua pretensão de ministrar "lições" e transmitir diretrizes sobre o que o governo brasileiro entende ser "a defesa da democracia e da segurança em nosso hemisfério". Segundo a mensagem, estariam "em risco conquistas democráticas em nossa região", e não satisfeito com essas advertências, vê "graves ameaças com que hoje se deparam a democracia e a liberdade em todo o mundo (...)".

Também não procede a alegação de que "governos brasileiros anteriores" teriam afastado "o Brasil dos EUA". Nem tais governos, nem qualquer outro de nossa história – inclusive aqueles que foram alvos da intromissão de americanos em assuntos internos do país, como em 1964 – jamais deixaram de considerar a necessidade e o valor histórico e geopolítico das boas relações com a mais poderosa nação da Terra, nossa vizinha de continente.

Discurso de ideias fixas nesse sentido não interessa à nova política externa dos EUA, às voltas em recuperar seu prestígio e se reposicionar no contexto internacional complexo, multifacetado e globalizado. Propagar intensamente, no Brasil de hoje, um perigo indefinido associado ao uso de quimeras ideológicas retrógradas, visa na realidade prática amedrontar, dividir e intimidar a população brasileira, para assegurar a reeleição a todo o custo, com ajuda das vozes estridentes de seguidores fanáticos. Com as fakenews que espalham a esmo, eles intentam minar a confiança na democracia e nas instituições brasileiras, desde o Congresso até o Judiciário, projetando sombras sobre as Forças Armadas e os órgãos de segurança.

O processo eleitoral que elegeu Biden derrotou o padrão populista e danoso de Trump e aliados, de conceberem e fazerem política. Agora, ele ficou patente para a maioria dos norte-americanos, mas parece ainda estar adormecido na mente de muitos brasileiros. Assim, só a palavra escrita da carta a Biden não basta para convencer a todos, aqui e fora do país, da sua sinceridade de propósitos. É preciso também que o governo brasileiro dê testemunhos em palavras verdadeiras e em viva voz, que profiram compromissos inequívocos e estabeleçam objetivos e novas atitudes em favor da real democracia e do bom e pacífico convívio internacional.

Aliás, esse é um imperativo a ser cumprido! Steve Bannon, um dos principais ideólogos de Trump, foi indultado pelo ex-presidente no apagar das luzes de seu governo. E solto, estará disponível para voltar a semear a paranoia política que elegeu o seu chefe, mas o fez perder a reeleição. Certamente, ele tentará promover a volta de Trump não apenas nos EUA, onde pode, entretanto, sofrer impeachment e cassação dos direitos políticos, mas também junto a seus aliados daqui e alhures, onde seus aprendizes, cegos nas cavernas escuras do fanatismo ideológico, deliram em pesadelos de revanche.

Pode-se prever, entretanto, que as prioridades do novo governo americano não ficarão só no papel, pois são um compromisso feito na campanha para que os EUA virem a recente página infeliz da sua história política. Assim, somente novos atos concretos do governo brasileiro podem validar as novas palavras como início da mudança de rumos. Para não serem apenas uma tática psicossocial, como a que passou a ser empregada à exaustão, e com fins eleitorais, no súbito "empenho" de Brasília em combater a pandemia de Covid 19 – até poucas semanas atrás, alvo de total e irresponsável negacionismo que já resultou na morte de mais de 221 mil brasileiros, até 29/01/21.

Também não procede a alegação de que "governos brasileiros anteriores" teriam afastado "o Brasil dos EUA", a não ser quando predominaram "considerações partidárias a partir de certo momento no governo Lula e no governo Dilma (...)"– como observou o embaixador Rubens Barbosa em artigo no Estadão do dia 26/01. Nem tais governos, nem qualquer outro de nossa história – inclusive aqueles que foram alvos da intromissão de americanos em assuntos internos do país, como em 1964 – jamais deixaram de considerar a necessidade e o valor histórico e geopolítico das boas relações com a mais poderosa nação da Terra, nossa vizinha de continente.

MOZART FOSCHETE

Finalmente habemus vacina!

Economista, com Mestrado em Economia pela Kent University, Inglaterra.

Meus caros e raros leitores,

Já não tenho certeza se estou na 45ª semana de confinamento ou se já é a 46ª semana. Esta rotina diária faz a gente perder um pouco a noção do tempo. Também não faz lá muita diferença. Tem dias que me levanto de manhã e levo um tempo pra me lembrar se é 3ª ou 4ª feira, ou se é sábado. Os dias úteis são iguais aos fins de semana. Feriado também não faz diferença. A repetição das tarefas é a mesma no domingo ou na 2ª feira. Geralmente me levanto às 6:30h. Por que tão cedo? – me perguntam. Não sei responder. Deve ser o tal de relógio biológico que me avisa que já chega de dormir.

Mas, como estava dizendo, me levanto, faço o meu breakfast (como sou meio metido, acho legal usar a palavra "breakfast" em vez de café da manhã) e fico no computador lendo algumas coisas, a maioria sem importância – como, por exemplo, que a cantora Beyoncê cancelou um show por live ou que a Annita viajou para Nova York (nada disso me diz respeito), ou que a atriz tal da Globo se separou de seu companheiro (e eu com isso?). Às vezes leio as principais manchetes do jornal londrino "The Times" (não falei que sou metido?), e, depois, começo a escrever algumas coisas, como esta crônica, por exemplo. Nisso, minha manhã já se foi.

Depois do almoço, me ponho a ler, normalmente deitado no sofá. Primeiro, leio a Folha de S.Paulo, depois livros. Tenho lido todos aqueles livros grossões que eu jamais leria não fosse essa pandemia. Mais à tardinha, já anoitecendo, faço um lanche – quase sempre a mesma coisa. Geralmente um sanduíche. Adoro sanduíche, seja lá de que sabor for. Na idade em que estou, me permito fugir de uma dieta "sadia". Como o que gosto e o que me agrada e zé fini! E, antes de dormir, vejo um filme ou uma Série da Netflix ou da HBO. E meu dia acaba, tendo certeza de que amanhã vou repetir as mesmas coisas.

Como já disse e repeti trocentas vezes, quase não vejo noticiários de TV. Às vezes vejo uns dez minutos de manhã, enquanto tomo meu café, pra ver se há algo de novo além do Coronavirus e das vacinas. O Jornal Nacional, da Globo, já não assisto há mais de ano. Podem até pensar que estou exagerando, mas não aguento mais sequer ouvir a voz monocórdia do Bonner e da Renata. Me dá azia e a cabeça pesa. Receio ficar demente. A Miriam Leitão, então...nossa! Haja estômago. Vai ser feia, trem! Será que a Globo não consegue uma analista de Economia uma pouco mais bonitinha, não? Ou menos feia? Além de feia, tem um cabelo horroroso.

Assistir à Globo News não dá mais. É o programa do pensamento único. Todos têm a mesma opinião sobre o governo do Bozo e suas estapafúrdias declarações, sobre a Covid e sobre a eficácia das vacinas. O dia que o Bozo não fala alguma bobagem ou não se mostra autoritário, os comentaristas do pensamento único quase não têm o que falar. Não sei o que será deles quando a Covid for embora e o Bozo parar de falar idiotices ou deixar a presidência. Vão perder o emprego, certamente.

Eu agora dei para conversar com as duas plantas que cultivo aqui no meu apartamento e também com as paredes e com meus livros. Mas, um meu amigo médico me disse para eu não me preocupar com isso, não. Disse-me que é normal em tempos de pandemia prolongada. Só deverei me preocupar um pouco quando eles começarem a me responder. Fiquei mais tranquilo. Outro dia tive a impressão que uma das plantas tinha feito um comentário comigo. Mas, depois concluí que tinha sido mesmo só impressão minha.

Mas o assunto do momento são as vacinas que começaram a pipocar por todos os lados. A mais falada é a vacina Doria-chinesa-Butantan – que eles chamam de Coronavac. Eu até fiquei um pouco esperançoso que, enfim, tínhamos uma vacina de alta eficácia. No início, o Doria

andou divulgando que sua eficácia era de 91%. Depois, na hora do vamos ver, o Instituto Butantan afirmou que sua eficácia era só de 78% - mas ninguém mais que fosse vacinado morreria de Covid. Agora, pressionado mais ainda pela "comunidade científica (sei lá que porra é essa, nem onde fica!), o Instituto Butantan disse que sua "eficácia geral" era de 50,3% - a continha pra poder ser aprovada pela tal Anvisa. Se fosse 49,99%, não seria aprovada. Agora, estou já com um pouco de pressa para tomar esta vacina antes que sua eficácia caia mais ainda.

Na época que eu assistia televisão, eu só via entrevistas com epidemiologistas e infectologistas, todos alarmistas. Me disseram que continua a mesma coisa até hoje. O discurso deles todos é uniforme e na mesma linha, principalmente se você está vendo a Globo. Nosso sistema de saúde não é, certamente, o melhor e o mais bem equipado do mundo. Mas, certamente, é o que tem mais infectologistas, epidemiologistas e intensivistas no mundo. Não imaginava que eles fossem tantos. Onde este pessoal estava antes dessa pandemia? O que faziam pra sobreviver?

Até outro dia, quando as vacinas estavam longe de aparecer, eu declarava em alto e bom som que – caso eu pegasse a Covid, ou o contrário, caso a Covid me pegasse – eu estava disposto a tomar cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, ivemectina, xilocaína, cocaína, janaína e outo inas. Declarei que aceitaria até fosse colocada uma ferradura atrás da porta de meu quarto. Logo eu que sou o cara mais céptico e cartesiano do universo.

E pra terminar, outro dia, fiquei sabendo que estava havendo um grande seminário médico internacional em São Paulo pra tratar de mortes por ataques cardíacos e AVCs. Agora, leio também na Folha de S. Paulo uma grande reportagem sob o título: "Médicos discutem em live os avanços na luta contra o câncer".

Estranhei estas notícias. Eu estava crente que mortes por ataques cardíacos, por AVC e de câncer já tinham sido erradicadas de nosso país. Sim, porque desde que apareceu por aqui esse tal de Covid-19, não há mais notícias dessas mortes. Cheguei até a pensar que, se eu me cuidar bem contra o coronavirus e se dirigir com cuidado, não morro tão cedo, já que as outras causas de morte estavam eliminadas.

Se vou tomar essas vacinas que estão chegando por aí? Certamente, sim, e de preferência a de Oxford, porque confio na Inglaterra. Sou capaz de tomar até a Coronavac – mesmo com sua baixa taxa de eficácia. Mas, vacina russa, nem pensar. Sputnik pra mim é nome de nave espacial. Vá que ela me mande lá pro espaço!

Vacinem-se para se livrarem da Covid e usem máscara sempre. E, para preservar sua saúde mental, basta desligar o botão da TV, principalmente os noticiários da Globo.

Já nem me lembro como era o mundo antes desse Covid.

Chantecler.

INIMÁ SOUZA

Advogado | vitaroso@vitaroso.com.br

Vinho. Onde mais se consome: Portugal, com certeza

O consumo no país ibérico tem progressão que impressiona. Há uma década, aproximadamente, Portugal consumia, em média, 47 litros de vinho per capita, por ano. Em 2019, segundo dados da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV), esse consumo médio alcançou 62,1 litros per capita, ano, colocando o país no topo do consumo individual mundial, seguido da França (50,2 litros) e da Itália (43,6 litros).

Contudo, um fator importante deve ser computado nessa estatística: o número de turistas, que, anualmente, visitam o país, tendo chegado à cifra de 27 milhões, em 2019; ampliando, e muito, o consumo. Afinal, essa

quantidade representa mais que o dobro da população portuguesa.

Possuindo a primeira região demarcada do mundo (Douro, 1756), grande diversidade de microclimas, variedade de castas e os mais diversos tipos de solo, Portugal elabora vinhos que encantam os apreciadores da bebida, e coloca-se na condição de liderança entre os melhores produtores do mundo.

Contando com um elenco inigualável de uvas autóctones (informes apontam que o número se aproxima de 300 uvas, algumas originadas antes da Idade Média) - todas, reconhecidamente tão boas, ou melhores que as internacionais - o vinho português é rico em diversidade, sabores e aromas, e, com galhardia, está em todas as taças espalhadas pelo mundo.

Também uvas internacionais compõem o cenário ampelográfico de Portugal, e, sozinhas ou em combinações, estão em grandes vinhos. É o caso do famoso tinto, Quinta da Bacalhôa, elaborado com a uva Cabernet Sauvignon. E há ainda, Chardonnay, Merlot e Syrah, as mais frequentes.

De maneira geral, Portugal prescinde de castas importadas para produzir seus grandes vinhos. As originais, historicamente, asseguraram a sua importância no universo do vinho. E mais, várias, individualmente, projetaram-se para diversas regiões longe dos seus "berços."

O apreciador de vinhos as conhece: Alvarinho – antes cultivada, predominantemente, no Minho, na zona de Monção (vinhos secos e encorpados) e de Melgaço, famosa pelo Vinho Verde, é, agora, utilizada nos vinhos brancos de outras regiões do país; Fernão Pires – conhecida como Maria Gomes, na Bairrada, por sua versatilidade é usada para espumantes, na Bairrada, e brancos aromáticos na Península de Setúbal e no Ribatejo.

E mais: Arinto – é rainha em Estremadura, na zona de Bucelas, onde produz brancos considerados entre os melhores de Portugal, senão os melhores; nada mais natural para esta uva de acidez cativante e vinhos elegantes; Loureiro – seus vinhos são aromáticos e elegantes.

Entre as tintas, tenho que começar pela extraordinária, Touriga Nacional – acolhida no Douro com o nome de Touriga Fina, e, desde sempre, base dos vinhos do Porto, ampliou seu status com a produção de vinhos finos, extraordinariamente complexos, e já chega ao rol das uvas mais importantes do mundo, sem dúvidas.

Ainda: Aragonez – (é Tinta Roriz, no norte de Portugal, e Tempranillo, na Espanha), vinhos com taninos intensos com frutado elegante; Trincadeira – vinhos herbáceos e condimentados; Tinto Cão – para quem aprecia vinho com boa elegância e acidez destacada; Touriga Franca – vinhos frutados (cereja, amora) e elegantes.

Enfim, o vinho de Portugal é o todo do vinho mundial, e a qualidade segue de vento em popa, numa progressão contínua. Por conseguinte, o consumo segue junto, naturalmente.

RESTAURANTES

O Covid-19 tem abatido muitos e famosos restaurantes, e, em Belo Horizonte, não tem sido diferente. Entre os últimos, na Capital mineira, o Vecchio Sogno e o Patuscada. Felizmente, segundo noticiado, Ivo Faria não sairá de cena, e voltará com novas propostas na área. Já, Clóvis Viana, adiantou-me que, ainda na metade deste ano, abrirá nova casa, com o mesmo entusiasmo. Estamos na torcida de ambos.

ENOTURISMO

Com a chegada das vacinas, o segmente do enoturismo, em BH, se movimenta. O Felipe Ramos, da Primotur, disse-me que já faz a montagem de roteiros para a região vinícola do Sul de Minas, Vale dos Vinhedos e regiões vinícolas portuguesas. Assim seja.

Tim, tim.

SÉRGIO ROGÉRIO DE CASTRO

Nosso país está quebrado?

Engenheiro, empreendedor, conselheiro da Escola de Associativismo; Ex-Senador pelo Espírito Santo e ex-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo.

O Brasil não está quebrado! Há poucos dias, o Presidente da República declarou publicamente: "o país está quebrado e não consigo fazer nada". Nosso presidente, que, com sua vitória, nos livrou do aprofundamento de uma socialização corrupta, fala demais e isto o atrapalha, ao seu governo, ao país. O que foi pior? Declarar que o país está quebrado ou o complemento da declaração ("não consigo fazer nada")?. Só faltou acrescentar: "renuncio ao cargo de Presidente da República!". Há profundas diferenças entre um governo bom e um governo ruim. Refletindo sobre essas diferenças, lembrei-me de passagens da política brasileira e da minha trajetória de empreendedor. Uma dessas passagens foi protagonizada pelo competente e saudoso Ministro Mário Henrique Simonsen, que, certa feita, declarou: "a inflação, aleija, mas o câmbio mata!".

É imperativo assinalar que, hoje, estamos longe de uma crise cambial, graças ao nosso portentoso agronegócio. Por força dos seus seguidos superávits cambiais, não temos dívida externa e acumulamos considerável reserva cambial que nos protege contra a insolvência. E o Brasil não se resume ao agronegócio! Temos muitas outras riquezas e potencialidades a serem exploradas. Além disso, há de se lembrar que nossa dívida é em reais, moeda que o governo emite. Diante desse quadro, pergunto-me: Pode quebrar? Sim! No entanto, para que cheguemos a esse extremo, será preciso que continuemos elegendo governos de baixa qualidade que empobreçam o país, chancelem a corrupção e firam a credibilidade do Estado brasileiro no palco financeiro interno e internacional.

Outra passagem se deu quando estava iniciando a difícil trajetória de pequeno industrial e vivenciava situações semelhantes à da têmpera do aço. Era aquecido fortemente pelo ideal, pela vontade de ser bem sucedido e levava seguidos banhos de água fria pela dureza da realidade de empreender no nosso país. A superação de cada obstáculo fazia-me mais resistente, mais forte. Em determinada ocasião, pedi uma reunião com um novo gerente do banco que mais crédito concedia à empresa. Desejava expandir as operações para que pudéssemos produzir mais e crescer. Apresentei ao gerente o que necessitava. Ele tinha em mãos o relatório do banco com dados da minha empresa. Muito sincero, disse-me: "não é possível atender às suas demandas, sua empresa está quebrada!" De pronto, respondi: "senhor, ela está ativa e só precisa que o banco a ajude um pouco mais para superar as dificuldades do momento atual que certamente passarão". O gerente insistiu: "mas os números do seu balanço...". Nesse momento, fui mais assertivo: "melhorarão se o banco expandir o seu apoio. Trabalho muito, com dedicação e determinação, temos um bom plano de negócios e sei que estamos no caminho certo. Se o banco nos apoiar vamos crescer e os números serão outros". Depois dessa conversa, lembro que não conseguimos uma aprovação imediata do pleito, mas, pouco a pouco, fomos sendo testados, ouvidos, atendidos e, ao final, a empresa prosperou como planejado.

Guardadas as devidas proporções, percebo muitas semelhanças entre as duas situações. Empreendedor tem de ser otimista; o líder de um país também. Conto esta história porque desejaria que o nosso Presidente tivesse uma postura parecida com a que tive para superar restrições. Gostaria de ouvi-lo dizer que temos dificuldades, sim! Mas que vamos crescer, vamos superar as adversidades e que tudo isso depende de um trabalho dedicado de sua equipe, da ajuda do Congresso, do Judiciário, de todos os brasileiros.

O Presidente seria muito mais respeitado se reagisse de maneira diferente para justificar a performance ruim de seu governo. Precisa pensar antes de falar, fazer um bom governo, se deseja se reeleger.

PAULO QUEIROGA

Turismo - Jordânia: Oásis do Oriente Médio

A Jordânia é hoje, uma espécie de oásis de turismo no Oriente Médio. Vizinha da Síria, do Egito, Arábia Saudita, Israel, e do território palestino da Cisjordânia, região que, normalmente, é um barril de pólvora, o Reino Hachemita da Jordânia, se destaca na quantidade de turistas internacionais que o país recebe, inclusive do Brasil, antes da pandemia.

TEMPOS BÍBLICOS

A antiguidade da Jordânia remonta aos tempos dos profetas e comerciantes bíblicos. A região foi dominada pelos amonitas, moabitas e edomitas. Entre invasores e colonos, a História inclui egípcios, israelitas, assírios, babilônios, persas, gregos, romanos, árabes muçulmanos, cruzados cristãos, turcos otomanos e, finalmente, os britânicos. Esse caldeirão de cultura de milhares de anos deixou traços que atraem turistas de praticamente todo o mundo. A cidade milenar de Petra, esculpida em pedra é um dos mais encantadores patrimônios culturais e artísticos da humanidade, junto com as Pirâmides do Egito.

A capital, Amã, centro urbano com mais de 1.5 milhão de habitantes oferece grande variedade de locais históricos e sítios arqueológicos. As escavações no local conhecido por "Cidadela" revelam vestígios de civilizações do período Paleolítico, Helênico, Romano, até à Idade Islâmica Árabe. A arquitetura majestosa fascina o visitante, como o Templo de Hércules, o Palácio Omíada e a Igreja Bizantina. Ao fundo da Cidadela fica o Teatro Romano, de 6000 lugares, uma concavidade esculpida na colina e que ainda hoje é usado em eventos culturais. Outro teatro restaurado é o Odeon, com 500 lugares, que é usado atualmente para concertos diversos.

Os três museus encontrados na área: o Museu Arqueológico da Jordânia, Museu de Folclore e o Museu de Tradição Popular, nos dão um panorama, uma perspectiva mais ampla sobre a história e a cultura deste país cheio de riqueza e magia.

MAR MORTO

A costa do Mar Morto é uma das paisagens naturais mais impressionantes da terra. O local encanta os turistas de hoje, da mesma forma que fascinou reis e imperadores em sua longa História.A superfície da água, a 410 metros abaixo do nível do mar e extremamente salinizada, (31,5%), é o local mais baixo do planeta.

O entorno da região oferece boas estradas e estrutura hoteleira de alto nível: Movenpick Hotel e Resort, de 5 estrelas, Jordan Valley Marriott, de 5 estrelas, Star Kempenski Ishtar Hotel, de 5 estrelas e o Dead Sea Spa Hotel, de 4 estrelas e outros menores, não menos luxuosos. Outra experiência inesquecível nas imediações do Mar Morto são as Hammamat Ma'in (Águas termais de Ma'in), ricas em minerais. As termas ficam 264 metros abaixo do nível do mar, num dos oásis do deserto, o mais espetacular do mundo. A água é aquecida a temperatura de 63º C pelas fissuras de lava subterrânea, à medida que avança pelo vale antes de entrar no Rio Zarqa.

A viagem à Jordânia e região do Mar Morto se completa com uma relaxante experiência de massagens e banho de lama nas exclusivas praias privativas dos hotéis de luxo. Neste local sofisticado está o Evason Ma'In Hot Springs & Six Senses Spa, com 97 quartos e uma variedade de serviços, incluindo "wrappings " de lama, banho e ducha com hidro-jatos, massagens subaquáticas, tratamentos faciais com lama, eletroterapia e tratamentos cosméticos. A Jordânia, entre o mar e o deserto, entre o ocidente e oriente, é um local impressionante de beleza e de contrastes, desde o fértil Vale do Jordão, até os remotos e silenciosos desfiladeiros.

Os serviços turísticos são bem estruturados. Os visitantes podem explorar castelos no deserto, contemplar a vastidão de Wadi Rum ou banhar-se nas águas do Mar Vermelho. Para quem gosta de aventuras, há também, equitação, safáris em veículos 4x4, escaladas e caminhadas, tudo de alto nível.

SÉRGIO FRADE

Presidente da Solutions Gestão de Seguros

Seguro – essencial, em especial nas crises!

O ano de 2020 marcou profundamente o mercado segurador brasileiro e segue em 2021 com a perspectiva de presença significativa na vida das pessoas e da atividade econômica empresarial.

De fato, podemos considerar que a pandemia está mudando a percepção dos consumidores de seguro. Além de proteger grande quantidade de ativos e vidas no país e participar de todos os setores da economia nacional, a indústria de seguros ajuda a gerenciar riscos, mobiliza poupança e, sobretudo, facilita investimentos estratégicos. Entre setembro de 2019 e de 2020, os prêmios de seguro alcançaram a cifra de R$ 271,3 bilhões, representando um aumento de 3,4% em relação ao período anterior, informou a edição de 15/12 do jornal Valor Econômico, com base em números fornecidos pela CNseg, sem considerar os produtos de saúde e o DPVAT.

Marcou profundamente, como colocado anteriormente, pela sua capacidade de rapidamente ser mobilizado para manter todas as operações de atendimento às demandas de coberturas e recomposição de perdas seguradoras ininterruptos.

Seguradoras, resseguradoras, corretores de seguros, reguladores de sinistros e orgãos reguladores atuaram em perfeita harmonia, condição primordial para atender aos segurados, consumidores de coberturas e serviços securitários. Todos os planos de contingência das seguradoras funcionaram, principalmente o teletrabalho e as plataformas digitais.

Não podemos deixar de ressaltar a importância da atividade de seguro na vida das pessoas, das empresas e na economia. O Mercado de seguros fornece uma escala de produtos e serviços, que tem implicações para o cotidiano das pessoas, das empresas e da economia.

Assistimos ao longo do ano, o crescimento da procura por assistência médica decorrente da contaminação pelo coronavírus. As seguradoras que oferecem o SEGURO SAÚDE atenderam a todos os procedimentos previstos em seus contratos, fornecendo toda as gama de consultas presenciais e de forma (inédita) virtual, exames, diagnósticos e internações possibilitando a recuperação de milhares de pacientes fora da rede pública.

Ainda no campo da assistência médico-hospitalar, destaca-se o SEGURO DE VIAGEM oferecendo cobertura para os brasileiros que se encontram no exterior.

O seguro de FIANÇA LOCATÍCIA amparou os locadores de imóveis frente à inadimplência forçada dos locatários com a redução da atividade econômica e perda de empregos. Igualmente, o SEGURO GARANTIA amparou o descumprimento das obrigações contratuais objeto dos contratos de seguro.

De forma especial, cabe destacar a importância do SEGURO DE VIDA. Neste segmento de seguro, o mercado segurador foi exemplar. Além da proteção individual, o seguro de vida tem como objetivo proteger um patrimônio e a família, em caso de uma ausência. Protege também o segurado em vida, com coberturas que ele pode usufruir, por exemplo, numa situação de tratamento de doenças graves, internação hospitalar ou acidentes que causem invalidez (total ou parcial).

Em situações de pandemia, como o Covid-19, os contratos de seguros excluem a cobertura de riscos nestas condições. Dessa forma, os contratos de seguro de vida não cobriam mortes em casos de pandemia. A maioria das seguradoras mudou essa decisão, anunciando o pagamento de sinistros decorrentes do novo coronavírus, flexibilizando possíveis restrições previstas em contrato. O setor mostrou resiliência em cobrir as mortes decorrentes da Covid e amparar os beneficiários.

De concreto temos que a pandemia trouxe mais reflexões e consciência não só sobre a importância dos cuidados com a saúde, mas também sobre a necessidade da proteção do seguro.

REGINA FERNANDES

Defasagem na tabela de IR: a injustiça tributária no Brasil

Perita contábil, trainer em gestão, mentora e responsável técnica da Capital Social, escritório de contabilidade com 10 anos de atuação que tem como objetivo facilitar o dia a dia do empreendedor. Localizado na cidade de São Paulo, atende PMEs do Brasil inteiro por meio de uma metodologia de contabilidade consultiva, efetiva e digital.

Recentemente, o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal, o Sindifisco, divulgou um estudo que revela que a defasagem acumulada na tabela de Imposto de Renda é de 113,09% nos últimos 24 anos. Na prática, isso quer dizer queda no poder de compra e aumento na injustiça tributária no país.

Em 1996, a isenção no imposto contemplava trabalhadores que recebiam até nove salários mínimos mensais. Em 2021, a proporção é de apenas 1,73. Ou seja, quem recebe acima de R$ 1.903,98. Se a tabela tivesse sido corrigida de acordo com a inflação, o imposto deveria ser pago apenas por quem recebe mais de R$ 4.022,89. Uma diferença gigantesca que aumenta ainda mais a desigualdade social por aqui.

Para piorar a situação dos mais pobres, boa parte dos que receberam o auxílio emergencial poderão ter que pagar imposto de renda sobre o benefício. Isto porque quem recebeu rendimentos tributáveis acima da primeira faixa da tabela progressiva - num montante superior a R$ 28.559,70 ao longo de 2020, somado o benefício - será obrigado a apresentar a declaração. Dentro do ajuste entre receitas recebidas, estão despesas dedutíveis dentro do limite, dedução de dependentes, gastos com saúde e educação formal, sendo possível que se apresentem impostos devidos. É importante contar com um contador especialista para evitar erros.

Atualmente, o Brasil tem cerca de 30 milhões de declarantes. Desses, 10 milhões ficam isentos ou recebem restituição. Caso a faixa de isenção subisse para R$ 3 mil, por exemplo, esse número saltaria para 18 milhões. Isso quer dizer que 8 milhões de contribuintes, que representam cerca de 30 milhões de famílias, ficariam livres desse imposto.

Embora a correção da tabela tenha sido uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro, o governo já deu sinais de que dificilmente fará a alteração para o próximo período de declaração, que tem início em 01 de março. Em função da pandemia, 2020 foi o sétimo ano seguido de contas no vermelho, só que com um recorde de R$ 831,8 bilhões negativos. Ajustar a tabela significa menos dinheiro entrando para os cofres públicos num momento crítico.

O problema é que, mesmo que o governo aumente a arrecadação agora, ele gera um desequilíbrio social no médio prazo, visto que o poder de consumo da população é reduzido, o que agrava ainda mais a diferença entre ricos e pobres. Principalmente porque o cidadão paga impostos, mas não vê o retorno em serviços como saúde, educação e transporte de qualidade, por exemplo.

Na prática, quem tem um pouco mais de condição, acaba pagando duas vezes por esse tipo de serviço. Seja contratando um plano de saúde, uma escola particular ou mesmo pagando uma empresa de segurança privada para a sua rua ou condomínio. Mesmo tendo a possibilidade de solicitar deduções de algumas despesas no imposto, elas não são nem um pouco compatíveis com o preço desses serviços.

No caso de educação, por exemplo, o teto da tabela atual é de até R$ 3.561,50 por ano e por dependente. Isso quer dizer menos de R$ 300 por mês. Quantas escolas conseguimos pagar com esse valor? Ou seja, a dedução não é compatível com a inflação e isso gera um descompasso social, onde as famílias são duplamente penalizadas.

Com menos poder de compra, a roda da economia é prejudicada. As pessoas compram menos, as empresas vendem menos e, consequentemente, contratam menos e pagam menos impostos, já que não tem demanda para sua capacidade produtiva. Com isso, o desemprego aumenta, a arrecadação cai e o chamado

custo Brasil sobe, o que nos coloca em desvantagem em relação a inúmeras outras economias até menores que a nossa.

Tem uma questão que os governantes precisam entender: o pobre não é o problema para as contas do governo. Ele é a solução. Várias atividades que antes eram permitidas no MEI (Micro Empreendedor Individual), estão deixando de ser. Isso prejudica a economia, já que o cidadão se vê obrigado a partir para a informalidade, gerando zero de receita ao governo. Em contrapartida, ele continua recebendo os serviços sociais. Se estivesse formalizado, ele geraria receita ao governo, desenvolveria o próprio negócio e, a empresa crescendo, mudaria o regime tributário.

Assim como as empresas têm um papel social determinante, o governo precisa aumentar sua eficiência e retornar o que pagamos em serviços de qualidade. Isso quer dizer que precisamos não apenas de uma reforma tributária, mas de uma reforma política, onde sejam reavaliadas as estratégias de cargos, salários, benefícios e regalias aos governantes eleitos, bem como cargos públicos.

Afinal, do que adianta no projeto de reforma tributária incluir mudanças no imposto de renda (como a volta da tributação sobre lucros e dividendos, extinta em 1996, reforçando um retrocesso) se contabilmente tributar a distribuição de lucro significa uma bitributação para os empresários, considerando que eles já foram pagos dentro da empresa e não terão efetividade das ações públicas com revisão dos gastos que não representam serviços diretos à sociedade?

Pensar na arrecadação apenas em curto prazo é uma estratégia pouco inteligente e arriscada. O Brasil precisa amadurecer e entender que, muitas vezes, o remédio amargo que tomamos hoje é o que vai nos salvar amanhã. Avançar com as reformas pode nos trazer pequenos sacrifícios agora, mas muitos benefícios no futuro. Ter uma máquina governamental eficiente é o mínimo que a população brasileira exige e merece.

JAYME VITA ROSO

Advogado | vitaroso@vitaroso.com.br

Jacques Attali: pensando no moderno econômico

Exatamente no mês e ano da graça de 1997, eu tivera acesso à leitura de Os Caminhos de Sabedoria: Tratado do labirinto (Librairie Arthème Fayard, 1996) de autoria de Jacques Attali. Tiragem inicial de 43000 exemplares. Pela Fayard, Attali coleciona sucessos: mais de 170000 exemplares vendidos. Eu, com seu livro, outra vez, me fascinei. E retroajo!

Conheci Attali, quando ele lecionava em 1975 na Escola Politécnica de Paris, França, e, secundando a Escola Normal Superior de Paris, lecionava, publicava e provocava com os livros L'anti-économique (Paris: Presses Universitaires de France, 1975) e La parole et l'outil (Paris: Presses Universitaires de France, 1974).

E saúdo sua biografia: "nascido em 1 de novembro de 1943, em Argel, Argélia Francesa, é um economista e teórico social francês, escritor, funcionário público e conselheiro político, que serviu como conselheiro do Presidente François Miterrand, de 1981 a 1991, sendo também o primeiro chefe do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento em 1991-1993. Em 1997, Attali propôs uma reforma do sistema de ensino superior. Em 2008-2010, ele liderou o comitê do governo sobre como iniciar o crescimento da economia francesa,

sob o mandato do presidente Sarkozy" (disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Jacques_Attali>).

Para coroar sua biografia, foi galhardeado com o Prêmio Henri-Poincaré (Escola Politécnica), o Prêmio da Academia de Ciências pela publicação de Analyse économique de la vie politique e Modèles politiques; em 1972, aos 29 anos de idade, Prémio Harvey, dado pelo Instituto de Tecnologia de Israel, em Haifa, também o de Kent e, em 2009, tido como um dos maiores "pensadores do mundo", pelo Foreign Policy.

Encantado com seu rigoroso criterioso pensamento, li mais de vinte de seus livros (dentre os mais de cinquenta publicados), ainda quando florescia como escritor.

E Attali cuida e trata da economia sem perder de vista a vida concreta, com visão global, assim referenciado pela Wikipedia, como podemos ver nos últimos dez anos de suas publicações:

1. Tous ruinés dans dix ans ? Dette publique : la dernière chance (Fayard, 2010). Em resumo: Estaremos todos arruinados em dez anos? Nunca, em meio a uma guerra global, o público publicou o grande país do Ocidente na época também. Nunca os perigos que constituem a democracia nestes tumultos. Para entender os motivos pelos quais a juventude leva Estados como a Islândia ou a Grécia à falência, Jacques Attali traça a história da dívida pública, que é também a constituição progressiva da função soberana e que ameaça destruí-la.

2. Demain, qui gouvernera le monde ? (Fayard, 2011). Em resumo: Amanhã, quem governará o mundo? Estados Unidos? China? Índia? Europa? O G20? A ONU? As multinacionais? As máfias? (...) Um dia a humanidade entenderá que tem tudo a ganhar se, unindo em torno de um governo democrático do mundo, indo além dos interesses das nações mais poderosas, protegendo a identidade de cada civilização e administrando os interesses do mundo da melhor maneira, com humanidade. Esse governo existirá um dia? Após um desastre, ou em seu lugar. É urgente ousar pensar nisso, pelo melhor do mundo.

3. Pour une économie positive, (Fayard, 2013). Em resumo: Como podemos encontrar uma saída para a crise sistêmica que estamos passando? Mudando para um novo modelo: a economia positiva. Uma economia onde a riqueza criada não é um fim em si mesma, mas um meio para servir a valores altruístas superiores. Uma economia ao serviço das gerações futuras e que promova um crescimento responsável, sustentável e inclusivo. Uma economia que respeite o meio ambiente e que estará, antes de mais, a serviço da sociedade. Como implementar essa mudança de forma concreta?

4. Comment nous protéger des prochaines crises (Fayard, 2018). Em resumo: A questão não é se uma próxima crise explodirá, mas quando e o que a desencadeará e revelará. Sejam financeiras, ecológicas ou geopolíticas, ou ligadas por um efeito dominó, essas crises terão sua origem na prioridade dada ao escoamento de estoques, ao consumo sobre a poupança e ao investimento. Posso imaginar aqui os vários cenários prováveis de curto prazo e suas consequências devastadoras em nível planetário. No entanto, este não é o momento para pessimismo ou resignação, mas para ações positivas.

Finalmente, nesta década, sobre economia:

5. L'Économie de la vie (Fayard, 2020). Em resumo: Para garantir a sobrevivência da humanidade, ameaçada como nunca pela crise gerada pela pandemia Covid-19 e seu manejo, uma nova economia da vida deve ser criada. Reunindo todos os setores econômicos que têm como missão a defesa da vida, este novo paradigma é o único capaz de garantir um futuro desejável para a humanidade.

Com este apanhado, deixo ao leitor à reflexão!

Vale conhecer o pensamento deste economista que pensa e reflete como ser humano, não como uma tábua de algoritmos!

KÊNIO DE SOUZA PEREIRA

kenio@keniopereiraadvogados.com.br

Presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB-MG - Advogado/ Conselheiro do Secovi-MG e da CMI — Câmara do Mercado Imobiliário de MG - Vice-presidente da Comissão Especial de Direito Imobiliário da OAB Federal

ITBI de imóvel na planta: pague menos e economize também na escritura e no registro

Em decorrência da queda da rentabilidade das aplicações de renda fixa que na prática estou resultando em prejuízo diante da Selic a 2% ao ano, voltou a ser interessante que pequenos grupos se organizem para promover a construção de edifícios a "preço de custo", mediante a compra de uma quota-parte do terreno. Com a formação do grupo para viabilizar o projeto aprovado, é contratada uma construtora ou engenheiro para realizar a "obra por administração", que é conhecida "a preço de custo", pelo fato dos materiais e mão de obra serem pagos diretamente por esses quotistas/ condôminos que, às vezes, transferem a propriedade do terreno enquanto a edificação vai sendo construída.

O Fisco Municipal, ao proceder a avaliação do imóvel para emissão da Guia do ITBI em razão da transferência de propriedade, tem como regra considerar a transação como "preço fechado", ou seja, a unidade em construção como se o apartamento, loja, sala ou garagem, já estivessem prontos. Considera-se que o comprador pagou o valor do apartamento pronto, tendo a construtora se obrigado a construir por conta dela, assumindo o risco do negócio, o que resulta numa boa margem de lucro. Esse negócio é o mais comum no mercado, pois o comprador paga o valor pré-determinado, ou seja, o "preço fechado", para receber o produto final acabado, em determinada data. E por isso, o Fisco utiliza como base de cálculo para aplicar a alíquota de 3% o preço final da unidade pronta, que engloba o que foi gasto com materiais, mão de obra, além do lucro da construtora, fazendo o valor do ITBI aumentar em torno de 200% para cada coproprietário.

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA REDUZ ITBI E CUSTOS COM CARTÓRIOS

Para pagar bem menos, é preciso demonstrar que o negócio foi realizado "a preço de custo", e para isso a documentação do empreendimento deve ser elaborada corretamente e preservada para provar o valor que cada comprador pagará pelo ITBI. De outra forma, se não for derrubada a presunção de que a obra é a "preço fechado", encarecendo em até o triplo o ITBI, aumentarão na mesma proporção os valores a serem pagos ao Ofício de Notas para lavrar a escritura e ao Oficio de Registro de Imóveis para registrá-la.

Imaginemos um edifício com 20 apartamentos, em que os coproprietários compraram o terreno por R$ 6 milhões. O correto é que esses 20 coproprietários formalizem essa transferência de 1/20 para cada um, (preço de cada fração no valor de R$ 300 mil). Assim, terão o custo de R$ 9 mil de ITBI, que multiplicado pelos 20 compradores resultaria no ITBI geral de R$ 180 mil, diante da alíquota de 3% sobre o valor total do terreno.

Contudo, ao permitir que o Fisco aplique a presunção de que a unidade foi vendida como se estivesse pronta, o que ocorre com o pedido da Guia do ITBI sem as cautelas que podem demonstrar que se trata de obra "a preço de custo", o Fisco arbitra o preço de R$ 1 milhão (já incluso o lucro da construtora) de cada unidade. Resultado, cada comprador pagará R$ 30 mil a título de ITBI, ou seja, R$ 21 mil a mais. Se for levado em conta o edifício, os 20 compradores pagarão o valor de R$ 600 mil, ou seja, um prejuízo de R$ 420 mil.

Por ser mais comum, a Prefeitura, ao constatar que há alvará de construção emitido, qualifica a transferência da quota-parte como obra "a preço fechado" e arbitra a transação no valor de R$ 1 milhão por apartamento. O Fisco Municipal desconhece que o comprador pagou do seu bolso R$ 360 mil para a compra de materiais e mão de obra e que não caberia cobrar ITBI de R$ 21 mil sobre o gasto com a

obra e nem sobre o lucro da construtora de R$ 340 mil por unidade.

FORMALIZAR UMA OBRA POR ADMINISTRAÇÃO EXIGE TEMPO

Importante a Fiscalização do Município entender que uma incorporação a "preço de custo" ou "obra por administração" consiste no incorporador (que idealiza o negócio) assumir um grande risco de não conseguir vender as quotas do terreno num volume que venha a viabilizar o início das obras. Até que seja formalizada a documentação para que seja realmente criado o condomínio e a Comissão de Representantes, bem como eleito o síndico, o que impera de fato é a informalidade, o improviso, por ser impossível o negócio ser formado de uma só vez. Por essa razão, a Lei 4.591/64 permite ao incorporador desistir da incorporação no prazo de 6 meses, sem pagar qualquer multa.

Na realidade, as construtoras ou os engenheiros focam na obra, por terem como prioridade a celeridade, não tendo tempo para se preocupar com questões tributárias e jurídicas. Essa parte cabe aos compradores, pois esses são os principais beneficiados ao serem assessorados para economizarem.

CONSTRUTOR DEVE ALERTAR OS CONDÔMINOS/CONTRATANTES

É interessante a construtora e o engenheiro explicarem para os proprietários dos terrenos, que eles devem contratar assessoria jurídica especializada para realizar os procedimentos que provarão à Prefeitura ser o empreendimento "a preço de custo", de forma a impedir a cobrança dos 3% sobre o valor que superar a fração ideal do terreno. Nos termos das normas que regem o ITBI, especialmente o art. 156, inc. II, da Constituição Federal e os art. 35 e 38 do Código Tributário Nacional, o seu fato gerador baseia-se na transmissão "inter vivos" do imóvel.

Deve a apuração do montante do imposto ocorrer com base no valor venal do bem transferido, que, por se tratar da aquisição de unidade na planta, corresponde apenas ao valor da fração ideal do terreno. Portanto, o correto é que sejam excluídos do cálculo realizado pelo município para tributar a transação, os custos e despesas decorrentes da efetivação da construção, pois esses foram pagos diretamente pelos compradores aos fornecedores e prestadores de serviços, por meio de desembolsos do condomínio e, às vezes, por um ou outro comprador que depois ajusta essas antecipações no rateio.

Essa orientação tem sustentação nas Súmulas 110 e 470 do Supremo Tribunal Federal, que tratam sobre a matéria, sendo indevido o cálculo do ITBI sobre os valores aplicados na construção após a efetivação do contrato de compra e venda da fração do terreno. O valor decorrente do financiamento da obra ou de seu pagamento à parte por cada coproprietário não configura "transmissão de imóvel". O que foi transmitido foi apenas a fração do terreno. O que foi pago à parte configura custo da obra ou o financiamento desta. Cobrar sobre o valor total da unidade pronta implica ainda em tributar até o lucro, ou seja, o que renderia a unidade se fosse vendida para um terceiro por "preço fechado", após a conclusão do empreendimento. Este adquirente, no caso do "preço fechado" não assume o risco da construção que é bancado pela construtora e por isso paga mais que quotista do terreno que patrocina a "obra a preço de custo".

Há diversas decisões judiciais que confirmam o direito dos compradores de pagar o ITBI sobre o valor do terreno, e nada mais, já que a obra é "a preço de custo". Há possibilidade de ser obtida a liminar para que o comprador/requerente venha a pagar o ITBI para o Ofício de Notas lavrar a escritura, mediante a emissão da guia com a incidência do imposto limitado ao custo da fração ideal do terreno. Por outro lado, os compradores que já pagaram o ITBI em valor acima do correto, caso queiram, dentro do prazo de 5 anos, poderão requerer a restituição do valor recolhido indevidamente.

REINALDO DOMINGOS

Inflação oficial de 4,52% não representa realidade dos brasileiros - veja o que fazer

PhD em Educação Financeira, presidente da Associação Brasileira de Educadores Financeiros. Está à frente do canal Dinheiro à Vista.

Os dados referentes à inflação oficial de 2020 no Brasil foram acima da expectativa, fechando o ano em 4,52%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um grande aumento, sendo a maior alta desde 2016, quando ficou em 6,29%.

O percentual é apontado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Contudo, é fácil constatar em qualquer ida ao supermercado, feira ou varejão que esse aumento não representam a realidade no bolso dos brasileiros, que tem sofrido muito mais com a inflação real, que é outra em relação à inflação oficial.

Sempre afirmo que o principal vilão das finanças da população é a inflação real. Ela causa a perda do poder aquisitivo do dinheiro. Mesmo os poupadores perdem dinheiro com o vilão da inflação verdadeira. Praticamente nenhuma aplicação consegue repor a perda desse valor.

A inflação real sempre existirá e será diferente da oficial, ela está relacionada aos produtos que realmente adquirimos e nas contas que realmente pagamos, sendo que na definição da inflação oficial são utilizados outros fatores. O que precisamos fazer é ficar atentos com o dinheiro que se ganha e, principalmente, como se gasta.

Digo isso por ter claro que o impacto da alta dos preços para população é muito maior do que os números oficiais apontam. E para que uma família tenha essa certeza disso é muito simples, basta fazer uma comparação de seus gastos cotidianos de três anos para cá.

Quanto era possível comprar antes com uma simples nota de R$ 100,00 e quanto é possível comprar agora? A resposta o próprio Governo Federal deu, com o lançamento de uma nova nota de R$ 200,00. Em uma análise simples se observa que foram muitos os produtos de consumo básico que subiram muito acima da inflação, exemplos recentes foram arroz e o óleo de cozinha.

Por isso, antes de tomar qualquer decisão com base no índice oficial de inflação é preciso uma análise aprofundada dos gastos. Isso pode ser realizado por meio de um apontamento de despesas ou uma planilha, no qual se anota todos os gastos diários por itens. Recomendo como ideal fazer isso apenas um mês durante o ano se tiver renda fixa e até três vezes se for variável.

Esse cuidado é importante para que perceba aonde vão todos os valores e também o que está apresentando um efetivo aumento no decorrer dos anos. Por fim, haverá o benefício de eliminar gastos desnecessários que minimizam a capacidade de poupar e realizar sonhos.

Ao perceber o real impacto da inflação em sua vida, o consumidor poderá também observar que o aumento de seu salário não arcará com o aumento do custo de vida, não responderem mesmo as perdas inflacionárias oficiais, sendo necessário repensar o consumo.

Já em relação ao aumento dos alimentos, a única orientação possível é realizar uma melhor pesquisa de preço e que repense seu cardápio diário constantemente, pensando em produtos que possam se adequar a uma refeição saudável e mais barata. Acredite, é possível, mas demanda um pouco de tempo, pesquisa e criatividade.

AUGUSTO SCHMOISMAN

Saída da Ford alerta sobre a precariedade tecnológica dos negócios no Brasil

Especialista em defesa cibernética corporativa, militar, aeroespacial e CEO da Citadel Brasil

O encerramento da produção da Ford no país é um alerta para muitas empresas quanto à necessidade da adaptação e investimento nas mudanças tecnológicas, assunto que não é abordado com a importância que deveria no mundo corporativo. Em seu comunicado oficial, a própria montadora afirmou que o motivo desta reestruturação é o processo de mudança que a indústria automotiva tem vivido, impulsionado por novas e emergentes tecnologias em serviços conectados, eletrificação e veículos autônomos. Ou seja, de acordo com o novo cenário, está se repaginando.

Esse movimento estratégico rumo à transformação digital tem causado agitação no setor. Esta semana, a GM anunciou que investirá R$ 10 bilhões em inovação para a fabricação de veículos no Brasil, com wi-fi e assistente virtual, além de apresentar um projeto de um carro voador com o táxi aéreo autônomo. A Hyundai elevou a cotação de suas ações em quase 20% após anunciar que está em negociação com empresas para a produção de um modelo elétrico.

Enquanto isso, empresas líderes do mundo tecnológico, como Apple, Google e Amazon, são apenas alguns exemplos de companhias de tecnologia que também estão entrando no segmento automotivo. Todas enfrentarão ainda o potencial da Tesla Motors, que tem mostrado superioridade tecnológica no segmento de carros elétricos. O tempo dirá se o avanço das montadoras será suficiente para brigar com essas gigantes da tecnologia.

É interessante destacar que ao mesmo tempo em que Ford e Mercedes estão se organizando para dar um passo atrás em algumas operações, Elon Musk com sua companhia de carros tecnológicos se posiciona como o homem mais rico do mundo, com um modelo de negócios sob uma ótica diferente.

Essa situação é apenas "a ponta de um iceberg" que deverá impactar diversos tipos de negócio e que revela o quanto o futuro das empresas está em risco, caso não busquem se estruturar para acompanhar o avanço de novas tecnologias e acreditar na autonomia. A competição pela liderança tecnológica se tornará uma ameaça não somente no setor automotivo, mas em toda cadeia empresarial. Grandes empresas, sejam elas nacionais ou internacionais, que estejam num cenário estagnado com uma falta crônica de recursos destinados ao desenvolvimento tecnológico estão fadadas a perder lugar para a concorrência. A mudança referente à inovação contínua precisa ser levada a sério e colocada em prática pois definirá as vencedoras.

Entendemos que os desafios são grandes, tornando necessário que líderes criem modelos de negócios diferentes e mais ágeis, além de planos estratégicos. E nessa busca por inovação e revolução tecnológica, a cybersegurança não pode ser esquecida, subestimar ataques cibernéticos é um grande erro. É importante compreender que não existe segurança 100% eficaz, sempre surgirão novos métodos e é preciso estar em alerta neste terreno tão dinâmico. E lembrar que se há diretores de empresas que não estão enxergando e dando a devida importância ao cuidado com a informação, há outros, processando, analisando e estudando. E esses, provavelmente líderes de companhias digitais, podem ser grandes concorrentes de negócios nos mais diversos segmentos, inclusive no automotivo.

A mudança e o avanço tecnológico são inevitáveis, crescer é opcional.

Nelson Kheirallah Filho é head da área societária e de LGPD do Cerqueira Leite Advogados e mestre em Direito Internacional
Débora Terra Vargas Pivato de Almeida é pós-graduada em Direito e bacharel em Ciências Contábeis.

DÉBORA TERRA VARGAS PIVATO DE ALMEIDA E NELSON KHEIRALLAH FILHO

A controvérsia sobre aquisição de terras rurais por empresas brasileiras com capital estrangeiro pode ser encerrada com a promulgação de nova lei

Dias antes do Natal de 2020, foi enviado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n° 2.963 de 2019, já aprovado pelo Senado Federal, que regulamenta a aquisição, posse e o cadastro de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira.

O projeto reformula a legislação que trata da aquisição de terras rurais brasileiras feita diretamente por estrangeiros, estipulando obrigatoriedade de cadastro e autorização, limites quantitativos para as aquisições, vedação à posse ou ao arrendamento por tempo indeterminado, dentre outros assuntos.

É, contudo, no segundo parágrafo do artigo 1º em que reside a mudança que, aparentemente, dá um fim à histórica discussão sobre a possibilidade de empresas brasileiras com capital estrangeiro adquirirem propriedades rurais no Brasil.

Até o momento, a aquisição de propriedades rurais brasileiras por empresas brasileiras das quais participem, a qualquer título, pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, é cercada por controvérsias jurídicas, o que trouxe muita insegurança para os setores agropecuário e da agroindústria, justamente por conta das sucessivas mudanças de interpretação sobre a legislação.

A discussão é antiga e se iniciou com a promulgação da Lei nº. 5.709 de 1971.

A lei nº. 5.709/71, aprovada durante a ditadura militar brasileira e ainda em vigor, impõe restrições na aquisição de terras rurais brasileiras por empresas estrangeiras, restrições estas que também se aplicavam às empresas brasileiras com capital social estrangeiro. A partir daí, surgiram correntes doutrinárias que se antagonizaram na defesa e no repúdio à recepção da lei 5.709/71 pela Constituição Federal. Isso porque, quando da promulgação da Constituição Federal, seu artigo 171 trouxe dois conceitos distintos de empresas nacionais, a empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional. Por esta razão, iniciaram-se as discussões sobre a aplicação ou não das restrições previstas pela lei às empresas brasileiras com capital estrangeiro.

A questão se estendeu até 1994, quando a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu o Parecer nº AGU/LA-04/94 concluindo que as restrições impostas pela lei 5.709/71 não seriam aplicáveis a empresas brasileiras detidas por estrangeiros, sob o argumento de que o artigo 171 da Constituição não deixou margem ao legislador infraconstitucional para estabelecer restrições à empresa brasileira em geral.

Em 1995, a Emenda Constitucional nº. 6 revogou o artigo 171 da Constituição Federal, extinguindo assim a distinção entre empresa nacional e empresa nacional de capital nacional.

Em 1998, a AGU, por meio do Parecer nº GQ-181, de 1998, revisitou o parecer emitido em 1994, concluindo pela sua manutenção, ou seja, que as restrições impostas pela Lei 5.709/71 não seriam aplicáveis a empresas brasileiras, inclusive aquelas com participação de estrangeiros em seu capital social. Este parecer teve efeito vinculativo à toda administração pública.

E a questão se manteve pacífica entre os anos de 1994 e 2010.

Todavia, em 19 de agosto de 2010, a AGU, contrariando o desenvolvimento histórico anterior que parecia consolidado, emitiu o "Parecer AGU/LA-01/2010", alterando seu entendimento acerca do tema e concluindo pela aplicação das restrições previstas na Lei nº. 5.709/71 às empresas brasileiras cujo capital social tem origem estrangeira. Desde então, voltaram a pairar dúvidas e incertezas a respeito do tratamento que deve ser dado ao tema.

O texto final aprovado pelo Senado pode jogar uma pá de cal sobre esta questão. De acordo com o Artigo 1º, parágrafo segundo, do projeto de lei, as empresas brasileiras controladas direta ou indiretamente por estrangeiros não sofrerão as restrições estabelecidas ao capital internacional nesta lei, ainda que permaneçam o dever de informação sobre a composição do seu capital social e nacionalidade dos sócios no cadastro ambiental rural e Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) -- anualmente e sempre que houver aquisição, alteração do controle societário, transformação da natureza societária e celebração de contrato de qualquer modalidade de posse --, o dever de atender ao princípio constitucional da função social do imóvel rural, e o dever de se submeter à aprovação do Conselho Nacional de Defesa em certas situações.

O Projeto será agora votado na Câmara dos Deputados. Se alterado, retornará ao Senado para aprovação; caso seja aprovado sem mudanças, seguirá à apreciação presidencial.

O tema é polêmico e tem elevado a temperatura das discussões entre partidos políticos e setores da sociedade desde o início da tramitação, todos apresentando argumentos contrários e favoráveis à aprovação do projeto. Este debate faz parte do jogo democrático e é saudável, ao contribuir para a melhoria da qualidade da legislação. Isto dito, é salutar que o Congresso defina, de forma expressa e contundente, qual a orientação acerca deste tema. A guia legislativa ajudará a diminuir a insegurança jurídica que permeia a questão e permitirá ao capital internacional definir posição quanto a investir ou não em terras rurais no país.

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Presidente/Editor Geral

Minas Gerais é um dos Estados mais importantes da Federação, detendo a segunda maior população e ocupando a terceira posição no ranking das maiores economias estaduais sendo, também, a sua dimensão considerada mais expressiva do que a de muitos países. É, ainda, um terreno bastante fértil em talentos, ideias e pessoas. O Estado se distingue por sua gente com espírito empreendedor, personalidades que imprimem a sua marca.

Personalidades + O Poder em Minas – 300 Anos – MercadoComum 2020/21 foi desenvolvido pela equipe técnica da MinasPart – Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. que buscou ouvir parte significativa dos leitores de MercadoComum constituídos, em sua maioria, por formadores de opinião. Esta edição, a quarta de uma série que teve início no ano de 1996 visa registrar os nomes das 300 personalidades que mais se destacaram em suas diferentes áreas de atuação, como um registro atual para o futuro e, exatamente neste momento, quando são comemorados os trezentos anos da criação de Minas Gerais.

O objetivo deste trabalho foi de abranger um número limitado a 300 personalidades de todas as áreas e setores da Economia, Cultura, Conhecimento, Política e Vida Social.

Todas as personalidades escolhidas e listadas nesta edição receberão, individualmente, um Certificado com o registro dos seus respectivos nomes nesta iniciativa, como uma verdadeira contribuição de cada um deles na busca pelo desenvolvimento estadual e ao progresso da Nação Brasileira, mais Justa e Próspera!

O esforço em se perpetuar estes nomes do presente, concretizado nesta edição de MercadoComum – Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios – ora em seu 28º ano de circulação, entra agora e mais uma vez, em um processo permanente e que deverá ser atualizado e aperfeiçoado ano a ano.

Sugestões e críticas ao aprimoramento desta e de futuras edições serão bem recebidas, assim como a indicação de outros nomes a compor as suas futuras edições.

As omissões, os equívocos e falhas também podem nos ser creditadas. As nossas escusas devem ser também objeto da tolerância de nossos leitores. Lamentavelmente, nenhuma solenidade especial marca o lançamento desta edição, devido às restrições impostas pela pandemia causada pelo Coronavírus.

O Personalidades + O Poder em Minas – 300 Anos deve ser visto e considerado uma contribuição de MercadoComum a seu tempo e à nossa sociedade. Mas, este trabalho, também, sugere propõe a recuperação do otimismo em relação ao amanhã e à construção de melhores dias e de um futuro mais promissor. Busca, de outro lado, fomentar a reflexão de todos que apenas, a nós mesmos, compete sair desta crise, que não pode ser considerada duradoura nem definitiva.

Como já afirmava o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, é preciso recuperar a bandeira de todas as nossas bandeiras, que é a Esperança e que a trilha a ser seguida por Minas e pelo País só pode ser a do crescimento econômico vigoroso, contínuo, consistente, sustentável. E que o desenvolvimento seja a nossa opção e meta número 1.

Isto é o que espera a sociedade de nossas Personalidades – convidadas desde já e agora, a começar a construção de uma nova Nação – o que ora se traduz na nossa grande obrigação e maior desafio!

Em 02 de dezembro de 1720, o rei Dom João V, após ouvir as considerações do Conselho Ultramarino expediu o alvará régio criando um governo para a Capitania de São Paulo e outro para a região das minas. De acordo com os estudos do historiador e associado do IHGMG Waldemar de Almeida Barbosa (1907-2000), o comando da capitania de São Paulo e Minas do Ouro deixava São Paulo sem governo próprio, uma vez que os governadores se instalavam na região das minas recém-descobertas. Com essa e outras razões como o crescimento da população das vilas mineiras e a Sedição de Vila Rica, as discussões se intensificaram concluindo com a determinação real em prol da separação das capitanias ao final do ano de 1720. Nas razões expostas no alvará, o rei diz ser "em ser muito conveniente a meu serviço e bom governo das ditas Capitanias de São Paulo e Minas e a sua melhor defesa, que as de São Paulo se separem das que pertencem às Minas, ficando dividido todo aquele distrito que até agora estava na jurisdição de um só Governador, em dois Governos e dois Governadores".

O alvará, visto na imagem, está sob custódia do Arquivo Público do Estado de São Paulo. No próprio texto do documento consta que "cada um pela parte que toca, cumpra e faça cumprir e guardar este meu Alvará inteiramente como nele se contém, sem dúvida alguma, o qual valerá como Carta, e não passará pela Chancelaria, sem embargo da Ordenação do Livro 2º, teores 39 e 40 e em contrário, e se registrará nos livros das Secretarias e Câmaras de cada um dos ditos Governos para que a todo tempo conste da ereção do Governo de São Paulo, suas sentenças, e anexas declaradas, o que se passou por seis vias. João Tavares o fez em Lisboa Ocidental, a dois de dezembro de mil setecentos e vinte. Rei."

Imagens:

- Mapa das Minas do Ouro e S. Paulo e costa do mar que lhe pertence. [c. 1714]. Biblioteca Nacional, Rio wde Janeiro
- Alvará régio com a decisão da separação das capitanias de São Paulo e Minas. Fundo Secretaria de Governo da Capitania - 02/12/1720. Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

20 DESTAQUES ESPECIAIS DE 2020

MERCADOCOMUM

300 ANOS DE MINAS GERAIS

Agostinho Célio Andrade Patrus
Presidente da Assembléia Legislativa de MG

Aguinaldo Diniz Filho
Presidente da ACMinas Associação Comercial e Empresarial de Minas

Carlos Carmo Andrade Melles
Presidente do SEBRAE Nacional

Eugênio Pacelli Mattar
Presidente do Grupo Localiza S.A

José Salim Mattar Júnior
Empresário, Ex-Secretário Nacional de Desestatização

Modesto Carvalho Araujo Neto
Presidente da Drogaria Araujo S.A.

Ordélio Azevedo Sette
Presidente da Azevedo Sette & Advogados Associados

Paulo Solmucci Júnior
Presidente da ABRASEL Associação Brasileira de Bares e Restaurantes

Pedro Lourenço de Oliveira
Presidente do Supermercados BH S.A.

Roberto Simões
Presidente da FAEMG Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais

Robson Braga de Andrade
Presidente da CNI Confederação Nacional da Indústria

20 DESTAQUES ESPECIAIS DE 2020

MERCADOCOMUM

300 ANOS DE MINAS GERAIS

Romeu Zema Neto
Governador de Minas Gerais

Rubens Menin Teixeira de Souza
Presidente do Grupo MRV de Engenharia

Samuel Flam
Presidente da UNIMED-BH Cooperativa de Trabalho Médico

Sérgio Gusmão Suchodolski
Presidente do BDMG Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. e da ABDE – Associação Brasileira de Desenvolvimento

Sergio Leite de Andrade
Presidente da Usiminas Usinas Siderúrgicas de MG S.A.

Sérgio Sette Câmara
Presidente do Clube Atlético Mineiro

Vander Francisco Costa
Presidente da CNT Confederação Nacional dos Transportes

Vittorio Medioli
Prefeito de Betim e Presidente do Grupo SADA S.A.

Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Arcebispo de Belo Horizonte e Presidente da CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

LISTA ALFABÉTICA DAS 300 PERSONALIDADES DE DESTAQUE DE MINAS GERAIS

300 Anos | MERCADOCOMUM | 2020/21

NÚMERO DE ORDEM SEQUENCIAL	NOME COMPLETO	QUALIFICAÇÃO
001	Abílio Gontijo Jr.	Presidente da Empresa Gontijo de Transportes S.A.
002	Acir Antão	Jornalista, Presid. do CEPPO – Centro de Cronistas Políticos de MG
003	Adalclever Lopes	Empresário, ex-Presidente da Assembleia Legislativa de MG
004	Adélia Luzia Prado de Freitas	Poetisa, Romancista e Contista
005	Adriana Machado	Publicitária, Presidente da Tom Comunicação
006	Adriana Mulls	Presidente do jornal Diário do Comércio
007	Adriano Guilherme de Aro Ferreira	Presidente da Federação Mineira de Futebol
008	Aécio Neves Cunha	Economista, Deputado Federal, ex-Governador de Minas Gerais
009	Agostinho Célio Andrade Patrus	Dep. Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa de MG
010	Aguinaldo Diniz Filho	Advogado, Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas
011	Alair Martins do Nascimento	Empresário, Fundador e Presidente do Grupo Martins
012	Alberto Pinto Coelho	Administrador, ex-Governador de Minas Gerais
013	Alexandre Antunes	Presidente do Grupo Embaré Indústria de Alimentos
014	Alexandre Araújo Elias Veiga	Presidente do Grupo Patrimar Engenharia S.A.
015	Alexandre Birman	Empresário, CEO do Grupo Arezzo S.A.
016	Alexandre Kalil	Engenheiro, Prefeito de Belo Horizonte
017	Alexandre Lyra	Presidente do Grupo V & M do Brasil
018	Alexandre Victor de Carvalho	Desembargador, Pres. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
019	Alexia Rodrigues de Paiva Brant	Presidente do SERVAS – Serviço Voluntário de Assistência Social
020	Alexis José Ferreira de Freitas	Prefeito de Contagem
021	Almir Rodrigues Sales	Publicitário, Presidente da Casablanca Comunicação
022	Álvaro Augusto Teixeira da Costa	Engenheiro, Presidente do Condomínio Diários Associados e do jornal Estado de Minas
023	Álvaro Costa Rezende	Publicitário, Presidente da RC Comunicação
024	Alysson Paulinelli	Engenheiro Agrônomo, ex-Ministro da Agricultura

NÚMERO DE ORDEM SEQUENCIAL	NOME COMPLETO	QUALIFICAÇÃO
025	Amália Goulart Moreira César	Subsecretária de Comunicação Social de Minas Gerais
026	Amílcar Vianna Martins Filho	Historiador, Presidente do Instituto Amílcar Martins
027	Ana Maria Soares Valentini	Secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
028	André Lamounier	Diretor Geral da revista Encontro
029	Ângela Gutierrez	Administradora, Empresária e colecionadora de arte brasileira
030	Ângelo Oswaldo de Araújo Santos	Advogado e Escritor, Prefeito de Ouro Preto
031	Anna Marina Vianna Siqueira	Jornalista, Editora do Caderno Feminino do jornal Estado de Minas
032	Antônio Almas	Prefeito de Juiz de Fora
033	Antônio Augusto Junho Anastasia	Advogado, Senador da República e ex-Governador de Minas Gerais
034	Antônio Batista Silva Jr.	Doutor em Administração e Presidente da Diretoria Executiva da FDC- Fundação Dom Cabral
035	Antônio Carlos Arantes	Produtor Rural, Deputado Estadual e 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais
036	Antonio Filosa	Engenheiro, Presidente da FCA-Fiat Chrysler Automobiles para a América Latina
037	Antônio Grassi	Presidente Executivo do Instituto Inhotim, de Brumadinho
038	Arlindo Porto Neto	Empresário, ex-Senador e ex-Ministro da Agricultura
039	Áurea Carolina de Feitas e Silva	Mestra em Ciência Política, Deputada Federal
040	Benjamim Mário Batista Filho	Engenheiro, Presidente da ArcelorMittal Brasil S.A.
041	Bernardo Sales Teles de Carvalho	Jornalista, Diretor da Rede Bandeirantes em Minas Gerais
042	Betânia Tanure de Barros	Doutora em Administração, Escritora e Palestrante
043	Braulio Braz	Empresário, Deputado Federal
044	Bruno Ferrari	Médico Oncologista, Pres. do Cons. Adm. Do Grupo Oncoclínicas
045	Bruno Selmi Dei Falci	Presidente da Junta Comercial de Minas Gerais
046	Cairo Costa Duarte	Advogado, Superintendente da Polícia Federal em Minas
047	Camilo de Lelis Farace	Administrador, Vice-Presidente da AngloGold Ashanti Brasil S.A.
048	Camilo de Lelis Maciel Silva	Diretor Executivo de Administrativo e Finanças do Grupo Hermes Pardini e Presidente do IBEF-Minas Gerais
049	Carlos Alberto Dias Viana	Senador da República
050	Carlos Alberto Teixeira de Oliveira	Economista, presidente da ASSEMG Associação dos Economistas de MG. Editor Geral de MercadoComum

NÚMERO DE ORDEM SEQUENCIAL	NOME COMPLETO	QUALIFICAÇÃO
051	Carlos Augusto Rodrigues de Melo	Presidente da Cooxupé – Coop. Produtores de Café em Guaxupé
052	Carlos Bernardo Bracher	Pintor, Desenhista e Escultor
053	Carlos Carmo Andrade Melles	Agrônomo, Ex-Deputado Federal e Ministro do Esporte e Turismo, Presidente do SEBRAE
054	Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva	Secretário de Saúde de Minas Gerais
055	Carlos Eduardo P. Moreno (Cacá Moreno)	Publicitário, Diretor da Perfil 252
056	Carlos Eduardo Tavares de Castro	Presidente da COPASA – Cia. de Saneamento de Minas Gerais
057	Carlos Lindenberg Spínola de Castro	Jornalista, Comentarista Político
058	Carlos Mário da Silva Velloso	Advogado, ex-Presidente do Superior Tribunal Federal
059	Carmem Lúcia Antunes Rocha	Advogada, Ministra do Supremo Tribunal Federal
060	Cássia Amorim Ximenez de Souza	Presidente da CMI – Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais
061	César Pereira Vanucci	Jornalista, presidente da AMULMIG - Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais
062	Claudio de Moura Castro	Economista, PHD pela Universidade de Vanderbilt, Especialista em Educação
063	Cledorvino Belini	Administrador, ex-Presidente da FCA Fiat Chrysler e Cemig
064	Dario Savarese	Cônsul da Itália
065	Décio Flávio G. Torres Freire	Advogado, Sócio-Diretor da Décio Freire & Advogados Associados
066	Demetrius David da Silva	Reitor da UFV - Universidade Federal de Viçosa
067	Diomar Silveira	Economista, Presidente da Orquestra Filarmônica de MG
068	Durval Campos Guimarães	Jornalista, Editor da revista Matéria Prima
069	Edgard Estevo da Silva	Coronel, Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de MG
070	Edilson de Oliveira	Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais
071	Eduardo Ayrosa Galvão Ribeiro	Engenheiro Metalúrgico e Presidente da CBMM – Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração
072	Eduardo Bartolomeo	Engenheiro Metalúrgico, Presidente da Vale S.A.
073	Eduardo Borges de Andrade	Engenheiro, Membro do Conselho de Adm. do Grupo Andrade Gutierrez
074	Eduardo Brandão de Azeredo	Engenheiro, Ex-Governador de MG
075	Eduardo Costa	Jornalista da Rádio Itatiaia e da TV Record, Mestre em Ciências Sociais
076	Eduardo Prates Octaviani Bernis	Empresário, ex-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas
077	Eliane Denise Parreiras Oliveira	Presidente da Fundação Clóvis Salgado (Palácio das Artes)

NÚMERO DE ORDEM SEQUENCIAL	NOME COMPLETO	QUALIFICAÇÃO
078	Emanuel Soares Carneiro	Presidente da Rádio Itatiaia
079	Emerson de Almeida	Economista, Presidente da Diretoria Estatutária da Fundação Dom Cabral
080	Emerson Fidelis Campos	Médico e Empresário, ex-Presidente da Unimed-BH, Vice-Presidente da Academia Mineira de Medicina
081	Emir Cadar Filho	Engenheiro, Pres. do SICEPOT-MG
082	Erika Vrandecic	Médica, Presidente do Hospital Biocor
083	Eros Ferreira Biondini	Deputado Federal
084	Eugênio Pacelli Mattar	Empresário, Presidente da Localiza Rent a Car S.A.
085	Eujácio Antônio Silva	Jornalista, Diretor do Jornal Edição do Brasil
086	Euler Fuad Nejin	Empresário, Presidente do Super Nosso Supermercados
087	Evaldo Ferreira Vilela	Agrônomo, Professor e Presidente do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
088	Fábio Amorim da Rocha	Presidente da CODEMIG – Cia. Desenvolvimento de M. Gerais
089	Fábio Augusto de Castro Guerra	Médico, Presidente da Associação Médica de MG.
090	Fábio Augusto Ramalho dos Santos	Empresário e Deputado Federal
091	Fábio Mechetti	Maestro da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais
092	Fernando Damata Pimentel	Economista, ex-Governador de MG
093	Fernando Scharlack Marcato	Secretário de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais
094	Flavio Roscoe Nogueira	Presidente da FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de MG
095	Francisco Eduardo de Carvalho Campera	Jornalista, Presidente da Fundação Roquette Pinto – Rede Educar de TV
096	Francisco Nivaldo Sales Bessa	Diretor Geral Grupo Rádio Alvorada
097	Francisco Sérgio Soares Cavalieri	Engenheiro, Empresário e Presidente do Grupo Asamar e da ADCE - Assoc. dos Dirigentes Cristãos do Brasil
098	Frank Sinatra Santos Chaves	Pres. da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais
099	Frederico Ayres Lima	Engenheiro Metalurgista, Presidente da Aperam South America
100	Frederico Borges da Costa (Fred Costa)	Deputado Federal
101	Fuad Jorge Nomam Filho	Economista, Ex-Secretário da Fazenda de MG e Vice-Prefeito eleito de BH
102	Geraldo Jardim Linhares Júnior	Presidente do SINDUSCOM MG
103	Geraldo Souza Ribeiro Filho	Presidente do Sicoob Central Crediminas
104	Gilnei Machado	Engenheiro, Presidente da Telemont Engenharia de Telecomunicações S.A
105	Gilson Soares Lemes	Desembargador, Presidente do Tribunal de Justiça de MG
106	Glaucia Nasser de Carvalho	Administradora, Empresária e Cantora

NÚMERO DE ORDEM SEQUENCIAL	NOME COMPLETO	QUALIFICAÇÃO
107	Guilherme Caldas Emrich	Engenheiro, Empresário, Presidente do Conselho de Administração da Biomm S.A. e da FIR Capital
108	Gustavo Araújo Penna	Arquiteto
109	Gustavo Cesar de Oliveira	Jornalista, Grupo Revista Viver
110	Gustavo de Oliveira Barbosa	Secretário da Fazenda de MG
111	Gustavo Fraga Brandão Paulus	Diretor-Executivo da Rede Record MG
112	Helger Marra Lopes	Economista, Presidente da Fundação João Pinheiro
113	Hélio Marques Faria (Helinho Faria)	Publicitário Faz!Com Comunicação
114	Helvécio Ratton	Cineasta e empresário da Quimera Filmes
115	Henrique Morais Salvador Silva	Médico, Presidente do Grupo Hospital Mater Dei
116	Heron Guimarães	Jornalista, Diretor-Executivo do jornal O Tempo
117	Hiran Firmino	Jornalista, Presidente da Revista Ecológico
118	Humberto Alves Pereira	Presidente do Jornal da Cidade
119	Humberto Guimarães Souto	Advogado, Prefeito de Montes Claros
120	Ibrahim Abi-Ackel	Advogado, ex-Ministro da Justiça
121	Igor Mascarenhas Eto	Secretário de Estado de Governo
122	Iracema Barreto	Jornalista, Editora-Chefe do Jornal Hoje em Dia
123	J. D. Vital	Jornalista, Escritor, Ex-Secretário de Comunicação do Governo de MG
124	Ivan Muller Botelho	Engenheiro, Pres. do Grupo Energisa
125	Jader Kalid Antonio	Empresário, Presidente da Revista Exclusive
126	Jarbas Soares Jr.	Procurador Geral do Ministério Público de Minas Gerais
127	João Carlos Amaral	Jornalista e Comunicador, Blog JCAmaral
128	João Chrysostomo de Resende Jr.	Reitor da Universidade Federal de Lavras
129	João Emílio Rocheto	Empresário, Presidente da Bem Brasil S.A.
130	João Eustáquio Delpino da Silva	Designer e Publicitário, Presidente da New Comunicação
131	João Lúcio Barreto Carneiro	Empresário, Presidente da Laticínios Porto Alegre S.A.
132	João Lúcio Magalhães Bifano	Pecuarista, Deputado Estadual
133	João Paulo Sepúlveda Pertence	Advogado, ex-Presidente do Superior Tribunal de Justiça
134	João Vitor Nazareth Menin T. de Souza	Engenheiro, Presidente do Banco Inter S.A.
135	Joaquim Giovani Mol Guimarães (Dom)	Reitor da PUC Minas
136	Jonas Barcellos Correa Filho	Empresário e Pecuarista - Grupo Brasif
137	Jorge Antônio Smicelato	Comandante da IV Região Militar do Exército em Minas Gerais

NÚMERO DE ORDEM SEQUENCIAL	NOME COMPLETO	QUALIFICAÇÃO
138	José Afonso Assumpção, Comandante	Empresário, Fundador da Líder Táxi Aéreo S.A
139	José Anchieta da Silva	Mestre em Direito Comercial, Escritor e Presidente eleito da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas
140	José Aparecido Ribeiro	Jornalista e Comunicador, Presidente da ABRAJET-MG
141	José Celso Valadares Gontijo	Engenheiro e Empresário, Pres. da JC Gontijo Engenharia
142	José Fernando Aparecido de Oliveira	Advogado, Prefeito de Conceição do Mato Dentro
143	José Fernando Coura	Engenheiro de Minas, Presidente do SINDIEXTRA - Sindicato da Indústria Mineral de Minas Gerais
144	José Lopes de Figueiredo	Jornalista, Editor da Revista Primeira Linha
145	José Lúcio Costa	Empresário, Presidente do Conselho de Adm. da Suggar Eletrodomésticos
146	José Salim Mattar Júnior	Administrador, Empresário, Fundador da Localiza S.A., ex-Secretário de Desestatização do Governo Federal
147	José Salvador Silva	Médico, Empresário do Grupo Mater Dei
148	Josué Cristiano Gomes da Silva	Empresário, Presidente do Grupo Coteminas S.A.
149	Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna	Secretária de Educação de MG
150	Julvan Resende Araújo Lacerda	Presidente da AMM - Associação Mineira dos Municípios
151	Kleyverson Rezende	Chefe do DETRAN-MG
152	Laura Machado Medioli	Graduada em Estudos Sociais, Escritora, Pres. do Jornal O Tempo
153	Lauro José Diniz Silva	Jornalista, Superintendente de Comunicação da FAEMG – Federação da Agricultura do Estado de MG
154	Lavínia Rosa Rodrigues	Reitora da Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG
155	Lindolfo Coelho Paoliello	Jornalista, Comunicador e Escritor Ex-Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas
156	Lucas de Vasconcelos Gonzalez	Empresário, Deputado Federal
157	Lúcio Fernando Borges	Engenheiro, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
158	Luiz Alberto de Castro Tito	Empresário, Comunicador Blog Bem Minas
159	Luiz Alberto Garcia	Empresário, Presidente do Cons. Administração do Grupo Algar
160	Luiz Alexandre Brognaro Poni	Pres. da AMIS – Associação Mineira dos Supermercados
161	Luiz Carlos Abritta	Presidente do Inst. Histórico e Geográfico de Minas Gerais

NÚMERO DE ORDEM SEQUENCIAL	NOME COMPLETO	QUALIFICAÇÃO
162	Luiz Carlos Mendes Costa	Empresário, Presidente do Conselho Administração do Grupo Pif Paf
163	Luiz Carlos Motta Costa	Presidente do Conselho de Adm. do Diário do Comércio
164	Luiz Henrique Andrade de Araújo	Pres. do Grupo Mercantil do Brasil
165	Luiz Henrique de O. Resende (Luiz Tibé)	Deputado Federal, Presidente do Avante
166	Luiz Otávio Pôssas Gonçalves	Empresário, Presidente da Vale Verde
167	Luiz Sávio de Souza Cruz	Engenheiro, Professor e Deputado Estadual
168	Manoel Ferreira Guimarães Neto	Economista e Empresário, Presidente do Corpo Consultar de MG e da SG Comércio Exterior S.A.
169	Manoel Mário Souza Barros	Advogado, Pres. da Comissão do Agronegócio da OAB/MG
170	Manoel Pereira Bernardes	Empresário, Cônsul da França em MG
171	Marcelo Álvaro Antônio	Deputado Federal, ex-Ministro do Turismo
172	Marcelo de Souza e Silva	Empresário, Presidente da CDL-BH
173	Marcelo Ligere	Diretor Regional da Rede Globo em MG
174	Marcelo Miranda Guimarães	Rabino, Presidente da ABRADJIN Associação Brasileira dos Descendentes de Judeus da Inquisição
175	Márcio de Araújo Lacerda	Administrador, Empresário, ex-Prefeito de Belo Horizonte
176	Marco Aurélio Almada	Presidente do Banco Bancoob S.A.
177	Marcos Villela Sant'Anna	Engenheiro, Empresário, Pres. da Construtora Santanna S.A.
178	Marcus Teles	Empresário, Sócio-Diretor da Livraria Leitura
179	Marcus Vinicius Caetano Pestana da Silva	Economista, Empresário e ex-Deputado Federal
180	Marcus Vinicius Davi	Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora
181	Marcus Vinícius Salum	Empresário, Presidente do América Futebol Clube
182	Maria Elizabeth G. Teixeira Rocha	Ministra do Supremo Tribunal Militar Federal
183	Maria Elvira Salles Ferreira	Jornalista, ex-Deputada Federal Presidente da Associação das Caminhantes da Estrada Real
184	Maria Flávia Cardoso Máximo	Advogada, Presidente da ADCE-MG – Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas de Minas Gerais
185	Maria Luiza Maia Oliveira	Presidente da FECOMÉRCIO de MG
186	Maria Margarida Martins Salomão	Deputada Federal, Prefeita eleita de Juiz de Fora
187	Marília Campos	Deputada Estadual, Prefeita eleita de Contagem
188	Mário Campos Filho	Economista, Presidente do SIAMIG – Sindicato das Indústrias de Açúcar e Álcool de Minas Gerais
189	Mario José Dehon São Thiago Santiago	Superintendente da Receita Federal em Minas Gerais

NÚMERO DE ORDEM SEQUENCIAL	NOME COMPLETO	QUALIFICAÇÃO
190	Mario Lucio Alves de Araujo	Sec. de Justiça e Segurança Pública
191	Mário Lúcio Hering	Médico e Deputado Federal
192	Mateus Simões de Almeida	Advogado, Secretário-Geral do Governo de Minas Gerais
193	Mauri José Torres Duarte	Pecuarista, Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais
194	Mauro Henrique Tramonte	Jornalista e Deputado Estadual
195	Mauro Raso Assumpção	Empresário, Presidente da Cerâmicas Braúnas
196	Mauro Ribeiro Lopes	Empresário e Deputado Federal
197	Mauro Werkema	Jornalista e Escritor
198	Modesto Carvalho de Araujo Neto	Administrador, Empresário, Presidente da Drogaria Araujo S.A.
199	Mônica Botelho	Presidente da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Boelho
200	Mônica Neves Cordeiro	Coordenadora Geral do Instituto Brasileiro de Governança Empresarial – IBGC - Capítulo MG
201	Neli Pereira de Aquino	Presidente da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte
202	Newton Cardoso	Empresário, Ex-Governador de MG
203	Newton Cardoso Jr.	Empresário, Deputado Federal, Presidente do PMDB-MG
204	Odelmo Leão Carneiro Sobrinho	Prefeito de Uberlândia
205	Olavo Bilac Pinto Neto	Advogado, Deputado Federal
206	Olavo Celso Romano	Advogado e Escritor, ex-Presidente da Academia Mineira de Letras
207	Olavo Machado Jr.	Engenheiro, Empresário, Vice-Presidente da CNI- Conf. Nacional da Indústria e ex-Presidente da FIEMG
208	Ordélio Azevedo Sette	Advogado, Presidente da Azevedo Sette & Associados
209	Oscar Dias Correa Jr.	Advogado, ex-Deputado Federal
210	Otto Alexandre Levy Reis	Engenheiro Metalurgista, Secretário de Planejamento e Gestão de MG
211	Patrus Ananias de Souza	Advogado, Deputado Federal, ex-Prefeito de Belo Horizonte
212	Paula Fernandes de Souza	Cantora, Compositora e Atriz
213	Paulo Abi-Ackel	Advogado, Deputado Federal, Presidente do PSDB-MG
214	Paulo Cesar de Oliveira	Jornalista, Presidente do Grupo Revista Viver
215	Paulo de Vasconcellos Filho	Administrador e Escritor. Presidente do Grupo de Intercâmbio Empresarial
216	Paulo Eduardo Rocha Brant	Economista e Engenheiro, Vice-Governador de MG
217	Paulo Gabriel Godinho Delgado	Sociólogo, Escritor, ex-Deputado Federal
218	Paulo Henrique Pinheiro Vasconcelos	Engenheiro, Cônsul e Empresário, Presidente da Construtora PHV
219	Paulo Pederneiras	Diretor-Geral do Grupo Corpo de Dança
220	Paulo Piau Nogueira	Engenheiro Agrônomo, Prefeito de Uberaba

NÚMERO DE ORDEM SEQUENCIAL	NOME COMPLETO	QUALIFICAÇÃO
221	Paulo Roberto Coimbra Silva	Advogado, Sócio-Diretor da Coimbra & Chaves Soc. Advogados
222	Paulo Roberto Haddad	Economista, Ex-Ministro da Fazenda
223	Paulo Rogério Ribeiro de Navarro	Jornalista, Comunicador
224	Paulo Sérgio Lacerda Beirão	Pres. da FAPEMIG – Fundação de Amparo e Pesquisa de Minas Gerais
225	Paulo Sérgio Ribeiro da Silva	Empresário, Presidente do Grupo Tora Transportes
226	Paulo Solmucci Júnior	Presidente da ABRASEL – Assoc. Brasileira de Bares e Restaurantes
227	Paulo Tarso de Almeida Paiva	PhD em Demografia, Ex-Ministro do Trabalho
228	Pedro de Oliveira Neves	Pres. do Hospital Felício Rocho de BH
229	Pedro Lourenço de Oliveira	Empresário, Presidente do Supermercados BH S.A.
230	Pedro Magalhães Bifano	Presidente da GASMIG – Cia. de Gás de MG
231	Pedro Paulo Ribeiro Cava	Diretor, Ator, Produtor e Gestor Cultural
232	Pietro Sportelli	Empresário, Fundados e Pres. do Conselho de Administração do Grupo Aethra Sistemas Automotivos
233	Raimundo Cândido Júnior	Advogado, Presidente da OAB-MG
234	Raimundo Godoy	Engenheiro, Pres. do Instituto Aquila
235	Reinaldo Passanezzi Filho	Economista, Presidente da CEMIG-Cia. Energética de Minas Gerais
236	Ricardo Annes Guimarães	Empresário e Sócio do Grupo BMG e ex-Presidente do Clube Atlético Mineiro
237	Ricardo Antonio Vicintin	Engenheiro, Presidente da Rima Industrial S.A.
238	Ricardo Queiroz Guimarães	Médico PhD, Empresário e Presidente do Hospital dos Olhos de MG
239	Ricardo Tavares	Empresário, Sócio-Diretor da Monte Santo Tavares S.A.
240	Ricardo Valadares Gontijo	Engenheiro, Presidente do Grupo Direcional de Engenharia
241	Ricardo Vieira Santiago	Administrador, Presidente da Dir. Executiva do Minas Tênis Clube
242	Rivaldo Machado Borges Júnior	Presidente da ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
243	Roberto Bastianetto	Jornalista, Dir. de Comunicação da CEMIG
244	Roberto Luciano Fortes Fagundes	Empresário do Setor de Turismo, ex-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial e Presidente do Instituto Sustentar
245	Roberto Lúcio Rocha Brant	Advogado, Escritor, ex-Deputado Federal, ex-Ministro da Previdência Social. Presidente do Instituto CNA
246	Roberto Santoro Meirelles	Médico, Presidente da Diretoria Executiva do Grupo Hermes Pardini
247	Roberto Simões	Engenheiro Agrônomo, Produtor Rural e Presidente da FAEMG – Federação da Agricultura e Pecuária de MG
248	Roberto Tostes Reis	Presidente da PRODEMGE

NÚMERO DE ORDEM SEQUENCIAL	NOME COMPLETO	QUALIFICAÇÃO
249	Robson Braga de Andrade	Engenheiro e Empresário, Presidente da CNI – Confederação Nacional da Indústria
250	Rodrigo Alves Coelho	Engenheiro de Alimentos, Presidente da Diretoria Executiva da Pif Paf – Rio Branco Alimentos S.A.
251	Rodrigo Batista de Castro	Administrador e Advogado, Dep. Federal
252	Rodrigo Otávio Soares Pacheco	Advogado, Senador da República
253	Rodrigo Souza Rodrigues	Coronel, Comandante da PMMG
254	Rogério de Vasconcelos Faria Tavares	Jornalista, Presidente da Academia Mineira de Letras
255	Romeu Zema Neto	Administrador, Empresário, Governador de Minas Gerais
256	Ronaldo Ernesto Scucato	Administrador e Advogado, Presidente da OCEMG – Organização das Cooperativas de Minas Gerais
257	Ronaldo Fraga	Graduado em Design de Moda – Estilista e Escritor
258	Ronaldo Yabrudi dos Santos Pereira	Psicólogo, PhD em Administração, Pres. do Conselho de Administração do GPA – Grupo Pão de Açúcar, ex-Presidente da Magnesita e da Telemar-Oi
259	Rosa Maria Abreu Barros	Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de MG
260	Rubens Lessa Carvalho	Pres. do SINTRAN – Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitano
261	Rubens Menin Teixeira de Souza	Engenheiro, Presidente do Grupo MRV Engenharia S.A.
262	Rui Nuno de Oliveira de Almeida	Cônsul de Portugal
263	Sacha Calmon Navarro Coêlho	Advogado, Jurista e Articulista do jornal Estado de Minas
264	Samuel Flam	Médico, Presidente da Unimed-BH – Cooperativa de Trabalho Médico
265	Samuel Rosa	Músico e cantor – Grupo Skank
266	Sandra Regina Goulart Almeida	Reitora da Universidade Federal de MG
267	Saulo Levindo Coelho	Administrador, Provedor do Grupo Santa Casa de Belo Horizonte
268	Saulo Wanderley	Empresário, Presidente do Conselho de Administração da Construtora Cowan S.A.
269	Sebastião Bomfim Filho	Empresário, Fundador e Controlador do Grupo Centauro S.A.
270	Sebastião Ribeiro Salgado Jr.	Economista, Fotógrafo e Escritor
271	Sérgio Bruno Zech Coelho	Economista, Presidente do C.A. do Minas Tênis Clube
272	Sérgio Danilo Junho Pena	Médico Geneticista, Ph.D em Genética Humana, Diretor do GENE
273	Sérgio Gusmão Suchodolski	Advogado, Pres. da Diretoria Executiva do BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. e da ABDE - Associação Brasileira de Desenvolvimento
274	Sérgio Leite de Andrade	Engenheiro, Presidente da Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

NÚMERO DE ORDEM SEQUENCIAL	NOME COMPLETO	QUALIFICAÇÃO
275	Sérgio Luiz Pedrosa	Presidente da Federação das Empresas Transp. Carga de Minas Gerais
276	Sérgio Murilo Braga	Advogado, Presidente do Automóvel Clube de Minas Gerais
277	Sérgio Myssior	Arquiteto e Urbanista
278	Sérgio Rodrigo Reis	Pres. da Empresa Mineira de Comunicação
279	Sérgio Sette Câmara	Advogado, Pres. do Clube Atlético Mineiro
280	Simone Moreira de Abreu	Publicitária, Dir. da Lápis Raro Comunicação
281	Stefan Bogdan Salej	Administrador, Empresário, Escritor e ex-Presidente da FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
282-	Teodomiro Diniz Camargos	Engenheiro, Empresário, Presidente da Construtora Diniz Camargos e Vice-Presidente da FIEMG
283	Tereza Guimarães Paes	Psicanalista e Psicóloga, Pres. da Fundação Benjamim Guimarães – Hospital da Baleia
284	Thiago Coelho Toscano	Presidente do INDI-Inst. Desenvolvimento Integrado de MG
285	Tiago Lima Mitraud de Castro Leite	Administrador, Deputado Federal
286	Valmir Rodrigues da Silva	Contador e Empresário, Presidente da Federaminas – Federação das Associações Comerciais, Industriais e de Serviços de MG
287	Vander Francisco Costa	Administrador e Advogado – Pres. da CNT Confederação Nacional dos Transportes
288	Vicente Falconi	Engenheiro, Sócio-Fundador e Presidente do Conselho de Adm. da Falconi – Consultores de Resultados
289	Victor Penna Costa	Presidente do Grupo Itatiaia Móveis
290	Vinícios Leôncio	Advogado Tributarista da Vinicíos Sociedade de Advogados, Autor do Maior Livro do Mundo
291	Virgílio Guimarães de Paula	Economista, Deputado Estadual
292	Virginia Campos de Oliveira	Engenheira, Pres. da SME-Sociedade Mineira de Engenheiros
293	Vítor Penido de Barros	Advogado, Pecuarista e Empresário, Prefeito de Nova Lima
294	Vittorio Medioli	Advogado e Empresário, Prefeito de Betim
295	Wagner Pinto de Souza	Delegado, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais
296	Walfrido Silvino dos Mares Guia	Engenheiro Químico, Administrador, Professor Empresário, ex-Vice Governador de Minas e ex-Ministro do Turismo
297	Walmor Oliveira de Azevedo, Dom	Arcebispo Metropol. e Presidente da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
298	Wilfred Bruijn	Graduado em Matemática, Presidente da Anglo American do Brasil S.A.
299	Wilson Nélio Brumer	Administrador, Presidente do Conselho de Administração da Mover Participações e do IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração; Ex-Presidente da Vale, Acesita e da Usiminas
300	Yara Tupinambá Gordilho Santos	Artista Plástica e Professora

Quando a parceria é de sucesso, ser pai e filho vira um detalhe.

PCO e GCO entre as 300 maiores personalidades de Minas Gerais segundo a revista Mercado Comum!

Nosso agradecimento à Revista Mercado Comum, uma das maiores do país, por terem escolhido estes dois grandes nomes para estarem na lista com outras personalidades que se destacaram nos setores da economia, política, cultura, conhecimento e vida social. **Esta premiação é um grande reconhecimento por contribuírem para o desenvolvimento estadual e para o progresso do país!**

Personalidades +
O Poder em Minas
300 Anos
Mercado Comum
2020/21

ViverBrasil

SEU SONHO É MORAR NOS ESTADOS UNIDOS?

O NOSSO É REALIZAR O SEU.

EUA CONTINUA ABERTO PARA RECEBER PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E DE PONTA NO PAÍS

Algumas profissões não foram afetadas pela pandemia

Quem desejar imigrar para os Estados Unidos, com o objetivo de trabalhar e construir carreira no exterior, não deve ser afetado pela pandemia do novo coronavírus – assim como pelas novas políticas de imigração do presidente dos EUA, Donald Trump.

Profissionais especializados e de ponta continuam sendo extremamente buscados e procurados para atuar em todo o território americano, com portas abertas em praticamente todos os estados.

Na avaliação da advogada de imigração da TS Immigration Fernanda Cortes, a ocasião é uma valiosa oportunidade de migrar legalmente

"O visto EBNIW, por exemplo, atende a esse interesse nacional e concede o Green Card americano definitivo para o profissional. Com esta qualificação existem muitas pessoas aptas no Brasil que podem atender uma demanda extremamente solicitada nos Estados Unidos. São, principalmente, trabalhadores atuantes na área da saúde, tecnologia etc, além de empreendedores, entre outros", reitera.

Cabe destacar que o início de 2020 atingiu recorde de contratações em quase uma década - sendo também registrada a menor taxa de desemprego no Estados Unidos durante os últimos 50 anos. Mesmo com a desaceleração da economia do país por causa da pandemia, a expectativa é que os profissionais especializados e de ponta continuem sendo contratados, independente da nacionalidade.

"Diante deste cenário e das novas oportunidades nos Estados Unidos, trabalhadores com alto grau de qualificação e destacada experiência profissional são muito solicitados no mercado de trabalho americano. Eles possuem excelentes possibilidades para aquisição de um Green Card", conclui a Dra. Fernanda Cortes.

PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM ALTA

Conforme já mencionado, o momento é muito favorável à imigração aos Estados Unidos para profissionais ligados à área saúde.

No ano passado, a Associação de Colégios Médicos Americanos (AAMC, na sigla em inglês) estimou que, até o ano de 2030, haverá um déficit de 121 mil médicos nos EUA. No final de março, o Departamento de Estado dos Estados Unidos publicou em seu site um comunicado em que incentiva médicos e enfermeiros estrangeiros a trabalharem no país, em troca de um visto de permanência que pode se estender por até 7 anos.

A TS IMMIGRATION ESTÁ PREPARADA PARA ATENDER OS INTERESSADOS

A TS IMMIGRATION é um escritório de advocacia estabelecido nos Estados Unidos.

É constituído por advogados e profissionais especializados, principalmente, na área de imigração, tendo como foco e objetivo principal, atender brasileiros interessados em trabalhar nos Estados Unidos.

A TS IMMIGRATION atua, principalmente, na assessoria jurídica e no apoio na preparação de todos os documentos necessários aos interessados em participar do processo imigratório aos Estados Unidos.

Para maiores informações acesse:

www.tsimmigration.com